



Percurso dos Reclusos em Contexto Prisional: Processos Identitários e Reinserção social

Um Estudo de caso

Dissertação para obtenção de grau de Mestre em Ciências Policiais

Especialização em Criminologia e Investigação Criminal

Candidata:

Rosa Marlene Cabral Ermida

Orientação Científica:

Professor Doutor Nuno Caetano Lopes de Barros Poiães

Lisboa, abril de 2018

“Viver num doce e fluido estado de
desconhecimento das coisas e de si
próprio é o único modo de vida que a
um sábio convém e aquece. ”

Fernando Pessoa, *in* 'Livro do Desassossego', 1982

Dedicatória

*Aos meus pais e irmãos, as pessoas
mais importantes da minha vida.*

Agradeço por tudo!

Agradecimentos

A realização de uma dissertação de mestrado é, sem dúvida alguma, um processo longo e bastante trabalhoso mas com o apoio necessário torna-se mais fácil e gratificante.

Em primeiro lugar quero agradecer às pessoas mais importantes da minha vida, aos meus pais, que foram as pessoas que sempre me acompanharam em todos os momentos, bons e maus, e nunca me deixaram desistir. Não poderia deixar de agradecer também aos meus irmãos, Dulce e José por serem um dos pilares da minha vida. Um obrigado a vós!

Em seguida, um muito obrigado aos meus amigos, companheiros Margarida, Filipa e Gil, toda a ajuda e apoio que me deram neste processo. Sabem o quanto foi importante para mim.

Ao ISCPSI, docentes e funcionários, pela excelente receção e disponibilidade ao longo deste dois anos, muito obrigada a todos.

Ao Professor Doutor Nuno Poiares, meu orientador, que desde o início aceitou orientar este meu processo. Muito obrigada pela sua disponibilidade, empenho e apoio.

Por fim, e não menos importante, quero agradecer às minhas colegas e amigas do ISCPSI. Foram dois anos fantásticos ao vosso lado. A ti Catarina Dias Sampaio, Valentina e Catarina Costa obrigada pela amizade, apoio incondicional e momentos divertidos. A vós, Simone e Whitney, obrigada por terem sido as minhas companheiras nesta “batalha” até ao último minuto, obrigada pela amizade e ajuda.

Resumo

A presente investigação pretende compreender o percurso dos reclusos dentro do estabelecimento prisional, tendo em conta os meios disponíveis, como as atividades ligadas à formação escolar, trabalho e vertente cultural.

Com a evolução na história dos estabelecimentos prisionais, reconheceu-se os Direitos Humanos dos reclusos e, desta forma, verifica-se um impulso no processo de reinserção social dos mesmos. Como será retratado mais adiante, um dos direitos concedidos aos reclusos está ligado às ações estruturadas dentro da própria instituição prisional como a educação, a formação profissional e outras atividades desportivas e culturais. Estes instrumentos são concedidos pela Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais e portanto, fazem parte de um plano dedicado à reinserção do recluso após o cumprimento da pena de prisão. A finalidade deste plano consiste no acompanhamento e preparação do preso, não só dentro da prisão como também na fase posterior à sua libertação.

Para o ano de 2017, segundo o Relatório sobre o Sistema Prisional e Tutelar, o Governo decretou uma *“Estratégia plurianual de requalificação e modernização do sistema prisional”* -artigo 189.º do OE, passando pelo encerramento de alguns EP's e a reclassificação de outros, esta última nomeadamente aos Centro Educativos.

Contudo e, construído pelo senso comum dos cidadãos, a sociedade espera segurança por parte das prisões, pois albergam os designados criminosos num espaço confinado e distanciado do resto da sociedade. Este aspeto confere sem dúvida um sentimento de ordem pública tão esperado pelos cidadãos. Devido a este distanciamento que existe entre a prisão e a sociedade, o processo de (re) construção o *eu* do próprio preso torna-se difícil, uma vez que implica a transformação da sua identidade e imagem, colocando de parte o papel por ele exercido anteriormente, assumindo o papel de preso.

Palavras-chave: Estabelecimentos prisionais; Ações estruturadas; Processos identitários; Reinserção Social; Reclusos

Abstract

The present investigation intends to understand the prisoners' journey within the prison, taking into account the available means, such as activities related to school education, work and cultural aspects.

With the evolution in the history of prisons, the Human Rights of prisoners were recognized and, in this way, there is a momentum in the process of their social reintegration. As will be described later, one of the rights granted to inmates is linked to actions structured within the prison itself, such as education, vocational training and other sports and cultural activities. These instruments are granted by the Directorate General for Reintegration and Prison Services and are therefore part of a plan dedicated to the reintegration of the prisoner after serving the prison sentence. The purpose of this plan is to accompany and prepare the prisoner, not only inside the prison but also in the phase after his release.

For the year 2017, according to the Report on the Prison and Guardianship System, the Government enacted a "Multi-year strategy for re-qualification and modernization of the prison system" - article 189 of the OE, including the closure of some PEs and the reclassification of others , the latter in particular to the Education Centers.

However, built by the common sense of citizens, society expects security from prisons, as they harbor designated criminals in a space confined and distanced from the rest of society. This aspect undoubtedly confers a sense of public order so long awaited by the citizens. Due to this distance between prison and society, the process of (re) building the self of the prisoner becomes difficult, since it implies the transformation of his identity and image, putting aside the role he exerts previously, assuming the role of prisoner.

Keywords: Prison establishments; Structured actions; Identity processes; Social reinsertion; Prisoners

Índice

Dedicatória	3
Agradecimentos	4
Resumo	5
Índice	7
Índice de tabelas	10
Índice de quadros	10
Índice de imagens	11
Índice de gráficos	11
Lista de siglas.....	12
Introdução	13
1. Enquadramento teórico	16
1.1. História das prisões em Portugal	17
1.2. Anomia.....	23
1.3. Instituição total	25
1.4. Prisionização e ressocialização	30
1.5. Processos identitários	33
1.6. Reinserção social dos reclusos.....	34
2. Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais	36
2.1. Artigo 3º do Código da Execução das Penas e Medidas Privativas da Liberdade, Lei n.º 115/2009, de 12 de outubro	38
2.2. Artigo 1º do Decreto-Lei n.º 123/2011, de 29 de dezembro	39
- A missão	39
3. Ações estruturadas dentro dos estabelecimentos prisionais.....	39
3.1. O ensino nos estabelecimentos prisionais	40
3.2. Formação profissional nos estabelecimentos prisionais	40

3.3. O trabalho nos estabelecimentos prisionais.....	42
3.4. Atividades culturais/artísticas	42
3.5. Animação sociocultural	43
3.6. Atividades desportivas	44
3.7. Apoio à Reintegração Social.....	45
Os técnicos de reinserção social	46
4. Estabelecimentos Prisionais.....	47
4.1. Guardas prisionais	50
4.2. O Estabelecimento Prisional de Sintra.....	51
O grau de complexidade de gestão	52
4.3. Projetos e ações dentro do Estabelecimento Prisional de Sintra	53
4.3.1. Cursos de escolares/ formação profissional	53
4.3.2. Atividade laboral	54
4.3.3. Atividades socioculturais.....	55
4.3.4. Programas/Projetos específicos nos estabelecimentos prisionais...	57
5. Enquadramento metodológico.....	59
5.1. Técnicas e procedimentos de estudo.....	61
5.1.1. O estudo de caso.....	62
5.1.2. Observação direta.....	63
5.1.3. A entrevista	64
5.1.4. Pesquisa bibliográfica	66
5.2. Elaboração e aplicação das entrevistas	67
5.3. Perfil dos entrevistados.....	70
6. Tratamento dos dados	73
6.1. Formação escolar	74
6.2. Profissão antes da prisão	76

6.3. Momentos significativos.....	79
6.4. O Crime cometido, o(s) motivo(s) e a(s) pena(s) a cumprir	80
6.5. Contexto prisional	82
6.6. Reinserção social.....	88
Discussão dos resultados.....	91
Considerações finais	94
Fontes	101
Bibliografia.....	102
Anexos	111

Índice de tabelas

Tabela 1: Número de prisões-total	21
Tabela 2: Reclusos: total e em prisão preventiva.....	22
Tabela 3: Lista dos estabelecimentos prisionais por distrito judicial em Portugal	49
Tabela 4: Estabelecimentos prisionais: pessoal ao serviço e pessoal vigilante	51
Tabela 5: Lotação por género.....	52
Tabela 6: Caracterização sociodemográfica	72
Tabela 7: Tipo de crime e número de anos de pena	73

Índice de quadros

Quadro 1:Taxa de criminalidade (%) por Localização geográfica (NUTS - 2013) e Categoria de crime; Anual - Direcção-Geral da Política de Justiça	22
Quadro 2: Total de trabalhadores da DGRSP em 31 de dezembro de 2016 ...	48
Quadro 3: Reclusos integrados em cursos escolares e de formação profissional em 2016	54
Quadro 4: Reclusos com atividade laboral em 2016	55
Quadro 5: Atividades culturais/ artísticas realizadas em 2016	56
Quadro 6: Programas dirigidos a necessidade criminógenas específicas aplicados em contexto prisional em 2016	58

Índice de imagens

Imagem 1: Atividades realizadas no âmbito do tratamento prisional..... 44

Imagem 2: Criminalidade geral participada por distrito e região autónoma.....48

Índice de gráficos

Gráfico 1: População prisional, por tipo de estabelecimento, segundo o sexo
.....39

Índice de figuras

Figura 1: Classificação do Estabelecimento Prisional de Sintra..... 53

Lista de siglas

AT: Autoridade Tributária e Aduaneira

CGP: Corpo da Guarda Prisional

DGRSP: Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais

EFA: Educação e Formação de Adultos

EP: Estabelecimento Prisional

GNR: Guarda Nacional Republicana

INE Instituto Nacional de Estatística

MJ: Ministério da Justiça

PJ: Polícia Judiciária

PSP: Polícia de Segurança Pública

TRS: Técnicos de Reinserção Social

UE: União Europeia

OE: Orçamento de Estado

RASI: Relatório Anual de Segurança Interna

Introdução

O presente estudo surge como conclusão para obtenção do grau de mestre Ciências Policiais na especialização de Criminologia e Investigação Criminal pelo Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna (ISCPSI).

O sistema prisional tem sofrido várias transformações e como tal, a forma como o crime e o criminoso são tratados suscita alguma curiosidade nos cidadãos comuns mas em especial para a comunidade científica. Com o destaque a nível social que as prisões têm apresentado, esta temática tem provocado cada vez mais interesse às diferentes áreas científicas, sobretudo à sociologia. As prisões dependem bastante de recursos económicos disponíveis pelo Estado, bem como da cultura e, por isso, “as prisões são um espelho da sociedade que as cria e as mantém” (Machado, 2008).

O conteúdo temático da reinserção, por contraponto ao da exclusão social faz parte das preocupações que estão no centro da sociedade. Assim, de forma gradual, as pesquisas realizadas sobre a reinserção ganharam maior relevância, daí a escolha ter recaído nesta temática. Por outro lado, o facto de sentir uma forte ligação e interesse pelo assunto, por constituir um tema bastante intrigante na comunidade científica e por ter um entrevistado privilegiado em contacto com esta área, permitiu-me algum conhecimento e dados relacionados com a temática. A experiência profissional vivenciada pelo mesmo foram fatores determinantes para o estudo do objeto de investigação sobre a reinserção social do recluso.

Como um dos objetivos da ciência “é descrever e explicar, por outras palavras, a tarefa do cientista consiste em obter uma compreensão da realidade de forma a explicar e prever novos fenómenos. No prosseguimento deste objetivo o cientista formula e desenvolve novas teorias” (Pinto, 1990). A presente dissertação apresenta-se, assim, como um contributo prático, uma vez que o produto final desta investigação científica pretende representar um progresso positivo e útil no tema em questão: o da reinserção social, perante a comunidade científica. Para isso, é necessário compreender o percurso, antes

e durante o encarceramento, dos indivíduos reclusos tendo em conta a ocupação laboral, formação profissional e ensino existentes nas instituições prisionais e, por conseguinte, aferir se contribuem ou não e em que medida para a respetiva ressocialização.

O estudo consiste na perçetibilidade dos indivíduos reclusos nos estabelecimentos prisionais considerando a influência que o implemento de uma pena de prisão pode provocar no processo de uma (re) construção identitária dos mesmos e, quais os meios existentes dentro do estabelecimento que os podem auxiliar na sua reinserção social. No fundo e, para que isso seja possível, é necessário recolher a opinião da população prisional tentando, através dos testemunhos dos reclusos, compreender se essas atividades trazem ou não benefícios para a vida do recluso e de que forma os preparam para a reinserção social após o cumprimento da pena.

Por outro lado, é importante perceber até que ponto a imagem identitária do próprio recluso é afetada (de forma negativa ou não) e, de que maneira essa mesma imagem o impede de ver a sua reclusão como uma oportunidade de mudança positiva a nível pessoal que o prepare para a futura ressocialização.

Decidimos, para isso, restringir a temática da reinserção social do recluso ao tema do *Percurso dos Reclusos em Contexto Prisional: Processos Identitários e Reinserção Social- Um Estudo de caso*, dando título à presente dissertação.

Neste contexto, elaboramos uma questão de partida que serviu de guia à investigação empírica a que nos propusemos: De que forma, as atividades existentes dentro do estabelecimento prisional, contribuem para a reinserção social do recluso fora do contexto prisional?

Definimos como objetivos os seguintes: a) analisar o percurso dos indivíduos reclusos no que diz respeito à ocupação laboral, formação profissional e ensino existentes nas instituições prisionais; b) escutar e analisar a opinião não só dos próprios reclusos, mas também dos guardas prisionais e técnicos, relativamente ao conceito de reinserção social; e, finalmente c) perceber o

papel das atividades internas e da própria lógica organizacional dos estabelecimentos prisionais na contribuição para a reinserção social.

A amostra em questão são os reclusos, guardas prisionais e técnicos, na maioria do sexo masculino, de diferentes faixas etárias do EP de Sintra, tendo em conta os distintos tipos de crimes, sem desvalorizar as patologias apresentadas pelos intervenientes, nomeadamente pelos reclusos. Para o efeito, consideramos também importante a visão de entrevistados privilegiados como é o caso dos guardas prisionais, chefes dos guardas prisionais e técnicos da instituição em análise, no sentido de recolher um leque variado e perspectivas diferentes de informação, no que diz respeito ao tema em estudo.

Numa investigação científica de carácter social, revela-se extremamente importante o levantamento de hipóteses e, nesse sentido, as hipóteses que nortearam este estudo foram as seguintes: 1) quando expostos à reclusão, a imagem fica afetada negativamente e a procura de emprego é um processo complicado devido à reclusão, o que influencia a reinserção social dos indivíduos, 2) conhecer o papel das atividades do estabelecimento prisional e da própria organização dos estabelecimentos prisionais na contribuição para a reinserção social, 3) a perceção que os indivíduos têm em relação à reincidência.

Estas hipóteses são oportunas pois a imagem do recluso é vista de uma forma negativa num processo de estigmatização e rotulagem por parte da sociedade, o que complica a sua vida social, económica, uma vez que a procura de um emprego é dificultada devido a essa mesma imagem que é atribuída aos indivíduos reclusos.

Com o objetivo de responder à principal questão de investigação e também dar resposta às restantes questões que lhe estão conexas, a dissertação apresenta a seguinte estrutura. Num primeiro ponto é apresentada a revisão da literatura, onde consta o levantamento da informação existente sobre a temática, nomeadamente a história das prisões em Portugal e os conceitos relacionados com o tema. No segundo capítulo foi feita a apresentação da Direção-Geral

de Reinserção e Serviços Prisionais explicando a sua missão, complementando com alguns artigos específicos do Regulamento da DGRSP.

No terceiro capítulo constam as ações estruturadas nos estabelecimentos prisionais, designadamente o ensino, o trabalho, as atividades existentes e, sobretudo o apoio à reinserção social. De seguida, no capítulo quarto aborda-se, de forma geral, os estabelecimentos prisionais e, de forma particular o EP de Sintra.

No quinto capítulo encontramos o enquadramento metodológico, dando a conhecer as técnicas e procedimentos de estudo utilizados ao longo da investigação. Continuamente, surge um capítulo dedicado à elaboração e aplicação das entrevistas, incluindo a análise do conteúdo das mesmas que foram realizadas no EP de Sintra.

De seguida, o capítulo referente às considerações finais, onde vamos tentar responder aos objetivos traçados e à questão central de investigação, à qual nos propusemos responder. Para finalizar, apresentamos toda a bibliografia consultada e os anexos, anunciando a legislação e documentos complementares, aos quais recorreremos.

1. Enquadramento teórico

Uma das etapas essenciais num projeto de investigação é a revisão da literatura ou enquadramento teórico que envolve os processos de localizar, analisar, sintetizar e interpretar a investigação anteriormente desenvolvida relacionada com a temática que se pretende analisar, seja em revistas científicas, obras, atas de congressos ou resumos.

Desta forma, pode definir-se esta etapa como a análise bibliográfica pormenorizada de trabalhos já existentes e que foram publicados sobre o tema em estudo porque, como afirmam Quivy e Campenhoudt (2005:50), “tem-se frequentemente a impressão de que não há «nada sobre o assunto», mas esta opinião resulta, em regra, de uma má informação”.

Por outro lado, como argumentam Carmo e Ferreira (1998:45), numa investigação devem impedir-se dois erros a “gula livresca ou estatística, que nos pode fazer afogar em sobre informação” e o “desprezo pela disciplina que nos recomenda a prévia conceção de hipóteses e/ou de questões-bússola que funcionem como orientadoras da pesquisa, fazendo-a demorar mais e aumentando a imprevisibilidade dos resultados”. Como estamos em constante evolução, no que diz respeito ao conhecimento, à ciência, considera-se importante a revisão de trabalhos que sejam mais atuais e, posteriores aos trabalhos mais antigos.

Assim, a temática escolhida relacionada com as prisões é, a nosso ver, uma temática relativamente à qual é preciso evidenciar, em razão de alguma indiferença social relativamente ao percurso feito pelos reclusos tanto dentro como depois fora do estabelecimento prisional. Certamente, haverá muito mais para descobrir no que concerne à temática em questão, pelo que, posteriormente será um objeto de estudo complexo para futuros investigadores.

1.1. História das prisões em Portugal

O conceito clássico de prisão é deveras remoto, recuando à Antiguidade Clássica, onde já existiam locais de punição para os criminosos. Até ao final do século XVII e início do século XVIII, a presença de normas e regras a cumprir na sociedade permitia que as pessoas vivessem em conformidade mas, caso não fossem cumpridas seriam aplicados castigos como maus tratos corporais e tortura física.

Em Portugal, após a abolição da pena de morte¹, as punições são atribuídas por um órgão cujo objetivo é executar a jurisdição, designado tribunal. Neste caso, os castigos corporais foram abolidos e substituídos pelo cumprimento de uma pena de prisão em estabelecimentos próprios para esse fim.

¹ Na lei atual, segundo o art.º. 24.º alínea 2 da Constituição Portuguesa, a pena de morte é proibida e ilegal.

Na sequência do cumprimento de uma pena, surgem instituições com a finalidade de albergar indivíduos condenados, isto é, privados de liberdade. No fundo as prisões são espaços que afastam uma possível fuga dos condenados, mantendo a segurança para os restantes cidadãos.

Os estudos sobre as prisões em Portugal chegaram mais tarde em comparação a outros países. Até aos anos oitenta, a temática das prisões não levantou grande interesse por parte dos investigadores. A partir dessa época foram surgindo estudos universitários acerca da criminalidade, prostituição, repressão, pobreza. As próprias prisões evoluíram consoante as alterações nas formas de punição, desde verdadeiras antecâmaras da morte até aos dias de hoje, onde as mesmas, apenas a falta de liberdade distinguem o cidadão do recluso.

Nos anos noventa do século XX, o senhor Doutor Marques Ferreira, diretor geral dos serviços prisionais, resolveu impugnar a disfunção das instituições, ao qual selecionava determinados reclusos, a fim de enumerarem tudo o que se passava no interior do estabelecimento prisional. Contudo, mais tarde demitiu-se devido a ameaças por parte dos reclusos (Dores, 2000)².

As dificuldades existentes dentro da prisão nunca foram reveladas ao público mas em 1996 surgiu o primeiro relatório sobre o sistema prisional da Provedoria de Justiça, abordando uma reflexão das prisões no sistema prisional português, o que gerou polémica dentro do Ministério da Justiça. Dois anos mais tarde foi apresentado outro relatório, onde o Provedor, José Menéres Pimentel, expõe melhorias no que diz respeito aos cuidados de saúde, todavia revelou-se um fracasso devido às graves doenças que existiam nas prisões.

Relativamente à história da prisão em Portugal, reportamos aos séculos XVII e XVIII, com a ideia dos maus tratos físicos aos criminosos. Contudo, houve uma evolução através de autores como Beccaria que rompeu com a ideia de

² O tema das *Prisões de Portugal* discutido no IV Congresso Português de Sociologia.

castigos corporais, defendendo que o Estado não tem o direito de retirar toda a liberdade do indivíduo. Neste sentido, “a perspectiva de um castigo moderado, mas inevitável, causará, sempre, impressão mais forte do que o vago temor de terrível suplício, em torno do qual se oferece a esperança da impunidade ” (Beccaria,2006:49). Ou seja, com as ideias iluministas dos finais do século XVIII, a perda de liberdade passa a ser o principal castigo para os criminosos.

Foi no século XIX, na Europa que se verificou uma reforma no que diz respeito às prisões e ao crime, verificando-se um desenvolvimento relativamente a estas temáticas. Destacamos autores como Beccaria e Lombroso no âmbito da antropologia, Garofalo e Ferri no campo da sociologia.

Em Portugal, destaca-se a reforma prisional de 1979³, abordando, entre outros, temas relacionados com a finalidade das penas, a assistência médica e sanitária no sistema prisional e as visitas. Inclui também critérios no âmbito da ressocialização, sendo que o trabalho dentro e fora dos EP's seria uma mais-valia para a integração dos reclusos tanto na comunidade prisional como na comunidade exterior à prisão, como se pode pesquisar no Relatório Final da Comissão de Estudo e Debate da Reforma do Sistema Prisional.

Um dos autores mais destacados, Anthony Giddens, aborda o princípio subjacente ao sistema prisional em que o indivíduo deve ser “melhorado” para que tenha um papel válido a partir do momento em que se encontre fora da prisão. Acredita-se também que tanto as penas de longa duração como as instituições prisionais eram possíveis potenciadores para o crime (Giddens, 2009).

Deste modo, podemos verificar que embora as prisões tenham como um dos objetivos a reinserção dos indivíduos, opõe-se um outro fenómeno, a reincidência criminal. Porém, em Portugal os estudos sobre esta temática são bastantes escassos, não existindo dados concretos relativamente à taxa de reincidência nos estabelecimentos prisionais. Para justificar esta elevada taxa,

³ Aprovada pelo Decreto-Lei n.º 265/79, de 1 de Agosto, posteriormente alterado pelo Decreto-Lei n.º 49/80, de 22 de Março, e pelo Decreto-Lei n.º 414/85, de 18 de Outubro.

Giddens apresenta como causas deste fenómeno, a pobreza, a própria estrutura da sociedade e as condições básicas de vida, dando ênfase às condições de vida dos jovens (2008).

As instituições prisionais tinham como principal objetivo afastar os indivíduos da sociedade, desviando-os assim dos espaços mais propícios para cometer novos crimes. Portanto, a prisão significava uma “proteção” tanto para os criminosos como para os restantes cidadãos. Na contemporaneidade, os estabelecimentos prisionais têm a missão de contribuir para a reintegração dos reclusos na sociedade após a sua libertação (Ramos, 2011). Ainda sobre as instituições prisionais, muito se fala sobre a lotação destes espaços. O sistema prisional está sobrelotado, havendo pedidos de construção de novas prisões.

Na visão do autor Dores “Na prisão, não só a sobrelotação é uma consequência direta da falta de ação social preventiva e da ação normativa correspondente do sistema judicial, como o trabalho social junto desta parte da população não está previsto, ou melhor, apenas está previsto de forma constitucional, legal, na teoria política” (2000:9). Deste modo, os recursos humanos nas prisões estão condicionados no que diz respeito à exposição de ideias, de falarem da sua profissão, demonstrando receio de represálias e, por isso, em Portugal, o controlo dos movimentos sociais é moldado pelo silêncio e repressão quando existem divergências de ideias.

Através da tabela 1, podemos verificar que, a partir do ano de 2007, houve um decréscimo, embora não significativo, do número prisões existentes em Portugal, perfazendo um número total de 49 prisões no de 2016.

Tabela 1: Número de prisões-total

Anos	Prisões
2007	53
2008	50
2009	49
2010	49
2011	49
2012	49
2013	49
2014	49
2015	49
2016	49

Fontes de Dados: DGPJ/MJ
 Fonte: PORDATA, 2017

Mas serão as instituições prisionais uma solução benéfica no que diz respeito ao crime? Veja-se na tabela 2 que, em 2007, estavam no total 11587 indivíduos presos não havendo decréscimos e acréscimos significativos até ao ano de 2010. A partir dessa data averiguou-se um aumento do total de reclusos, exceto no período do ano de 2015 para 2016, ocorrendo novamente uma diminuição. O mesmo se verifica em relação aos reclusos preventivos, observando-se ligeiros aumentos e declínios entre o ano de 2007 e 2016.

Tabela 2: Reclusos: total e em prisão preventiva

Anos	Reclusos	
	Total	Preventivos
2007	11 587	2 327
2008	10 807	2 108
2009	11 099	2 141
2010	11 613	2 307
2011	12 681	2 470
2012	13 614	2 661
2013	14 284	2 592
2014	14 003	2 330
2015	14 222	2 303
2016	13 779	2 177

Fontes de Dados: DGPJ/MJ
 Fonte: PORDATA, 2017

Porém, a maioria dos condenados optam por não falar sobre a reclusão, devido à rotulagem e estigmatização de que são alvo quando estão em liberdade. “Outros servir-se-ão dessa passagem como uma prova iniciática, mitificada, junto de comunidades em que isso possa ser socialmente considerado” (Dores, 2000).

Os dados atuais, mostram que o nosso país apresenta uma das taxas de criminalidade mais baixas da UE. No ano de 2016, como se pode observar no quadro 1, Portugal exibiu uma taxa de criminalidade total de 32,1% e um número bastante elevado de reclusos nas nossas prisões, mais concretamente 13779 como se comprovou na tabela 2 anteriormente analisada. No que diz respeito ao tipo de crime, podemos evidenciar os crimes contra o património que representam 16,7% do total.

Quadro 1: Taxa de criminalidade (‰) por Localização geográfica (NUTS - 2013) e Categoria de crime; Anual - Direcção-Geral da Política de Justiça⁴

Localização geográfica (NUTS - 2013)		Taxa de criminalidade (‰) por Localização geográfica (NUTS - 2013) e Categoria de crime; Anual (2)											
		Período de referência dos dados (1)											
		2016											
		Categoria de crime											
		Total	Crimes contra a integridade de física	Furto/roubo por esticção e na via pública	Furto de veículo e em veículo motorizado	Condução de veículo com taxa de álcool igual ou superior a 1,2g/l	Condução sem habilitação legal	Crimes contra o património					
		‰	‰	‰	‰	‰	‰	‰					
Portugal	P T	32,1	5,1	1	3,2	2	0,9	16,7					
Continente	1	31,9	5	1,1	3,3	2	0,9	16,8					
Região Autónoma dos Açores	2	36,8	9,1	0,2	2,3	2,6	1,2	15,3					
Região Autónoma da Madeira	3	23,8	6,8	0,5	0,7	2,6	0,6	7,6					

Fonte: INE^{5/6}, 2017

⁴ [Http://www.ine.pt](http://www.ine.pt)

Para a sociedade em geral, o sistema prisional é encarado como uma instituição segura, com ordem, representando autoridade e “cada um de nós identifica-se mais ora com uma ora com outra vertente do sistema, por razões ideológicas ou por razões de experiência pessoal” (Dores, 2000:14).

Por outro lado, em relação ao carente investimento nas instituições prisionais, o autor António Pedro Dores defende que a situação das prisões não é a mais favorável para os reclusos, uma vez que faltam melhores condições para a dignidade desses indivíduos.

1.2. Anomia

As instituições prisionais, nomeadamente no que se refere às suas condições, funcionamento e aos maus tratos que nelas ocorrem são alguns dos fatores que chamam a atenção D’Os Direitos Humanos e ao Humanismo (Dores, 2004). Porém, a violação desses Direitos Humanos são cada vez mais comuns e sucedem com alguma frequência nas prisões.

Um dos autores que marcou o século XIX e grande fundador das Ciências Sociais foi o sociólogo Émile Durkheim, destacando-se pela elaboração do conceito anomia. Esta conceção emergiu da preocupação em compreender as patologias sociais.

Este conceito foi abordado por António Pedro Dores, especialista na temática das prisões, num artigo intitulado *Anomia em Durkheim - entre a sociologia e a psicologia prisionais*. Neste artigo, o autor defende que “Os estudos prisionais devem ser capazes de explicar como as aplicações de penas legitimadas pelas instâncias judiciais se tornam recorrentemente problemas políticos, tanto a nível nacional como a nível internacional, embaraçando as administrações, os

⁵ Os valores de 2016 são provisórios.

⁶ Os totais contemplam os dados da Polícia Judiciária (PJ), da Polícia de Segurança Pública (PSP), da Guarda Nacional Republicana (GNR), da Autoridade Tributária e Aduaneira (AT), entre outros.

ministros de tutela ou os governos com tanta regularidade que as vidas prisionais se tornaram segredos de estado e objecto de discursos e transações diplomáticas” (2004:2). Questiona ainda, a inacessibilidade das prisões aos meios de comunicação social e as vantagens políticas que os criminosos acarretam.

Relativamente ao conceito em análise, Durkheim definiu-o como o “enfraquecimento das normas numa dada sociedade”. Esta ideia de anomia é muito aplicada pelos sociólogos no que diz respeito às mudanças sociais ocorrentes nas sociedades. Pelo facto de estar relacionado com a não-aceitação de comportamentos na vida social, Durkheim acreditava que a anomia conduzia ao suicídio, mais concretamente ao suicídio anómico, uma vez que era o mais reiterado nas sociedades modernas, conectado ao elevado número de divórcios, o que conduzia à desorientação das pessoas.

Conforme Durkheim afirma, “as pessoas no mundo moderno sentem-se menos coagidas do que nas sociedades tradicionais. Por esta razão existe mais margem de manobra para a liberdade de escolha nas sociedades modernas, tomando-se assim inevitável que exista algum inconformismo” (2008:209). Segundo o autor, o crime e o desvio são considerados factos sociais e essenciais nas sociedades modernas. Desta forma e, complementando a ideia, o desvio é essencial na sociedade moderna porque assume funções adaptativas e inovadoras que levam a alterações na sociedade e, por outro lado, funciona como uma balança que mantém os limites do bom e mau comportamento que imperam na sociedade.

A sociedade, no seu funcionamento normal, precisa que os indivíduos que dela fazem parte compartilhem normas e valores. Contudo, de acordo com os funcionalistas estruturais⁷, o conceito em análise retrata a desorganização que existe numa determinada sociedade, onde as regras, normas e condutas sociais não são cumpridas e, deste modo, os sujeitos sociais não sabem

⁷ Dois autores das correntes funcionalistas são Durkheim e Merton.

distinguir o que é ou não permitido fazer, o que é certo ou errado (Durkheim, 1974).

No sentido da pesquisa empírica retratada, encontra-se vincada a concepção “anômica” no meio prisional, pois estão presentes crenças, normas e condutas muito próprias da população reclusa. Com isto, a permanência das regras que estavam presentes até ao momento da reclusão desaparecem, adotando o papel de recluso e, por conseguinte iniciam o processo de convivência e novas experiências no espaço prisional. Essas condutas que os indivíduos reclusos adotaram tanto no exterior como dentro da prisão são denominados condutas anômicas, isto é, estão ligadas à marginalidade e violência.

1.3. Instituição total

O aparecimento da prisão na Europa como meio punitivo teve início no séc. XVIII devido a razões de ordem moral, ideológica e económica e, considerava-se que cumprir a pena em estabelecimentos específicos fosse mais vantajoso para a sociedade do que as penas de morte e corporais, que eram presentes até àquela época.

Os estudos clássicos da prisão foram realizados sob a autoria de autores como Foucault, Goffman e Clemmer, que apresentam o meio prisional como se de um mundo à parte se tratasse, como se as relações sociais estabelecidas dentro desses estabelecimentos fossem apenas produzidas localmente. Assim, estes autores destacam as relações prisionais e os processos identitários e práticas como um hiato social e temporal (Machado, 2008).

Um sociólogo do século XX, Goffman (1987), criou o conceito de instituição total. Como ponto inicial, não poderíamos analisar a temática da prisão sem fazer referência a esse mesmo autor e ao contributo concedido relativamente à temática em questão. O conceito é descrito como sendo uma instituição totalitária por se tratar de estabelecimentos fechados que funcionam em regime fechado, isto é, de internação, onde um grupo numeroso de indivíduos,

denominados de internados, vive em tempo absoluto. Desta forma, a prisão é considerada “como um local de residência e de trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por um período considerável de tempo, levando uma vida fechada e formalmente administrada” (1987: 11). Devido às escassas atividades existentes nas instituições prisionais, os indivíduos reclusos encontram como obstáculo a falta de ocupação o que, por conseguinte conduz à desmotivação dos mesmos.

Goffman (1974), expõe uma abordagem autárcica da prisão, apresentando o meio prisional como uma instituição total, onde um conjunto de indivíduos, separados da sociedade e por um período de tempo considerável e levam em conjunto uma vida fechada e formalmente administrada.

Ainda na mesma linha de pensamento do autor, esta visão totalitária da prisão aparece no momento em que estabelecem barreiras às trocas e transações com o exterior, sejam estas barreiras físicas, culturais ou simbólicas, que demarcam as fronteiras entre o interior e o exterior da prisão. Saliencia ainda as características principais deste tipo de instituições, considerando-as como totais, segregativas, homogeneizantes e estigmatizantes.

Estas instituições consideradas de carácter fechado como as prisões constituem um obstáculo ao contacto dos presos com o espaço exterior e essa característica pode ser justificada pela própria arquitetura da instituição, exibindo paredes altas e portas fechadas, por exemplo.

Quando confrontados com este e outros “obstáculos”, resta aos reclusos a aceitação das normas, condutas e valores apreendidos no meio prisional como forma de proveito próprio e de sobrevivência. (Jewkes, 2008). Pensa-se que este processo de aceitação é dos mais complicados porque estarão a colocar de lado todos os valores apreendidos ao longo da vida, com as suas vivências e experiências, o que irá moldar o pensamento e as concepções do indivíduo. Os pensamentos, opiniões e crenças, muitas vezes não são expostos e

revelados, uma vez que, qualquer manifestação do preso advém dentro de um limite bastante rígido de disciplina.

Goffman, autor mencionado anteriormente, apresenta ainda o indivíduo enquanto recluso sob um domínio tanto a nível espacial como temporal, sujeito à existência de hierarquias construídas por ele próprio e sob um controle, vigilância e rotina dentro da instituição prisional.

Na mesma época histórica, destacamos um outro autor de referência, Michel Foucault. O pensamento deste filósofo envolvia teorias entre o poder e o conhecimento e críticas às instituições sociais, em particular às prisões e medicina. Deste modo, evidenciou a forma de tratamento de certos grupos sociais como os doentes mentais, os reclusos e as crianças, por serem vistos aos olhos da sociedade como excluídos e, desta forma, teriam de viver encarcerados em prisões, hospitais, quartéis e escolas.

Por outro lado, expõe a prisão como uma “peça essencial no conjunto das punições, marca certamente um momento importante na história da justiça penal: o seu acesso à humanidade” (1987:195).

Em conformidade com Foucault, as prisões modernas revelam uma rutura com o tradicional, o sentido do castigo e a sua realização, sendo um resultado social, da tecnologia e consciência social, manipuladas pelos poderes instituídos (Dores, 2000).

O autor julga a prisão como uma “escola do crime”, levantando-se portanto um impasse. Com isto, a prisão serve para punir e preparar o indivíduo para o seu futuro em liberdade bem como para a sua reintegração social, mas simultaneamente potencializa ainda mais o crime e o criminoso. Deste modo, considera que, ao contrário de ser ressocializado, o indivíduo é socializado para viver em reclusão.

Em 1987, o autor Michel Foucault constata que:

“A forma-prisão preexiste a sua utilização sistemática nas leis penais. Ela se constituiu fora do aparelho judiciário, quando se elaboraram, por todo corpo social, os processos para repartir os indivíduos, fixá-los e distribuí-los espacialmente, classificá-los, tirar deles o máximo de tempo, e o máximo de forças, treinar seus corpos, codificar seu comportamento contínuo, mantê-los numa visibilidade sem lacuna, formar em torno deles um aparelho completo de observação, registro e notações, constituir sobre eles um saber que se acumula e se centraliza (p.260).

Contudo, a disciplina exercida sobre os indivíduos reclusos na prisão estimula o crime e, por conseguinte os delinquentes. Todavia, as leis têm de ser divulgadas e cumpridas, mas quando é aplicado o abuso de poder pode conduzir a sentimentos de impotência e violência.

A população reclusa, às vezes não aceita essa disciplina imposta no interior da prisão, uma vez que remete para algo negativo e proibido como os castigos e punições, presentes ao longo da história das instituições prisionais. Porém, o vocábulo “disciplina” pode ter uma conotação afirmativa quando nos referimos ao auxílio educativo, à compreensão de sentimentos como a frustração e à percepção dos limites que podem atingir.

A disciplina nas prisões é, sobretudo retratada numa primeira parte pela distribuição dos indivíduos no espaço. Ainda assim, essa disposição no espaço, a hierarquia e os horários transmitem às instituições prisionais os comportamentos humanos análogos e definidos (Foucault, 2010).

Para que os objetivos oficiais da instituição sejam cumpridos, num plano racional único, são feitas várias atividades obrigatórias: 1) no mesmo local e sob uma única autoridade, todos os aspetos da vida são realizados; 2) na companhia imediata de um grupo relativamente grande de outras pessoas, as atividades diárias são realizadas, sendo tratadas da mesma forma e obrigadas a fazer as mesmas coisas em conjunto; 3) por um sistema de regras formais explícitas e um grupo de funcionários, todas as atividades diárias são rigorosamente estabelecidas em horários.

A separação entre o recluso e o mundo exterior dura todo o tempo e pode-se prolongar por vários anos. Assim, falamos em “despojamento do papel”, exemplificando com a proibição inicial, em muitas instituições totais, das visitas vindas de fora e as saídas do estabelecimento, assegurando assim “uma rutura inicial profunda com os papéis anteriores e uma avaliação da perda do papel” (Goffman, 1974).

Os estudos prisionais encaram a prisão como uma realidade translocal, tornando explícita a ideia de que é necessário colocar o interior e o exterior em continuidade analítica, fomentando relações sociais extracarcerais (Cunha, 2002 cit in Machado, 2008).

Apesar disso, o sistema prisional passa por uma crise, o que remete para um problema da sociedade e não apenas dos reclusos, e toda a sociedade passará a sofrer o agravamento das consequências da própria omissão. O indivíduo recluso possui *status* e relações no mundo externo, e isso precisa ser considerado, de modo a respeitar alguns dos direitos dos internos enquanto pessoas.

Dentro do estabelecimento prisional, o recluso tenta desempenhar um papel autónomo mantendo alguma distância, ou seja, mostrar a ele próprio e aos outros que a sua personalidade não é totalmente aquela que já está pré estabelecida. Esta distância por ele mantida corresponde, por exemplo, às alcunhas que são atribuídas aos guardas prisionais.

Por fim, é necessário um parecer da DGSP⁸, apresentando a sua própria definição de prisão. Assim, este serviço dependente do MJ alega que a prisão é uma instituição cuja missão principal é garantir a execução das medidas de privação de liberdade determinadas pelos tribunais. Contribui-se, deste modo, para a defesa da sociedade e também para a reintegração social dos reclusos, disponibilizando-lhes as condições que permitam, no futuro, ter uma vida que

⁸ Baseado na missão atribuída à Direção-Geral dos Serviços Prisionais (DGSP), integrada no Ministério da Justiça, sendo a sua orgânica estabelecida pelo Decreto-Lei n.º 125/2007, pelas Portarias n.ºs 516/2007 e 559/2007 e pelo Despacho n.º 22 058/2008. Atualmente, designa-se DGRSP- Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais.

seja socialmente aceite e responsável, com o objetivo de não reincidir na prática de crimes.

1.4. Prisionização e ressocialização

O retrato da cultura prisional através do conceito de prisonização tem a autoria do criminólogo Clemmer em 1940. Os estudos deste autor eram baseados na cultura das instituições prisionais, realçando os aspetos da linguagem, as rotinas e os comportamentos dos presos, assim como os efeitos da prisonização. Destacamos a obra de Donald Clemer *The Prison Community* em 1958, redigida no começo da sua carreira. Esta obra teve origem num estudo realizado numa prisão norte americana com a duração de três anos, surgindo o conceito em análise.

O autor caracterizou o conceito como “uma espécie de processo de aculturação ou assimilação segundo o qual quanto mais prolongado e exclusivo for o contacto com os valores da cadeia, valores esses supostamente criminogéneos, menor será a conformidade a normas e valores convencionais” (Cunha, 2008:18). Deste modo, esta conceção está relacionada com a adaptação à instituição prisional e, posteriormente à readaptação ao exterior.

De forma específica, prisonização é a adoção, em maior ou menor grau, dos usos, códigos e costumes, e em geral, da cultura da prisão, isto é, a socialização ou assimilação dos símbolos, valores e modos de pensar e agir da subcultura da prisão por parte dos detidos. A noção de prisonização é um processo lento e gradual que começa por uma conversão ao anonimato. Os códigos assimilados pelos reclusos são “códigos criminais” apreendidos fora da prisão e, sob outra perspetiva são padrões incorporados dentro do estabelecimento (Gonçalves, 2000).

O mesmo autor considera que o próprio processo de ingresso na prisão irá acentuar o crime, por criar condições para a aprendizagem ou eventual

fortalecimento das competências para a atividade criminosa, que ocorre após a estadia na prisão.

Para Clemmer existem dois tipos de índice de prisionização. Apresenta o recluso com baixo índice e refere que este tem uma pena curta a cumprir, que possui uma personalidade estável, ou melhor, com existência suficiente de contactos positivos e socializadores, anteriores à detenção. É um indivíduo que continua a ter contato com o exterior, mantém relações equilibradas com os outros reclusos mas não está integrado em nenhum; quando se abstém de relações homossexuais e da prática excessiva de jogos de azar, dispondo-se, ao mesmo tempo, a trabalhar com seriedade e a participar nas atividades desportivas e recreativas “sãs” (1940).

Por outro lado, o índice alto é quase sempre ligado a penas mais elevadas, à instabilidade de personalidade do indivíduo, existência reduzida de contatos com pessoas exteriores ao meio prisional, desejo de pertença a grupos primários, aceitação mais ou menos inequívoca dos dogmas desse grupo e disposição favorável à participação em jogos de azar e atividades homossexuais. No fundo, este conceito procura perceber como é a adaptação dos reclusos ao sistema prisional e a tudo o que ele inclui.

Estas instituições apresentam dois sistemas de controlo social em conflito, 1) o sistema formal, criado pela administração e que visa a ressocialização e 2) o sistema informal, a cargo dos reclusos, transmitido sucessivamente aos novos entrados, que tende para a prisionização através do treino dos recém chegados num código social hostil às intenções da administração.

O conceito anunciado pode ser definido como “um processo lento e gradual que se inicia por uma conversão ao anonimato, na pertença a um grupo de indivíduos que deixam de ser conhecidos pelos seus nomes para passarem a ser identificados por números, trajando todos de igual forma; posteriormente, o recluso passa a interiorizar o ‘calão prisional’ e a ver nos guardas o símbolo do poder onnipresente e inquestionável (Gonçalves, 2000:149). Durante a estadia na prisão, o próprio recluso acomoda-se ao espaço, à roupa e ao trabalho,

como sendo algo que lhe é devido. Contudo, não se dispõe a qualquer trabalho dentro da prisão, induzindo a trabalhos mais fáceis e que não requeiram grandes esforços nem suscitem confrontos entre reclusos.

Segundo Clemmer (1940), os indivíduos reclusos diferenciam-se devido à cultura prisional própria da instituição, à interação e construção de papéis. Assim, o autor evidencia a cultura prisional como sendo algo muito presente nos estabelecimentos prisionais e que influencia decisivamente a vivência da reclusão. Esta cultura prisional baseia-se no comportamento, normas, regras, nas noções acerca de vocábulos como o amor, a família, o companheirismo, o trabalho, a educação.

No que diz respeito à prisão e ressocialização, Cunha assegura que “as prisões sob a ótica da ressocialização entre muralhas, hoje se configuram em espaço físico onde o Estado consolida e legitima sua política pública de controle e repressão aos desviantes. Para a sociedade, as prisões estão legitimadas como espaço pedagógico necessário de punição e de proteção a sua própria segurança e sobrevivência” (Cunha, 2010:166).

Mirabete (2002) mostra que:

“A ressocialização não pode ser conseguida numa instituição como a prisão. Os centros de execução penal, as penitenciárias, tendem a converter-se num microcosmo no qual se reproduzem e se agravam as grandes contradições que existem no sistema social exterior (...). A pena privativa de liberdade não ressocializa, ao contrário, estigmatiza o recluso, impedindo sua plena reincorporação ao meio social. A prisão não cumpre a sua função ressocializadora” (p. 24).

Este conceito encaminha-nos para um novo processo de socialização, ou seja, da assimilação dos costumes e hábitos que foram interrompidos com a pena de prisão. A arquitetura das prisões pode ser posta ao serviço da ressocialização dos indivíduos através do conceito ‘interface’, ou seja, o estabelecimento de um espaço de trocas entre a comunidade urbana e prisioneira em que ambas

partilham um certo número de atividades através do acesso aos espaços onde se desenrolam.

1.5. Processos identitários

Para este estudo foi importante ter em conta a moldagem identitária que um recluso sofre em contexto prisional, cuja intensidade depende, entre outros fatores, do tempo de estadia no estabelecimento prisional.

Nas palavras de Goffman, “o ser humano (...) após passar pelo selectivo processo de recrutamento do sistema penal, entre as pessoas mais pobres, minorias, humildes e sem instrução, (...) é despido da sua aparência usual, ele é identificado, «recebe um número», é tirada a sua fotografia, impressões digitais, distribuídas roupas da instituição, resumindo, um verdadeiro processo de despersonalização” (1974:26). O facto de o indivíduo cumprir uma pena de prisão promove um processo de reconstrução identitária nos indivíduos que se encontram a cumprir uma pena de prisão efetiva.

A teoria do interacionismo simbólico assenta na interação do indivíduo com os outros e com a sociedade. O filósofo Mead utilizou os vocábulos *Self*, *Eu* e *Mim* para explicar a interação. No pensamento do autor, o *self* corresponde ao processo social no interior do indivíduo que se distingue pelo *Eu*, que é a tendência impulsiva do indivíduo, e o *Mim*, que representa o outro generalizado (Mead, 1982). Este processo sobre o *eu* do preso, muitas vezes não acontece de forma intencional, sistematicamente mortificado, com a finalidade de despojar o indivíduo da sua personalidade anterior, para transformar a imagem que tinha de si próprio e dos outros, dar-lhe um novo estatuto e conformá-lo ao seu novo papel.

Quando chega à instituição prisional, o indivíduo perde, ainda que de forma temporária, o seu papel, o seu estatuto e os papéis que tinha antes de ser preso, como por exemplo o papel de pai, de marido, de irmão, de profissional, para de seguida então assumir um novo papel, o de recluso e adquire novos hábito e condutas próprios da população prisional. Esta “barreira que as

instituições totais colocam entre o internado e o mundo externo assinala a primeira mutilação do eu” (Goffman, 2003:24).

Os processos de construção identitária alimentam-se das referências fornecidas pela representação. A semelhança com a comunicação linguística é esclarecedora: Goffman (1974) definiu “fachada”, como sendo “o equipamento expressivo de tipo padronizado intencional ou inconscientemente empregado pelo indivíduo durante a sua representação” (p.29). Este processo depende da identidade conferida não só pelos reclusos como também pelas instituições e os momentos mais significativos na vida dos presos.

Neste contexto, a instituição prisional revela-se um espaço que permite a reconstrução da identidade do indivíduo recluso, o que pode influenciar a verdadeira imagem que ele próprio detém de si bem como a imagem que os outros têm dele. Por outro lado, além desta “transformação” de identidade, advêm bastantes implicações no que diz respeito ao processo de estigmatização e rotulagem, bem como o afastamento de elementos do seu ciclo de interação mais próximo, como a família e amigos.

A vida na prisão poderá trazer diversas consequências a nível familiar e profissional bem como também a anulação parcial ou total dos apoios e benefícios sociais por parte do Estado. Além disso, sucedem-se uma série de transferências no seio prisional que se traduzem em tempos mortos, confiscações ou perda de objetos e de pertences pessoais e de dificuldades de acesso a certos recursos disponibilizados no estabelecimento, como o trabalho, a formação e os lazeres coletivos (Wacquant, 2000).

1.6. Reinserção social dos reclusos

A reinserção social dos reclusos é um tema bastante polémico e que suscita discussão na atualidade. Relativamente ao desenvolvimento histórico, o Ministério da Justiça apresenta os diversos aspetos da evolução deste processo de reinserção social. Os primeiros passos só se verificaram após a

segunda Guerra Mundial, onde os instrumentos como a educação e trabalho revelaram uma grande importância no processo da reinserção.

Entre 1956 e 1982, o Estado passa a assumir a responsabilidade neste processo, disponibilizando assistentes sociais no apoio aos indivíduos em reclusão. Assim, com a reforma penal de 1892, a partir da década de oitenta emergiram os serviços de apoio, designado por Instituto de Reinserção Social. Neste instante, a temática da reintegração dos indivíduos reclusos torna-se mais evidente. Para transformar o comportamento dos indivíduos, nomeadamente os comportamentos desviantes, procedeu-se à organização de programas e projetos específicos de apoio aos reclusos, consoante o tipo de crime, o estabelecimento que alberga o recluso e o “*curriculum*” do indivíduo.

Até à atualidade, o processo de reinserção social destaca-se na temática da criminalidade com a Reforma do Código Processual Penal de 1987 e o Código Penal de 1995. Desta forma, o Ministério da Justiça- Direção Geral de Reinserção Social em 2006 deu ênfase a alguns pontos⁹ como: “A finalidade de reintegração social do arguido e do condenado reconhecida, em geral, às sanções criminais e em particular às penas privativas de liberdade” (art.ºs. 40.º e 43.º, CP) tendo como finalidade a proteção dos bens jurídicos; “O princípio de que nenhuma sanção criminal deve implicar como consequência a perda de quaisquer direitos civis, profissionais ou políticos” (art. 65.º CP e art. 30.º, n.º 4 CRP). A lei apenas pode proibir o exercício de alguns direitos e profissões; “O princípio que garante que os condenados a penas ou medidas de segurança privativas de liberdade, mantêm a titularidade dos direitos fundamentais, salvo as limitações inerentes ao sentido da condenação e às exigências próprias da respectiva execução” (art. 30.º, n.º 5 CRP); O princípio da preferência pelas sanções executadas na comunidade, sempre que ao crime forem aplicáveis, em alternativa, pena de prisão ou penas não privativas de liberdade (art. 70.º, CP); Princípio da jurisdicionalização da execução de medidas e sanções penais – A intervenção dos serviços de reinserção social está integralmente submetida ao controlo jurisdicional exercido por autoridades judiciais competentes (fase

⁹ Fonte: Ministério da Justiça- Direção Geral de Reinserção Social disponível <http://www.dgrs.mj.pt/web/rs/penal/dhist>.

pré-sentencial), pelos tribunais que proferem a condenação (sanções não privativas de liberdade) e pelos tribunais de execução das penas (sanções institucionais, liberdade condicional e medidas de segurança executadas na comunidade.

Este processo de reintegração social do recluso novamente na sociedade é considerado um ponto positivo, uma vez que se acredita que os instrumentos disponibilizados nas instituições prisionais não potencializam o processo da reincidência. Deste modo, este procedimento terá como finalidade a aproximação do recluso com a sociedade.

De acordo com Baratta, "O conceito de reintegração social requer a abertura de um processo de interações entre o recluso e a sociedade, no qual os cidadãos recolhidos na prisão se reconheçam na sociedade externa e a sociedade externa se reconheça na prisão (1990:145). Assim, as prisões transformaram-se num espaço mais aberto, amplo e procederam à correção de diversos pontos e um deles corresponde à ligação com outras instituições, de forma a requererem mais apoio no processo de reestruturação e reintegração do preso.

Na generalidade, os reclusos são vistos aos olhos da sociedade como indivíduos excluídos, com comportamentos desviantes, muitas vezes ligados ao consumo de drogas, o que quebra os laços familiares e restante sociedade devido ao processo de reclusão por eles vividos. Por outro lado, a sociedade despreza esses indivíduos que, por alguma circunstância da vida os conduziu para a prática de crimes e, por este motivo necessitam da colaboração de todos nós para que se sintam reintegrados e conscientes da pena cumprida.

2. Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais

O sistema prisional português é assegurado pela Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, serviço dependente do Ministério da justiça. Deste modo, esta pesquisa foi realizada com a aprovação prévia da Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, uma vez que autorizou a realização das entrevistas no Estabelecimento prisional de Sintra. Assim, faz todo o sentido apresentar um capítulo dedicado a este serviço dependente.

Anteriormente, o serviço já referido era denominado por Direção-Geral dos Serviços Prisionais (DGSP). Contudo, esta foi abolida, surgindo a Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais (DGRSP)¹⁰, pelo Decreto-Lei n.º 215/2012, de 28 de setembro¹¹ (ver em anexo 1). Este decreto encontra-se regulamentado na Portaria n.º 118/2013, de 25 de março, onde se encontram descritas a estrutura nuclear e as competências das respetivas unidades orgânicas. Desenvolve-se em função das suas grandes áreas de intervenção e foi alterado pela Declaração de Retificação n.º 63/2012, de 9 de novembro.

A DGRSP interfere, sobretudo na área ligada à justiça de crianças e jovens, adultos e também na área familiar, apresentando valores como 1) defesa da segurança da sociedade e dos direitos humanos bem como a sua promoção, 2) valorização da reinserção social, 3) prevenção da reincidência criminal e 4) crença na capacidade de mudança do ser humano.¹² Este serviço do Estado português abrange a Direção de Serviços de Vigilância Eletrónica, as delegações regionais, as equipas de reinserção e vários centros educativos.

No campo de ação penal e tutelar educativos, as unidades orgânicas¹³ da estrutura nuclear, descritas no artigo 1º¹⁴ têm o objetivo da execução de penas e medidas que se encontram nos serviços centrais e nos serviços desconcentrados.

Da Direção Superior da DGRSP fazem parte o Diretor-Geral- Dr. Celso José das Neves Manata e os Subdiretores-Gerais- Dr. Paulo Manuel Sales Moimenta de Carvalho, Dr. João Paulo Rodrigues Carvalho e a Dr.ª Isabel Leontina Figueiredo Antunes Carvalho (ver organograma em anexo 2).

¹⁰ <http://www.dgsp.mj.pt/>.

¹¹ Modificado pela Declaração de Retificação n.º 63/2012, de 9 de novembro.

¹² Estes valores podem ser consultados nos Relatórios de Atividades e Autoavaliação anuais publicados em <http://www.dgsp.mj.pt>.

¹³ a) Direção de Serviços de Execução de Medidas Privativas da Liberdade (DSEMP); b) Direção de Serviços de Assessoria Técnica e de Execução de Penas na Comunidade (DSATEPC); c) Direção de Serviços de Vigilância Eletrónica (DSVE); d) Direção de Serviços de Justiça Juvenil (DSJJ), entre outras entidades.

¹⁴ Portaria n.º 118/2013, de 25 de março.

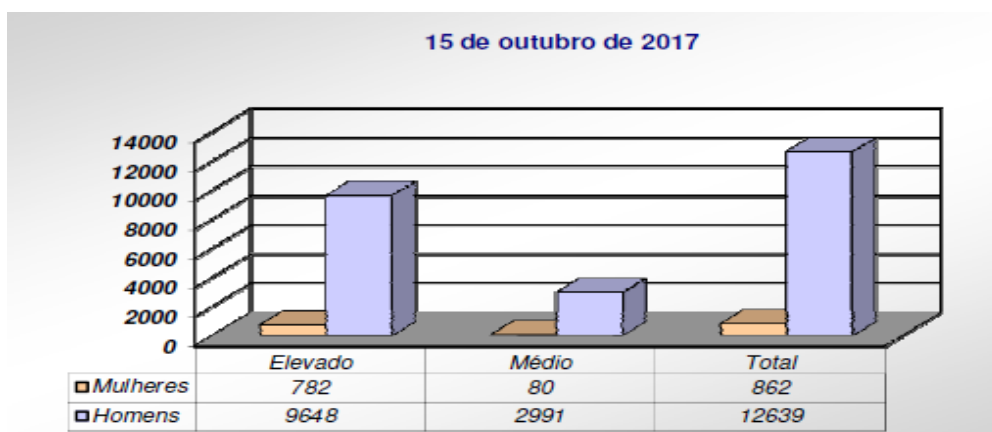
2.1. Artigo 3º do Código da Execução das Penas e Medidas Privativas da Liberdade, Lei n.º 115/2009, de 12 de outubro

Devido às várias alterações na realidade social e criminal, este artigo resultou da revogação da Lei de Execução das Penas e Medidas Privativas da Liberdade- Decreto-lei n.º 265/79, alterado pelos Decretos-leis n.º 49/80 e 414/85 e da Lei orgânica dos Tribunais de Execução das Penas-Decreto-Lei n.º 783/76, de 29 de outubro, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 227/77, e n.º 204/78.

A lei corrobora o artigo em evidência- execução das penas e medidas de segurança privativas da liberdade- confirmando a reinserção do agente de crime na sociedade. Nesse sentido, destaca-se a utilidade do artigo na análise do estudo. Destaca-se também o auxílio para uma vida social consciente e ponderada, proteção dos bens jurídicos e equitativamente a defesa da sociedade.

A execução das penas e medidas privativas da liberdade anuncia três finalidades: 1) pena de prisão, 2) prisão preventiva e 3) prisão por dias livres. Como podemos apurar no gráfico 1, constata-se que a 15 de outubro do ano de 2017, encontram-se no total 13501 indivíduos presos, sendo que 12639 são do sexo masculino e os restantes 862 do sexo feminino.

Gráfico 1: População prisional, por tipo de estabelecimento, segundo o sexo



Fonte: DGRSP

Tendo em consideração o tipo de estabelecimento, a informação que podemos retirar envolve a população prisional de estabelecimentos de grau médio e elevado. Até à data de 15 de outubro de 2017, nos EP's de grau elevado estavam albergados 9648 indivíduos do sexo masculino e 782 do sexo feminino. No que corresponde aos EP's de grau médio, verifica-se uma diferença acentuada, encontrando-se acolhidos 2991 homens e 80 mulheres.

2.2. Artigo 1º do Decreto-Lei n.º 123/2011, de 29 de dezembro - A missão

Segundo a DGRSP¹⁵, a sua missão consiste no “desenvolvimento das políticas de prevenção criminal, de execução das penas e medidas e de reinserção social e a gestão articulada e complementar dos sistemas tutelar educativo e prisional, assegurando condições compatíveis com a dignidade humana e contribuindo para a defesa da ordem e da paz social”. É imprescindível apresentar o artigo em análise, pois abrange um dos conceitos presentes na investigação, isto é, o conceito de reinserção social, uma das chaves para o desenvolvimento articulado do projeto.

3. Ações estruturadas dentro dos estabelecimentos prisionais

Este capítulo permite a abordagem relativamente às atividades/ações desenvolvidas dentro das instituições prisionais, aos quais estimulam o processo de reinserção do preso na sociedade. Nem todos os cidadãos têm noção da organização institucional nem das oportunidades existentes neste tipo de estabelecimentos. Como é do conhecimento geral, os reclusos não apresentam as mesmas oportunidades dos restantes cidadãos em termos educacionais e profissionais. Contudo, existem instrumentos que os auxiliarão no progresso e desenvolvimentos de competências, vantajosas para o futuro.

¹⁵ Junção da Direção Geral dos Serviços Prisionais e da Direção Geral de Reinserção Social.

3.1. O ensino nos estabelecimentos prisionais

O ensino é um dos parâmetros abordados na temática prisional e, por isso é um dos contributos para a evolução das competências dos reclusos, para a reinserção social e, posterior minoração da taxa de reincidência. Para este capítulo recorreu-se à análise do Relatório de Atividades e Autoavaliação de 2016, uma vez que é o mais recente publicado pela DGRSP.

As competências escolares e a formação profissional dos indivíduos reclusos nas prisões são proporcionadas nos termos do Despacho-Conjunto n.º 451/99¹⁶ (ver anexo 3).

Primeiramente, até a data de 1979, o ensino nos estabelecimentos prisionais estava garantido por profissionais do Ministério da Justiça. Contudo, desde 1979, passou a ser proporcionado por membros do MJ e do Ministério da Educação. No ano de 2016, estimou-se que 7803 indivíduos frequentavam o ensino nos estabelecimentos prisionais.

A formação escolar deve ser regulada em conjunto com a formação profissional e o trabalho, que serão abordados nos subcapítulos seguintes. Estas duas formações bem como o trabalho são fatores propícios para a futura procura de emprego e para a reinserção social após o cumprimento da pena de prisão.

3.2. Formação profissional nos estabelecimentos prisionais

O acesso à formação profissional é outro dos instrumentos potencializadores à reinserção social dos reclusos e, por conseguinte à condução de uma baixa reincidência.

A formação, quando são obtidos os objetivos pré definidos pela instituição, é reprogramada de maneira a condizer às transformações do contexto prisional e do mercado laboral. O planeamento deste tipo de formação terá de

¹⁶ Despacho divulgado no DR nº 127 de 1 de junho de 1999.

corresponder às necessidades e utilidade tanto no meio prisional como no exterior.

A DGRSP apresenta cinco modalidades de formação que são aplicadas no meio prisional. A primeira modalidade corresponde à Formação Profissional Especial. Um dos aspetos que se destaca neste tipo de formação é o facto de se cingir no âmbito socioprofissional e dispor a população de reclusos e ex-reclusos com dificuldades formativas e problemas de integração¹⁷.

A segunda apresenta a Qualificação Inicial. Com o intuito de beneficiarem da entrada na vida ativa, esta formação ajuda os jovens e adultos que se candidatam a um primeiro emprego, para desempenharem as suas profissões da melhor maneira. De seguida, a modalidade ligada à Reciclagem, Atualização, Aperfeiçoamento: esta formação ajuda os indivíduos empregados, desempregados (ou em risco) a progredir na procura de emprego e no desempenho profissional. A quarta modalidade entende a Qualificação e Reconversão Profissional: auxilia os indivíduos, qualquer que seja a sua situação profissional com ou sem a escolaridade obrigatória, na introdução do mercado de trabalho¹⁸.

Por fim, a Educação e Formação de Adultos: estes cursos cujos sujeitos (com idade igual ou superior a 18 anos) desistiram do sistema de ensino, com pouca ou sem qualificação, são ajudados a obter o 1.º, 2.º ou 3.º Ciclo do Ensino Básico, associados a uma qualificação profissional de níveis 1 ou 2 numa ótica de dupla certificação escolar e profissional¹⁹.

A formação profissional geral é organizada pela DGRSP e é aplicada nas diferentes prisões do nosso país. A formação é prestada pelo Centro Protocolar da Justiça e pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional e existem outras entidades sem fins lucrativos que efetuam ações de formação profissional no seio prisional.

¹⁷ Despacho Normativo n.º 140/93, de 6 de julho.

¹⁸ Decreto-Lei n.º 401/91 e 405/91, de 16 de outubro.

¹⁹ Despacho- Conjunto n.º 1083/2000, de 20 de novembro.

Podemos observar, na imagem 1, que em 2016 estavam 11128 reclusos em formação escolar ou profissional.

3.3. O trabalho nos estabelecimentos prisionais

O trabalho profissional no meio prisional é outras das vertentes desenvolvidas, no qual os indivíduos expandem as suas capacidades que serão benéficas para as atividades profissionais após a sua liberdade²⁰.

Dentro das prisões existe a possibilidade dos reclusos trabalharem de forma remunerada conforme as suas competências, tendo uma função educativa e produtiva. Assim, o propósito é variar as atividades de acordo com as características dos reclusos do estabelecimento prisional e também à existência de oferta de trabalho. Portanto, o trabalho é proporcionado por entidades do setor público/privado.

Em outubro de 2007 foi criada uma Bolsa de Trabalho Prisional²¹, cujo objetivo principal é mover as entidades empregadoras, no que diz respeito ao processo de empregabilidade dos indivíduos em reclusão, às opções que existem.

3.4. Atividades culturais/artísticas

As atividades desenvolvidas em contexto prisional requerem a participação ativas dos reclusos, sendo incentivados para tal mas sem colocar em risco a ordem e segurança interna.

Nos estabelecimentos prisionais são organizadas estas atividades²², onde se encontram incluídas tarefas ligadas à biblioteca, videotecas, leitura, programas de animação cultural cujos reclusos têm a oportunidade de desenvolver as suas capacidades intelectuais.

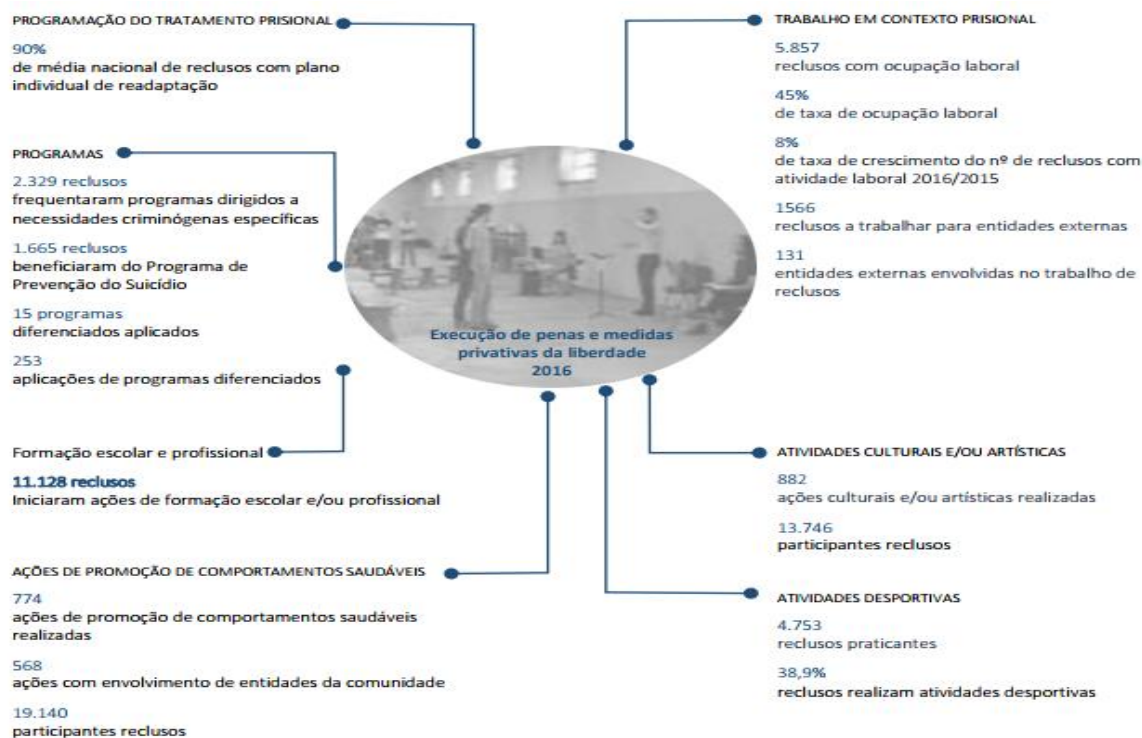
²⁰ Art.º 41 do Código da Execução das Penas e Medidas Privativas da Liberdade.

²¹ Pode ser consultada na íntegra em <http://www.dgsp.mj.pt/>.

²² Art.º 49 do Código da Execução das Penas e Medidas Privativas da Liberdade.

No âmbito das atividades culturais/artísticas e também desportivas participam 18499. Destes, 13746 reclusos estavam dedicados às atividades culturais e, os restantes 4753 às atividades desportivas.

Imagem 1: Atividades realizadas no âmbito do tratamento prisional



Fonte: Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais- Ministério da Justiça
Relatório de Atividades e Autoavaliação 2016

3.5. Animação sociocultural

Este tipo de atividade tem sido desenvolvido nos últimos anos, apresentando um crescimento significativo, onde se verifica uma maior participação da comunidade externa ao EP. Isto implica atividades impulsionadas pelos estabelecimentos prisionais e pelos serviços centrais, abrangendo vertentes ligadas à leitura e escrita. Uma vez que a cultura é um dos direitos, o livro é considerado um dos instrumentos que promove a cultura. Portanto, as bibliotecas existentes nas prisões são os meios mais benéficos para os reclusos, o que serve de apoio à reabilitação dos mesmos.

Os jornais, nomeadamente os jornais prisionais são desenvolvidos pelos próprios reclusos, cuja informação publicada é referente ao dia a dia na prisão. Este instrumento tem como finalidade a reflexão e o lazer dos demais indivíduos.

Outros dos instrumentos que fomentam a cultura é a música²³, estimulando a educação e socialização entre reclusos e, especialmente ajuda a incentivar a criatividade dos mesmos. Esta é das atividades que apresenta grande aderência por parte das instituições prisionais, que adquirem grupos musicais e intercâmbios ligados à música.

As competências podem ser desenvolvidas através de uma outra ferramenta, o teatro. Esta atividade no âmbito formativo já é cada vez mais presente em contexto prisional, o que implica a organização de espetáculos e, por outro lado, possibilita a receção e visualização de peças e grupos de teatro externos. Outras atividades disponíveis no seio prisional são os programas que envolvem palestras, artes plásticas e também exposições.

3.6. Atividades desportivas

No tratamento prisional reside a prática de atividades desportivas para os reclusos. Estas atividades detêm como objetivo a ocupação dos tempos livres, estimulando hábitos mais saudáveis, vantajosos para a saúde e bem-estar dos indivíduos, para as relações pessoais e dos grupos, para o combate a certas doenças, designadamente doenças cardiovasculares, o que acarreta efeitos positivos para eles e para a própria estrutura prisional. No fundo, todas estas atividades cooperam para a reinserção dos reclusos na sociedade após se encontrarem em liberdade.

As atividades no âmbito desportivo, acessíveis no interior dos estabelecimentos prisionais encontram-se ao encargo do Centro de Competências para a Gestão

²³ A DGRSP organiza o Festival de Música Inter-Prisões, todos os anos no dia 1 de outubro- Dia Internacional da Música.

da Programação e das Atividades de Tratamento Prisional, sendo em algumas situações os técnicos de educação e os guardas prisionais a assumir a responsabilidade dessas atividades.

Apresentam-se como exemplos de atividades as seguintes:

- O Campeonato Nacional de Futebol de 5 Inter-estabelecimentos prisionais, que conta com a colaboração das Associações Regionais de Futebol.
- O Campeonato Nacional de Atletismo para Reclusos, realizado em colaboração com a Federação Portuguesa de Atletismo e as Associações Regionais de Atletismo.
- O Torneio Prisional de Remo *Indoor*, com a colaboração da Federação Portuguesa de Remo.
- Campeonato Nacional de Remo *Indoor* envolvendo todos os EP que já praticam a modalidade.

3.7. Apoio à Reintegração Social

O apoio à reintegração social dos reclusos em contexto prisional consiste na preparação para a liberdade, com instrumentos, programas de apoio aos reclusos com carências particulares e associações com o objetivo da reinserção social, lado a lado com outras entidades públicas e as conhecidas IPSS's, Instituições Particulares de Solidariedade Social.

Por meio da Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, o protocolo do Ministério da Justiça recai na reinserção social dos reclusos, o que desta forma facilita a procura de trabalho, o desporto e outras atividades e conduz à inclusão social.

Os técnicos de reinserção social

Os técnicos de reinserção social são um dos recursos humanos disponíveis nas instituições prisionais. Eles são essenciais nos estabelecimentos prisionais durante o processo de cumprimento da pena, mas mais ainda após a libertação dos reclusos. Estes agentes têm a função de acompanhar os indivíduos durante a sua reclusão e é a eles que compete a promoção do contacto do indivíduo com o direito e a justiça, isto é, com os tribunais.

Os TRS representam muito o trabalho burocrático no que diz respeito às entrevistas, relatórios, aos passos dados pelos indivíduos bem como toda a documentação fundamental no processo e acompanhamento ao tribunal. Para os técnicos não é um trabalho fácil porque, muitas das vezes, as crenças e valores podem convergir, assim como os estereótipos concebidos, o que complicam a relação entre técnico e recluso.

Porém, apesar de ser um trabalho de grande responsabilidade, a autora Ana Calado defende que é “necessário um espaço de escuta ativa também para os técnicos, um espaço de supervisão que não se limite a ser a correção formal de relatórios, de um espaço de formação que concorra para o desenvolvimento pessoal e social de cada um destes profissionais” (2010:105).

No quadro 2 estão representados os trabalhadores da DGRSP na totalidade, correspondendo a 6299 trabalhadores ao serviço em 31 de dezembro, o que equivale a 428 homens e 291 mulheres. Em referência aos assistentes técnicos, particularmente os técnicos profissionais de reinserção social, estes perfazem um total de 839 membros. Os técnicos superiores, incluindo os técnicos superiores de reinserção social e reeducação, equivalem a 1058 do total de trabalhadores.

Quadro 2: Total de trabalhadores da DGRSP em 31 de dezembro de 2016

Reclusos e pessoal	Número de unidades orgânicas	Lotação	Pessoal ao serviço em 31 de dezembro							
			Total		Dirigente	Técnico superior	Assistente técnico	Assistente operacional	Guarda prisional	
			Homens	Mulheres					Homens	Mulheres
Serviços externos/Serviços Centrais					(d)	(e)	(f)			
TOTAL GERAL	153	12 798	4 208	2 091	96	1 058	839	264	3 509	535
Centros educativos	6	198	119	107	8	33	145	42		

Fonte: DGRSP- Relatório de Atividades e Autoavaliação 2016

4. Estabelecimentos Prisionais

Neste próximo capítulo apresenta-se, de uma forma geral, os estabelecimentos prisionais de Portugal e o seu funcionamento. Os estabelecimentos prisionais representam as unidades desconcentradas da DGRSP, cuja finalidade é dirigida à execução de penas e medidas, completando um total de 49 estabelecimentos prisionais em Portugal, como se verifica na lista da tabela 3.

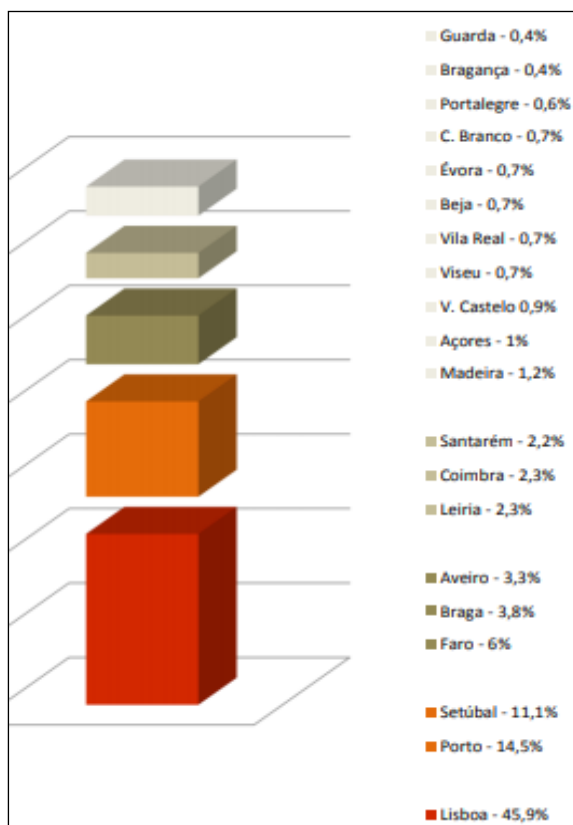
Estas instituições possuem como funcionalidade, a execução das penas e medidas privativas da liberdade, de modo a manter a ordem social e melhorar as formas de colaboração para a reinserção social dos indivíduos reclusos dos 49 Estabelecimentos Prisionais²⁴ do nosso país.

Relativamente à classificação destas unidades, no que concerne ao nível de segurança, dividem-se em três: especial, alta e média. Quanto ao grau de complexidade de gestão: grau elevado e médio. Este último, o grau de complexidade da gestão, apresenta critérios relacionados com a segurança, ocupação, lotação, os regimes, os meios disponíveis e as características dos reclusos.

²⁴ Portaria nº 13/2013, de 11 de janeiro.

Segundo o RASI no ano de 2016, seis distritos apresentados na imagem 2 representam 70,2% do total da criminalidade registada, sendo eles Lisboa- 25,8%, Porto-17,3%, Setúbal-8,9%, Faro-6,5%, Braga-6,1% e Aveiro-5,7%.

Imagem 2: Criminalidade geral participada por distrito e região autónoma



Fonte: RASI 2016

Na seguinte lista, pode consultar-se os estabelecimentos prisionais que existem por distrito judicial em Portugal.

Tabela 3: Lista dos estabelecimentos prisionais por distrito judicial em Portugal

Estabelecimentos Prisionais			
Distrito Judicial do Porto	Distrito Judicial de Coimbra	Distrito Judicial de Lisboa	Distrito Judicial de Évora
EP de Braga	EP de Aveiro	EP de Angra do Heroísmo	EP de Alcoentre ²⁵ a)
EP de Bragança	EP de Castelo Branco a)	EP de Caldas da Rainha	EP de Beja
EP de Chaves	EP de Coimbra a)	EP de Carregueira a)	EP de Elvas
EP de Santa Cruz do Bispo (mas.) a)	EP de Covilhã	EP de Caxias a)	EP de Évora ²⁶ b)
EP de Santa Cruz do Bispo (fem.) a)	EP da Guarda	EP do Funchal a)	EP de Faro
EP de Guimarães	EP de Leiria (jovens)	EP do Linhó a)	EP de Odemira
EP de Izeda a)	EP de Leiria b)	EP de Lisboa a)	EP de Olhão
EP de Lamego	EP de Torres Novas	EP de Monsanto a)	EP de Pinheiro da Cruz a) b)
EP de Paços de Ferreira a)	EP de Viseu b)	EP do Montijo	EP de Setúbal
EP do Porto a)		EP de Ponta Delgada	EP de Silves
EP de Vale do Sousa		EP de Sintra a)	EP de Vale de Judeus a)
EP de Viana do Castelo		EP de Tires b)	
EP de Vila Real		EP junto da PJ de Lisboa	
EP junto da PJ do Porto		Hosp. Prisional São João de Deus b)	
		Cadeia de Apoio da Horta	

²⁵ a) Estabelecimentos prisionais centrais.

²⁶ b) Estabelecimentos prisionais especiais.

4.1. Guardas prisionais

A DGRSP é formada por trabalhadores que formam o Corpo da Guarda Prisional²⁷ cujas funções são específicas no que corresponde à segurança dentro do estabelecimento prisional, assim como à harmonia e ordem entre a população reclusa e os trabalhadores. Os guardas prisionais são profissionais com o dever da proteção da vida dos que estão a cumprir uma pena de prisão, respeitando as leis, as decisões judiciais e também os direitos e liberdades dos reclusos.

O decreto-lei em questão apresenta as regras e princípios, aos quais se guiam os trabalhadores do CGP e, para que possam exercer funções usufruem do direito à formação profissional, ao qual devem frequentar as ações de formação.

Na tabela 2, verifica-se que, desde o ano de 2007 até 2016, o total do pessoal ao serviço nos estabelecimentos prisionais apresentou aumentos e decréscimos embora não significativos, o que corresponde a 6299 pessoas ao serviço em 2016. Quanto ao número do pessoal vigilante, onde estão inseridos os guardas prisionais representam 4044 elementos ao serviço.

No que respeita à formação inicial dos elementos do CGP, esta propõe-se a conceder aptidões para o exercício da profissão. Dessa formação fazem parte disciplinas de teor prático como a defesa pessoal e a educação física, e ainda disciplinas teóricas. O curso decorre durante nove meses e dentro deste período de tempo, a componente prática tem uma duração de três meses. No decorrer dessa formação inicial, os indivíduos são alvo de uma avaliação e classificação.

Na maioria, os trabalhadores da DGRSP e em particular, os guardas prisionais, são do sexo masculino como se constatou anteriormente no quadro 2.

²⁷ Decreto-Lei n.º 3/2014, de 9 de janeiro.

Tabela 4: Estabelecimentos prisionais: pessoal ao serviço e pessoal vigilante

Anos	Pessoal ao serviço	
	Total	Pessoal vigilante
2007	5 930	4 339
2008	5 808	4 344
2009	5 899	4 483
2010	5 770	4 405
2011	5 627	4 309
2012	5 688	4 414
2013	6 564	4 303
2014	6 306	4 141
2015	6 251	4 081
2016	6 299	4 044

Fonte: DGPJ/MJ
PORDATA, 2017

4.2. O Estabelecimento Prisional de Sintra

O Estabelecimento Prisional de Sintra²⁸ localiza-se no concelho de Sintra, distrito de Lisboa. Inicialmente, o EP de Sintra atuava como uma colónia agrícola e, nos dias de hoje, ainda usufrui dessa atividade implementada, o que permite o cultivo de produtos hortícolas como batata, alface, cenoura, a silvicultura como a limpeza da floresta, a venda de lenha, o pasto de animais como cabras e ovelhas e, ainda a jardinagem.

A população reclusa da área de Lisboa é maioritariamente urbana e, por este motivo o EP de Sintra apresenta outras opções para além da agricultura. Dentro dessas opções encontram-se as oficinas de trabalho, incluindo a serralharia, a carpintaria, estofos e a mecânica. Posteriormente, existem a cinotecnia, isto é, a criação de cães das raças pastor alemão, rottweiler e labrador.

²⁸ População reclusa do sexo masculino.

Segundo o Relatório sobre o Sistema Prisional e Tutelar de setembro de 2017, o EP de Sintra tem uma lotação de 767 lugares.

Quanto ao alojamento, podemos encontrar as alas A e B correspondente ao regime fechado e três pavilhões para os dois regimes, designados de Regime Aberto Voltado para o Interior- RAVI e o Regime Aberto Voltado para o Exterior- RAVE.

As alas do regime fechado sofreram alterações nos equipamentos sanitários e isso, possibilitou melhores condições de alojamento. Ainda no que diz respeito aos pátios das alas, nestes foram instaladas condições para a prática de atividades ligadas ao desporto como o futebol, voleibol e basquetebol. Em relação ao primeiro piso do primeiro pavilhão da ala B, adaptou-se o espaço para um dos projetos desenvolvidos, nomeadamente o Projeto de Intervenção na Toxicodependência de Sintra- PITS²⁹.

Tabela 5: Lotação por género

<div>Lotação</div> <div>Género</div>	Lotação oficial	Ocupação em 10 de Maio/2017	Taxa de ocupação
Masculino	767	607	79,14%

Fonte: Relatório sobre Sistema Prisional e Tutelar, setembro 2017

O grau de complexidade de gestão

A Portaria n.º 13/2013 de 11 de janeiro, determina a classificação dos estabelecimentos prisionais visando a apreciação do nível de segurança, do grau de complexidade de gestão, lotação de cada estabelecimento.

Para o nível de segurança foram elaborados três graus e os respetivos regimes:

- a) Nível de segurança especial- regime de segurança;
- b) Nível de segurança alta-regime comum;

²⁹ Este projeto está em vigor desde janeiro de 2005.

c) Nível de segurança média-regime aberto.

Já a classificação, no que concerne ao grau de complexidade³⁰, evidencia-se o nível de segurança, a lotação ou ocupação dos estabelecimentos a existência de serviços e/ou programas específicos e a gestão financeira. As características do grau de complexidade de gestão elevado, podem ser consultadas no art.º 2 da Portaria n.º 13/2013, a 11 de janeiro (ver anexo 4).

No caso em concreto, o EP de Sintra apresenta um nível de segurança alto e um grau de complexidade de gestão elevado³¹.

Figura 1: Classificação do Estabelecimento Prisional de Sintra

Classificação	Segurança	Grau de Complexidade de Gestão
	Alta	Elevado

Fonte: DGRSP

4.3. Projetos e ações dentro do Estabelecimento Prisional de Sintra

4.3.1. Cursos de escolares/ formação profissional

Como foi proferido em capítulos anteriores, os cursos escolares e a formação profissional são dois meios que potencializam a reinserção social da população reclusa e, conseqüentemente conduz à diminuição da reincidência.

Assim, observa-se que no estabelecimento prisional de Sintra no ano de 2016 estavam inscritos 137 reclusos em ações/cursos concluídos, 105 em formação escolar e 31 em formação profissional. Quanto ao total de ações/cursos concluídos e a decorrer corresponde ao total de 291 indivíduos. Deste total, 244 cursavam nas formações escolares e 47 na formação profissional.

³⁰ Existem dois graus de complexidade de gestão: médio e elevado.

³¹ <http://www.dgsp.mj.pt/paginas/estabelecimentos/lisboa/sintra.htm>.

Quadro 3: Reclusos integrados em cursos escolares e de formação profissional em 2016

Estabelecimentos Prisionais	Nº inscritos em ações/cursos concluídos em 2016			Nº inscritos em ações/cursos a decorrer a 31-12-2016			Total geral ações/cursos concluídos e a decorrer			Frequência líquida a 31-12-2016 Nº de reclusos/formandos		
	Form. escolar	Formação profis.	Total	Form. escolar	Formação profis.	Total	Form. escolar	Formação profis.	Total	Form. escolar	Formação profis.	Total
Estabelecimentos Prisionais de grau de complexidade de gestão elevado												
EP Alcoentre	118	138	256	49	91	140	167	229	396	48	86	134
EP Carregueira	205	0	205	223	15	238	428	15	443	167	13	180
EP Caxias	148	15	163	62	0	62	210	15	225	50	0	50
EP Coimbra	0	177	177	176	47	223	176	224	400	135	43	178
EP Funchal	162	0	162	135	0	135	297	0	297	89	0	89
EP Izeda	83	110	193	104	16	120	187	126	313	78	16	94
EP Leiria Jovens	90	82	172	35	81	116	125	163	288	21	67	88
EP Linhó	112	17	129	120	46	166	232	63	295	91	38	129
EP Lisboa	165	17	182	91	0	91	256	17	273	74	0	74
EP Monsanto	19	0	19	22	0	22	41	0	41	18	0	18
EP Paços de Ferreira	167	87	254	182	80	262	349	167	516	140	78	218
EP Pinheiro da Cruz	106	0	106	95	0	95	201	0	201	92	0	92
EP Porto	440	156	596	666	125	791	1.106	281	1.387	420	96	516
EP Santa Cruz Bispo Fem	0	0	0	141	0	141	141	0	141	130	0	130
EP Santa Cruz Bispo Masc	134	80	214	141	17	158	275	97	372	101	14	115
EP Setúbal	14	47	61	91	0	91	105	47	152	78	0	78
EP Sintra	105	32	137	139	15	154	244	47	291	125	13	138
EP Tires	105	31	136	104	25	129	209	56	265	97	23	120
EP Vale de Judeus	134	108	242	171	81	252	305	189	494	168	77	245
EP Vale do Sousa	202	34	236	279	72	351	481	106	587	241	63	304
HP S. João de Deus	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: DGRSP- Relatório de Atividades e Autoavaliação 2016

4.3.2. Atividade laboral

O trabalho em meio prisional pode ser realizado no interior ou exterior das instalações do estabelecimento com a finalidade de desenvolver e até mesmo, aperfeiçoar as aptidões dos reclusos.

Observando o quadro 4, certifica-se que houve uma diminuição da população reclusa no EP de Sintra do ano 2015 para 2016. Contudo, em relação ao número de reclusos a trabalhar neste estabelecimento, ocorreu um ligeiro aumento, encontrando-se 294 indivíduos a trabalhar a 31 de dezembro de 2016.

Quadro 4: Reclusos com atividade laboral em 2016

Estabelecimento Prisional	População prisional ² 31-12-2015	Reclusos a trabalhar		População prisional ² 31-12-2016	Reclusos a trabalhar		Variação 2016/15 %
		Nº	%		Nº	%	
Estabelecimentos Prisionais de grau de complexidade de gestão elevado							
EP Alcoentre	577	245	42	591	271	46	11
EP Carregueira	729	350	48	706	369	52	5
EP Caxias	516	151	29	532	163	31	8
EP Coimbra	505	194	38	517	233	45	20
EP Funchal	246	149	61	233	156	67	5
EP Izeda	291	211	73	253	210	83	0
EP Leiria Jovens	188	77	41	182	45	25	-42
EP Linhó	475	186	39	439	196	45	5
EP Lisboa	1.327	245	18	1.220	262	21	7
EP Monsanto	70	28	40	78	31	40	11
EP Paços de Ferreira	737	331	45	726	347	48	5
EP Pinheiro da Cruz	656	272	41	637	312	49	15
EP Porto	1.201	380	32	1.185	420	35	11
EP Santa Cruz Bispo Feminino	328	295	90	337	287	85	-3
EP Santa Cruz Bispo Masculino	470	201	43	456	229	50	14
EP Setúbal	295	73	25	250	81	32	11
EP Sintra	712	262	37	634	294	46	12
EP Tires	436	275	63	417	304	73	11
EP Vale de Judeus	500	245	49	484	216	45	-12
EP Vale do Sousa	379	190	50	372	209	56	10
HP S. João de Deus	39	13	33	48	14	29	8

Fonte: DGRSP- Relatório de Atividades e Autoavaliação 2016

4.3.3. Atividades socioculturais

No que respeita a este tipo de atividades, como a leitura, escrita, música dos quais os reclusos podem usufruir, estimula as capacidades e o bem-estar destes. Esta conceção de animação sociocultural está associada à vertente da educação não formal, uma vez que são atividades efetuadas fora do horário escolar. Para Canário, este tipo de atividades consiste num “conjunto de processos que permitem potenciar, em termos educativos, articulando-as, as situações sociais quotidianamente vividas” (2008:83) e, com isto, entende-se também as vivências e experiências apreendidas no interior da instituição prisional.

Encontra-se no quadro 5, o número de reclusos que participaram nas atividades de vertente cultural e artística e as respetivas ações desenvolvidas. Assim, pode concluir-se que, em 2016, participaram 771 reclusos nas atividades culturais/artísticas, existindo 54 ações no EP de Sintra.

Quadro 5: Atividades culturais/ artísticas realizadas em 2016

Estabelecimentos Prisionais	Atividades culturais e/ou artísticas realizadas	
	Nº ações	Nº total de participantes reclusos
EP Alcoentre	21	432
EP Carregueira	5	416
EP Caxias	11	47
EP Coimbra	13	308
EP Funchal	45	367
EP Izeda	44	260
EP Leiria Jovens	80	215
EP Linhó	31	426
EP Lisboa	44	442
EP Monsanto		-
EP Paços de Ferreira	9	332
EP Pinheiro da Cruz	19	258
EP Porto	37	1.413
EP Santa Cruz Bispo Feminino	7	610
EP Santa Cruz Bispo Masculino	7	392
EP Setúbal	19	208
EP Sintra	54	771
EP Tires	5	489
EP Vale de Judeus	6	278
EP Vale do Sousa	10	430
HP S. João de Deus		-

Fonte: DGRSP- Relatório de Atividades e Autoavaliação 2016

Em suma, torna-se fundamental a expansão de atividades com diferentes vertentes dentro dos estabelecimentos prisionais, de forma a contribuir para a socialização entre reclusos, para o desenvolvimento de capacidades pessoais e profissionais e, essencialmente para o bem-estar geral da população prisional.

4.3.4. Programas/Projetos específicos nos estabelecimentos prisionais

Relativamente ao processo de apoio à reinserção social, a DGRSP dispõe de Programas/Projetos específicos³² tendo como finalidade, não só a promoção da reinserção dos reclusos mas também programas informativos sobre a prevenção e tratamento de certas doenças, a prevenção da reincidência e diminuição do impacto de determinados crimes, nomeadamente os crimes sexuais. Assim, apresentamos alguns exemplos desses programas/projetos específicos:

- Programa de Intervenção em Agressores Sexuais em Meio Prisional;
- "Rumos de Futuro - da prisão para a inclusão";
- Plano de Ação Nacional para Combate à Propagação de Doenças Infeciosas e Toxicodependência em Meio Prisional;
- Projeto Sida em Meio Prisional;
- REXISTIR - Projeto Pluridisciplinar de Formação e Criação Artística Contínua;
- Projeto de gestão integrada da população reclusa no Algarve
Projeto DVD – Dinamizar, Visionar, Discutir (Relatório);
- Programa de Intervenção na problemática do Alcoolismo (Álcool).

Os programas são implementados consoante as características dos reclusos como o sexo, a idade, o perfil do indivíduo, o tipo de crime. Através do quadro 6, podemos retirar que, no ano de 2016, no EP de Sintra foram aplicados 7 programas num total ponderado de 7 programas a ser aplicados no estabelecimento.

³² Estes e outros programas/projetos específicos podem ser consultados em <http://www.dgsp.mj.pt/>.

Quadro 6: Programas dirigidos a necessidade criminógenas específicas aplicados em contexto prisional em 2016

Estabelecimentos Prisionais	Programas com ponderação 3			Programas com ponderação 1,5				Programas com ponderação 1					Total programas aplicados	Total ponderado programas aplicados
	AS	GPS	JR	DM	Comp Emp	Comp Aditivos	Alcoo	PIPS	ES	PPC	EE	Outros		
Estabelecimentos Prisionais com Grau de complexidade de gestão elevado (7/9)														
EP Alcoentre				4				1	1	1			7	9
EP Carregueira	3	1						1	2				7	15
EP Caxias								1					1	1
EP Coimbra				3		2		1		3			9	11,5
EP Funchal		1		2	3			1	2				9	13,5
EP Izeda			3	3				1	1				8	15,5
EP Leiria Jovens		1						1	2		3		7	9
EP Linhó		1	1					1	2				5	9
EP Lisboa			2	1	1			1	2	1			8	13
EP Paços de Ferreira			3	4				1					8	16
EP Pinheiro da Cruz								1	4	2			7	7
EP Porto				1				1	2	2	1		7	7,5
EP Santa Cruz Bispo Fem²				2				1				7	10	11
EP Santa Cruz Bispo Masc	1	1						1	2	2			7	11
EP Setúbal				3		1	1	1	1	1			8	10,5
EP Sintra								1	4	2			7	7
EP Tires				3				1		2	3		9	10,5
EP Vale de Judeus			3					1					4	10
EP Vale do Sousa			1	3				1		2			7	10,5

Fonte: DGRSP- Relatório de Atividades e Autoavaliação 2016

Entre os 7 programas aplicados no EP de Sintra, podemos evidenciar um Programa Integrado de Prevenção do Suicídio (PIPS), quatro Programas de Intervenção dirigido a autores de Delitos Estradais - Estrada Segura (ES) e dois Programas de Prevenção da Reincidência e da Recaída – Construir um Plano de Prevenção e Contingência (PPC).

5. Enquadramento metodológico

“ (...) Corpo orientador de pesquisa que, obedecendo a um sistema de normas, torna possíveis a seleção e articulação de técnicas, no intuito de se poder desenvolver o processo de verificação empírica”

(Pardal, L., Correia, E., 1995:10)

Para a elaboração de uma dissertação não poderia faltar um capítulo dedicado à metodologia utilizada ao longo da investigação. Esta investigação provém de um “conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos” (Gil, 2008, p. 8).

Desta forma, podemos referir que uma investigação social “não é, pois, uma sucessão de métodos e técnicas estereotipadas que bastaria aplicar tal e qual se apresentam, numa ordem imutável. A escolha, a elaboração e a organização dos processos de trabalho variam com cada investigação específica” (Quivy et al., 1995:17). Porém, essa investigação não está confinada só ao conhecimento mas também a um planeamento de todo o processo de trabalho.

Nesta fase, torna-se essencial definir o que é um método científico. Assim, recorreremos à definição do autor Trujillo Ferrari, ao afirmar que o método é uma das características da ciência, ou seja, é um instrumento imprescindível para o pensamento e procedimentos de um investigador para que este consiga alcançar o objetivo pretendido (1974). Por outras palavras, o método consiste no caminho que o investigador deve percorrer, ou melhor, representa os passos/procedimentos por ele utilizados.

Nesta perspetiva, o esclarecimento do caminho percorrido e as técnicas utilizadas ao longo do estudo é uma das fases fundamentais, mas nunca prescindindo dos obstáculos epistemológicos que deverão ser ultrapassados pelo investigador. Este percurso deve ser organizado e, para isso é útil a construção de um plano para que os passos sejam seguidos com rigor e, desta

forma, evitar percalços que poderão ocorrer ao longo da investigação científica. Um desses passos a ser efetuado pelo investigador remete para a construção de um cronograma, onde constam as tarefas e o período de tempo a serem cumpridas, o que permite uma maior organização e estruturação.

Contudo, sabe-se que “nenhuma abordagem depende unicamente de um só método, da mesma forma que não exclui determinado método apenas porque é considerado «quantitativo» «qualitativo» ou designado por «estudo de caso», «investigação-acção», etc. “ (Bell, 1997:85). Por exemplo, para Albarello e outros autores “nem o qualitativo nem o quantitativo garantem uma objectividade total; tendem apenas a assegurar um procedimento o mais objectivo possível, o que não é nada fácil” (2011:85). Neste sentido, o processo de investigação numa abordagem qualitativa implica o diálogo entre o investigador e a população alvo porque ambos podem ser abordados de uma forma imparcial.

De seguida, torna-se relevante distinguir as abordagens que podem ser utilizadas numa pesquisa científica. Deste modo, a abordagem quantitativa requer uma classificação, a utilização de número, estatísticas, isto é, implica a recolha de dados quantificáveis. De acordo com Bardin “na análise quantitativa, o que serve de informação é a frequência com que surgem certas características do conteúdo” (1979:21).

Em contrapartida, a abordagem qualitativa aborda o ambiente como forma de recolha de dados, melhor dizendo, trabalha com valores, fenómenos, crenças e opiniões, realidades que não são quantificáveis. Na sequência de uma abordagem qualitativa, o investigador tem o desafio de enfrentar o campo de estudo, o que lhe permite estar por dentro do contexto. Por conseguinte, compreende melhor o objeto em análise, o que revela ser uma vantagem para alcançar o objetivo ambicionado.

No caso em concreto e, de maneira a cumprir o plano da investigação, optamos por uma análise intensiva, o que demonstrou ser o mais favorável à compreensão do objeto de estudo da pesquisa.

A abordagem do espaço prisional foi feita através de uma análise profunda do percurso da população reclusa exclusivamente masculina do EP de Sintra e foram analisadas as suas características identitárias, os meios e as competências necessárias e apropriadas que os indivíduos adquirem durante o período de reclusão, de modo a potencializar a reinserção social e a diminuição da reincidência. Recorremos a uma abordagem caracterizada por estudos exploratórios para uma análise mais profunda, além de admitir maior precisão no diagnóstico dos aspetos pertinentes relativamente ao percurso dos reclusos dentro do estabelecimento prisional. Para isso, tivemos em conta a formação adquirida (ou não) dentro da instituição para se poder analisar os processos identitários e a reinserção social.

Desta forma e, com os objetivos delineados, pretendemos utilizar os seguintes instrumentos. O primeiro diz respeito à conversa com especialistas, a começar pelo orientador da dissertação; O segundo, relacionado com a pesquisa e análise documental com recurso à bibliografia, legislação, documentos complementares, enciclopédias, dicionários temáticos e revistas científicas, bem como outras dissertações de mestrado e teses de doutoramento cujas problemáticas verifiquem alguma convergência teórica. Neste último caso, demos especial destaque à bibliografia existente nas mesmas; De seguida, outro dos instrumentos usados foi pesquisa eletrónica nos catálogos bibliográficos *online* nas bibliotecas nacionais, bibliotecas das universidades nacionais e estrangeiras; O quarto instrumentos refere-se à entrevista semi-diretiva aos indivíduos reclusos do estabelecimento prisional de Sintra e, eventualmente, a guardas prisionais/técnicos do mesmo, de modo a obter ou não versões e opiniões dos factos analisados; E por último, a observação direta, complementada com o momento das entrevistas.

5.1. Técnicas e procedimentos de estudo

É verdade que “traduzir um projecto de investigação sob a forma de uma pergunta de partida só será útil se essa pergunta for correctamente formulada. Isto não é necessariamente fácil, pois uma boa pergunta de partida deve

preencher várias condições” (Quivy e Campenhoudt, 1998: 35), deve ser clara, exequível e, sobretudo, pertinente para o tema. É deveras importante esclarecer de forma sucinta o trajeto da investigação para que seja válido na comunidade científica.

O planeamento de uma investigação revela ser dos principais passos a realizar, mas a escolha e decisão das técnicas a utilizar mostra ser um procedimento essencial em qualquer estudo. Nessa medida, evocamos as seguintes técnicas de recolha de dados: a pesquisa e análise documental, inquérito por entrevista e, também será explicado o estudo de caso, por ser um método adequado ao tema em questão.

5.1.1. O estudo de caso

Como o objeto de estudo a analisar, a população prisional de Sintra, consiste numa comunidade específica, optamos pela aplicação do estudo de caso. Este instrumento permite a recolha de dados e baseia-se na análise das perspetivas de vida, nas informações sobre a comunidade, nomeadamente, os reclusos do EP de Sintra, de acordo com os objetivos da investigação. Este instrumento tem de ser objetivo, coerente e original.

Portanto, o estudo de caso “consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou mais objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento.” (Gil,2010:37), ou então é visto como “uma investigação empírica que investiga um fenómeno contemporâneo dentro do seu contexto real de vida, especialmente quando as fronteiras entre o fenómeno e o contexto não são absolutamente evidentes” (Yin,1994:13). Ambas as definições mostram o grande destaque que é atribuído ao objeto do estudo.

Assim, pensamos ser esta a melhor opção, uma vez que se procedeu a uma observação direta de um contexto particular e de acesso dificultado. Esta escolha é complementada por Bell ao afirmar que “é especialmente indicado para investigadores isolados, dado que proporciona uma oportunidade para

estudar, de uma forma mais ou menos aprofundada, um determinado aspeto de um problema em pouco tempo” (2002:22).

No entanto, este método pode suscitar algumas dúvidas devido às dificuldades para a população alvo e também para o próprio investigador. Contudo, este método é mais fácil de executar que outros estudos. Como o investigador teria de estar em campo, ter um contacto direto com os reclusos, pareceu-nos ser a melhor opção num vasto leque de escolhas.

5.1.2. Observação direta

Este capítulo é dedicado a uma das técnicas de recolha de dados mais utilizada e fundamental para os investigadores quando optam pela abordagem qualitativa (Angrosino, 2009). Desta forma, apelamos aos autores Adler e Adler ao confirmarem que “o futuro da observação é mais o seu uso como técnica integrada que como método principal” (1998: 55).

Nos dias que correm, o Homem, como elemento da sociedade, depara-se diariamente com diversas situações, observando tudo ao seu redor, de forma, a entender e interpretar o comportamento dos outros. Porém, encontram-se diferenças, no que diz respeito à observação feita por um cientista e pelo cidadão comum. Com isto, pretendemos afirmar que essa diferença reside na natureza sistemática e intencional (Adler e Adler, 1998).

A técnica em análise permite a exploração e o contacto com o objeto em campo que pode perdurar por longos períodos de tempo e, posteriormente possibilita a construção de categorias que farão parte da análise da investigação.

A observação baseia-se em três partes: 1) observar, 2) escutar e 3) registar. Com isto, mais do que questionar, devemos observar, sendo mais fácil retirar eventuais informações que serão úteis para as considerações finais. Neste contexto, esta técnica consistiu na observação dos comportamentos, reações,

formas de estar da população reclusa inquirida, perante o investigador no momento em que foram aplicadas as entrevistas.

Em suma, como confirmam Atkinson e Hammersley, “Em certo sentido, toda pesquisa social é uma forma de observação participante, porque não é possível estudar o mundo social sem ser parte dele. Sob tal ponto de vista, observação participante não é uma técnica de pesquisa específica, mas um modo de estar no mundo característico dos pesquisadores” (1994:249).

5.1.3. A entrevista

“O termo entrevista é construído a partir de duas palavras, entre e vista. Vista refere-se ao ato de ver, ter preocupação com algo. Entre indica a relação de lugar ou estado no espaço que separa duas pessoas ou coisas. Portanto, o termo entrevista refere-se ao ato de perceber realizado entre duas pessoas. RICHARDSON (1999: 207) ”

A entrevista é outra técnica de recolha de dados que privilegia a vertente verbal dos investigados. Esta técnica tem a vantagem de ser realizada presencialmente, isto é, cara a cara com o entrevistado, perante a existência de um guião que foi antecipadamente estruturado e elaborado pelo entrevistador. Outra vantagem apontada por Bell é a adaptabilidade, onde “Um entrevistador habilidoso consegue explorar determinadas ideias, testar respostas, investigar motivos e sentimentos, coisas que o inquérito nunca poderá fazer” (2002:118).

Esta é uma técnica intensiva e podemos distinguir duas vertentes. A entrevista semi-diretiva serve para ter acesso a testemunhos pessoais, cujo objetivo é a recolha de informação mais qualitativa. Esta técnica recorre a um guião sólido que é conduzido pelo entrevistador. De outro modo, a entrevista não-diretiva situa-se no extremo oposto, o que permite maior liberdade ao entrevistador de construir livremente o seu discurso sem que haja manipulação do próprio.

Do vasto leque de técnicas existentes na análise qualitativa, a que pareceu mais adequada foi a entrevista como já explicamos anteriormente. Neste contexto, o tipo de entrevista aplicado nesta investigação foi a entrevista semi-diretiva que é um balanço entre a entrevista diretiva e não diretiva.

Julgamos mais produtivo aplicar esta técnica de estudo, porque oferece um conjunto de questões direcionadas para determinados pontos pretendidos na investigação. Não obstante, pretendemos uma maior fluidez e naturalidade no discurso do entrevistado, o que dá possibilidade para novas descobertas que não são abordadas no guião (Ghiglione & Matalon, 1992).

O carácter descritivo de uma investigação não pode ser superficial, mas sim um estudo profundo daquilo que pretendemos. É neste domínio que a entrevista se torna então num instrumento de investigação imperativo à investigação e, por isso é possível declarar que quanto maior for a liberdade de expressão e a iniciativa deixada aos entrevistados, quanto maior for a duração da entrevista e mais vezes ela se repetir, mais rica e mais informações serão recolhidas. Assim, “O entrevistador deve esforçar-se por fazer o menor número possível de perguntas. A entrevista não é um interrogatório nem um inquérito por questionário” (Quivy e Campenhoudt, 1998: 74).

Por conseguinte, recorreremos a uma outra ferramenta de trabalho, ou seja, à gravação das entrevistas com a devida autorização dos entrevistados. No início da conversa foram explicados os objetivos do estudo e foi apresentado um consentimento informado a cada um com as informações necessárias para a realização do estudo.

Por fim, após a realização das entrevistas, procedemos à respetiva transcrição de maneira precisa e rigorosa e, no capítulo adiante será apresentada a devida análise. Desta maneira e, segundo o autor Jorge Vala a “análise de conteúdo é hoje uma das técnicas mais comuns na investigação empírica realizada pelas diferentes ciências humanas e sociais” (Silva e Pinto, 2001: 101). Esta fase de análise requer uma atenção maior, pois oferece a possibilidade de tratar a informação de forma mais metódica e ordenada. Com isto, pretendemos subir

mais um patamar e levar mais um contributo prático, visto que a finalização desta pesquisa deverá representar um avanço positivo nesta temática perante a comunidade científica.

5.1.4. Pesquisa bibliográfica

Outra técnica de levantamento de dados retratada neste capítulo é a pesquisa bibliográfica, que por outras palavras se resume na pesquisa de documentos já existentes como obras, artigos científicos, dissertações de mestrado, jornais, teses de doutoramento, e isso obriga o investigador a ter contacto com as fontes ou material recolhido em papel. Relativamente a uma fonte, que é cada vez mais utilizada pelas pessoas, designado por internet, torna-se necessário a devida consulta em sites fidedignos.

A pesquisa bibliográfica é um processo longo e é preciso uma dedicação especial, uma vez que existem inúmeros resultados quando se efetua uma pesquisa. Portanto, o investigador deve apenas recorrer àqueles que considera fiáveis e apropriados para os objetivos desejados e selecionar desde o início os que lhe parecem úteis. Neste sentido, a pesquisa bibliográfica retrata um método de recolha e de verificação de dados, dispondo de fontes propícias de informação, sejam elas escritas ou não.

Assim, no presente trabalho foi implementada uma pesquisa bibliográfica com base em leitura de obras, artigos científicos, dissertações e teses de diversas autorias e relatórios de atividades da DGRSP, nomeadamente o Relatório de Atividades e Autoavaliação de 2016. Concluída esta parte, realizou-se o levantamento de documentos, como a legislação da Lei Orgânica da Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais (ver anexo 5) e respetivos documentos complementares (ver anexo 6), bem como a pesquisa de dados estatísticos relativos aos estabelecimentos prisionais de Portugal, em particular do EP de Sintra.

No fim da recolha bibliográfica, avançamos para a análise documental. Neste contexto, analisaram-se documentos publicados pela DGRSP, nomeadamente o Relatório de Atividades e Autoavaliação de 2016, a Lei Orgânica da DGRSP e outros documentos anteriormente mencionados. Todo este processo de recolha e leitura facilitou a construção da estrutura da investigação e o enquadramento teórico desenvolvido.

5.2. Elaboração e aplicação das entrevistas

A elaboração de um estudo é um processo complexo. Porém, a fase das entrevistas, seja a construção do guião estruturado e a aplicação do mesmo em campo é igualmente difícil e morosa.

Contudo, não se pode ignorar os requisitos necessários até à aprovação da realização do estudo, neste caso em concreto no contexto prisional. Inicialmente, procedeu-se à elaboração do requerimento, de modo a pedir autorização para efetuar o estudo académico no Estabelecimento Prisional de Sintra. Deste modo, foram enviados por correio dois exemplares do projeto de investigação, um deles para o Sr. Diretor da Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais e o outro para o Sr. Diretor do Estabelecimento Prisional de Sintra. Após a aprovação por parte da DGRSP, procedemos à marcação dos dias para a aplicação das entrevistas com a direção do EP de Sintra.

Como critérios para a escolha da amostra, no caso dos guardas prisionais cingimo-nos ao número de anos de carreira, à conclusão dos cursos de diferentes anos para perceber as ideias e perceções relativamente ao objeto de estudo, nomeadamente se se constatava uma evolução do conceito de reinserção social na perspetiva da população prisional. Quanto aos reclusos, a seleção foi essencialmente centrada nas diversas faixas etárias, no número de anos de pena de prisão, a quantidade de vezes que foram presos e, por fim, os reclusos com patologias, mau comportamento, que apresentavam uma deficiente adaptação ao meio prisional e indivíduos com personalidades diferentes, nomeadamente, distúrbios de comportamento.

Para a investigação, o guião das entrevistas foi construído com rigor, de forma estruturada e aprovado pelo orientador da dissertação, antes de ser aplicado. Foram elaborados e aplicados dois guiões distintos. Um primeiro guião foi elaborado e empregue aos reclusos, cuja estrutura estava dividida em quatro partes: 1) caracterização sociodemográfica, 2) o antes da prisão, 3) percurso dentro do estabelecimento prisional e 4) o depois da prisão. O segundo guião, dedicado a questões direccionadas para os guardas prisionais, técnicos e diretor do estabelecimento. Aqui constavam igualmente quatro partes, com os seguintes indicadores: 1) caracterização sociodemográfica, 2) experiência profissional, 3) dentro do estabelecimento e 4) futuro.

No total realizaram-se 12³³ entrevistas em contexto prisional. Estas entrevistas ocorreram nos dias 18 e 15 de julho e setembro, respetivamente, da parte da tarde, com início às 14h30 minutos. No dia 18 de julho, o EP disponibilizou o refeitório da Ala B, onde se realizaram 8 entrevistas, 4 delas a reclusos, 3 a guardas prisionais e uma última ao substituto do Sr. Diretor do EP de Sintra. Neste último caso, a entrevista foi efetuada ao substituto do Sr. Diretor, uma vez que nos dias de apresentação no estabelecimento não foi possível o contacto devido à sua ausência das instalações por motivos que não foram revelados.

No dia 15 de setembro, efetuaram-se 3 entrevistas num gabinete providenciado pelo estabelecimento. Essas 3 entrevistas foram aplicadas a reclusos e, no mesmo dia via correio eletrónico, à técnica/psicóloga que nos acolheu e acompanhou de perto este processo das entrevistas. É de referir também que, esta entrevista realizou-se por este meio devido ao horário restrito de saída dos reclusos (o que ocupou todo o tempo disponibilizado até irem novamente para as celas) e ao horário de serviço da própria psicóloga que estava preenchido com as consultas. Ao longo deste processo, houve igual acompanhamento por parte dos guardas prisionais quando as entrevistas foram implementadas aos reclusos, nunca interferindo com a realização das mesmas. A presença destes

³³ Das 12 entrevistas, 2 não serão utilizadas devido à falta de conteúdo das mesmas.

profissionais, apenas serviu para garantir a ordem e segurança do investigador e de todos os colaboradores neste processo.

Antes do início das entrevistas procedemos à devida apresentação por parte da entrevistadora, explicou-se os requisitos, o tema em análise e o facto de ocorrer a gravação das entrevistas mas sempre sob o direito de anonimato, utilizadas apenas para fins académicos e com a condição de todas as gravações serem eliminadas no fim da realização do estudo.

Para a execução das entrevistas foi pedido aos entrevistados o máximo de conforto e à vontade, de modo a exprimirem as suas opiniões em relação ao tema, sem quaisquer julgamentos por parte da investigadora. O objetivo máximo consistiu na passagem da imagem de um simples estudante interessado no assunto, sem intimidação, repressão e juízos de valor.

O primeiro impacto revelou-se um pouco complicado, uma vez que era a primeira vez da investigadora em campo no contexto prisional. Contudo, apesar do receio, manteve-se a calma e a vertente profissional e assim, ao longo das entrevistas tornou-se mais fácil e fluído o diálogo com os inquiridos.

Por outro lado, a grande surpresa foi o à vontade por parte dos reclusos que se demonstraram dispostos a colaborar, sem restrições relativamente ao pedido de gravação das entrevistas. Este pedido fez todo o sentido porque as gravações são um instrumento essencial para a análise das entrevistas, mas “esta é geralmente dada sem reticências quando os objetivos da entrevista são claramente apresentados e o entrevistador se compromete, primeiro, a respeitar o seu anonimato, segundo, a conservar ele próprio as fitas magnéticas e, terceiro, a apagar as gravações logo que tenham sido analisadas” (Quivy et al., 1998: 76).

Ao aplicar este método da entrevista, recorreremos a uma linguagem mais familiar, de fácil compreensão para o recluso, adaptando-a às características de cada um ao longo do processo. Os inquiridos foram estimulados no decorrer das entrevistas a responder (Ghiglione e Matalon, 2001), porém foi-lhes informado que caso não se sentissem capacitados, poderiam recusar

responder às questões. As perguntas feitas aos entrevistados estimularam a opinião e reflexão crítica, no entanto a ordem pelo qual foram aplicadas mostrou-se vantajoso para os inquiridos mas também para o próprio investigador porque implicou uma certa organização do pensamento (Ghiglione et al, 2001).

Como já referido anteriormente, houve uma prevenção do entrevistador, ao informar o direito de anonimato e confidência das informações reveladas. Caso demonstrassem interesse na investigação, ser-lhes-ia disponibilizada uma cópia do estudo.

Logo depois de termos em posse todas as entrevistas, estas foram corretamente transcritas, que consistiu num procedimento lento e tedioso, pois foi necessário ouvir várias vezes. Contudo, este processo é inevitável porque serve de suporte para o investigador, uma vez que facilita a análise do conteúdo das entrevistas. Devido ao anonimato, a transcrição das entrevistas só estarão disponíveis em versão digital.

5.3. Perfil dos entrevistados

Como já mencionado previamente, a amostra em análise é constituída por 12 indivíduos maioritariamente do sexo masculino, à exceção de um técnico/psicólogo do estabelecimento que é do sexo feminino. Ressalva-se que dessas 12 entrevistas realizadas, duas não revelaram conteúdo suficiente e, por esse motivo não foram utilizadas nem constam na análise. Todos os indivíduos da amostra eram de nacionalidade portuguesa, ressalvando um de nacionalidade brasileira ³⁴. Os entrevistados apresentavam idades compreendidas entre os 22 e os 50 anos. Quanto às habilitações literárias, os inquiridos apresentavam entre o 9º ano de escolaridade e um nível de escolaridade elevado, como o mestrado.

³⁴ A entrevista deste recluso foi uma das excluídas devido à falta de conteúdo.

Podemos verificar esses dados na tabela seguinte:

Tabela 6: Caracterização sociodemográfica dos inquiridos

	Idade	Estado civil	Filhos	Habilitações literárias	Profissão
Entrevistado 1	36	Solteiro	4	9º ano	Pescador
Entrevistado 2	40	Solteiro	0	Licenciatura	Gestor
Entrevistado 3	37	União de facto	0	11º ano	Empresário
Entrevistado 4	40	Casado	1	9ºano	Mecânico de automóveis
Entrevistado 5	22	Solteiro	0	10º	Trabalhador na construção civil
Entrevistado 6	43	Casado	1	9ºano	Guarda prisional
Entrevistado 7	46	Casado	1	12ºano	Guarda prisional
Entrevistado 8	33	Casado	0	12ºano	Guarda prisional
Entrevistado 9	33	Sem resposta	Sem resposta	Mestrado	Psicóloga
Entrevistado 10	50	Sem resposta	Sem resposta	Licenciado	Substituto do Sr. Diretor

Na tabela 7, relativamente aos reclusos, encontram-se representados os tipos de crime e o número de anos de pena e profissão. No dos guardas prisionais/técnico, apenas estão apresentados os anos de profissão.

Assim, podemos verificar que o tipo de crime é variável, desde roubo, tráfico, homicídio por negligência. Quanto aos reclusos, o número de anos de pena de

prisão, é igualmente variável, cujas penas estão compreendidas entre os dois e os nove anos.

Em relação aos guardas prisionais, estes encontram-se entre os 8 e os 19 anos ao serviço da profissão de guarda prisional. A técnica/ psicóloga exerce a sua profissão há 10 anos. Relativamente ao substituto do Sr. Diretor, não obtivemos uma resposta concreta, ao qual afirmou “Tenho ido ao longo da minha carreira... já tenho exercido várias tenho tido vários vários cargos, várias funções umas enquanto substituto... outras e adjunto para a área de administração de apoio geralmente de outras enquanto diretor não só no estabelecimento prisional mas também num centro educativo”.

Tabela 7: Tipo de crime e número de anos de pena

	Crime	Nº de anos de pena/ profissão
Entrevistado 1	Assalto e tráfico	9 anos de pena
Entrevistado 2	Abuso de confiança	4 anos e 2 meses de pena
Entrevistado 3	Roubo	6 anos de pena
Entrevistado 4	Homicídio por negligência, assalto, condução sem habilitação legal	4 anos e 4 meses 2 anos e 7 meses
Entrevistado 5	Assalto	2 penas de 4 anos
Entrevistado 6	_____	14 anos de profissão
Entrevistado 7	_____	19 anos de profissão

Entrevistado 8		8 anos de profissão
Entrevistado 9		10 anos de profissão
Entrevistado 10		Sem resposta

6. Tratamento dos dados

Este capítulo é constituído pela análise de conteúdo das entrevistas realizadas no EP de Sintra. Inicialmente, procedemos à leitura atenta e minuciosa do conteúdo das entrevistas e, por este ser um processo exploratório³⁵ não foram produzidas grelhas de análise.

De seguida, o conteúdo das entrevistas foi transcrito com a maior precisão, a fim de não se ignorar nenhum detalhe revelado pelos inquiridos. No processo de análise das entrevistas, “a melhor forma de actuar é, sem dúvida, ouvir repetidamente as gravações, umas após outras, anotar as pistas e as ideias, pôr em evidência as contradições internas e as divergências de pontos de vista e reflectir sobre o que podem revelar” (Quivy e Campenhoudt, 1998).

Deste modo, optamos pela análise de conteúdo como instrumento de tratamentos de dados e destacamos os aspetos mais significativos no discurso dos entrevistados. Assim, de uma forma mais organizada, dividimos esta análise por categorias para melhor compreensão do assunto. Portanto, as categorias são as seguintes: a formação escolar, a profissão antes da prisão, os momentos significativos, o crime cometido, o(s) motivo(s) e pena(s) a cumprir, o contexto prisional, a reinserção social e, por fim, as perspetivas para o futuro.

³⁵ A entrevista tem uma função heurística, dado que é um processo cognitivo tendo a finalidade de uma escolha rápida e fácil para análise.

6.1. Formação escolar

Nesta primeira categoria, demos ênfase à escolarização dos inquiridos. A escola dentro dos estabelecimentos prisionais representa, em muitos casos, a única oportunidade para continuar a formação escolar e evoluir em termos de conhecimento. A qualificação escolar constitui um direito fundamental do ser humano que tem de ser garantido nos estabelecimentos prisionais, uma vez que, segundo o art.º 2 da Lei de Bases do Sistema Educativo³⁶ *todos os portugueses têm direito à educação e à cultura; nos termos da Constituição da República*. Desta forma, o Estado deve assegurar *o direito a uma justa e efectiva igualdade de oportunidades no acesso e sucesso escolares*.

Esta categoria da formação escolar surgiu através de questões relacionadas com as habilitações literárias dos entrevistados e perspetivas para continuar os estudos.

Na amostra do estudo, revela-se que, na maioria, os reclusos possuem baixos níveis de escolaridade, nomeadamente o 9º ano. Contudo, verificamos, por exemplo, que alguns dos reclusos usufruem da formação escolar dentro do próprio estabelecimento prisional e, em alguns casos, pretendem continuar a estudar quando cumprirem a pena de prisão e regressarem à realidade social.

e1: *Tou fazer aqui o nono ano. Tava a estudar mas não me deixam seguir. Eu andava na escola mas proibiram-me de ir p'ra escola porque eu fiz aí uma festa de um aniversário no dia 8 de maio.*

Nesta primeira situação, o recluso foi proibido de continuar a frequentar o ensino devido a uma regra que infringiu. Foi-nos revelado por ele próprio que, devido à proibida utilização de aparelhos eletrónicos e o uso destes para fazer filmagens, foi-lhe atribuído esse castigo, sendo que posteriormente iria ser transferido para outro estabelecimento prisional.

e2: *Tenho um curso superior". "Economia". "Mestrado... ainda pensei em comportamento organizacional ahhh... quando estava na rua ainda pensei tirar*

³⁶ Lei n.º 46/86; de 14 de Outubro.

mestrado em comportamento organizacional, ahhh... mas para aquilo que eu quero, ahhh... para os projetos que eu tenho juntamente com as minhas irmãs ahhh... chega-me a Licenciatura, mas quero tirar um curso de Direito, quero, quero tirar.

e3: *Décimo primeiro. Em princípio sim porque eu com os meus 18 anos tive de trabalhar e não consegui acabar os estudos. E agora acabou por ser uma oportunidade para para acabar. Pretender, pretendo. Não quer dizer que...primeiro...é um passo de cada vez, mas sim. Como meta... esta última resposta quando questionada se pretendia ingressar para a universidade.*

e4: *Nono ano. A estudar não... não porque... não me importava... eu inscrever-me num curso, num curso sim, mas estudar não porque... héêê... a cabeça não... não dá para concentrar... pelo menos a minha, não consigo concentrar para os estudos.*

e5: *12º. Está a frequentar o ensino para concluir o 12º ano e pretende continuar a estudar quando cumprir a pena. Não, vou para a faculdade.*

A formação escolar no interior das instituições prisionais não é algo recente, como revela o autor Canário, “o tempo de prisão não é um período de inação, é um tempo de trabalho e de liberdade que definem o aprender como atividade autónoma” (2007:22).

Por conseguinte, em relação aos guardas prisionais, estes possuem o 9º e 12º anos de escolaridade. A psicóloga do EP de Sintra, devido às suas funções apresenta um mestrado em psicologia clínica. O substituto de diretor, apenas revela que é licenciado.

Em suma, podemos referir que, na generalidade, não há muita aderência à formação escolar no estabelecimento prisional e, como foi verificado anteriormente pelos dados estatísticos do Relatório de Atividades e Autoavaliação publicado pela DGRSP, os números relativamente à conclusão de cursos/anos letivos são pouco animadores. Os reclusos não olham para a

escola no interior da prisão como uma vantagem para o futuro, sobretudo na procura de emprego.

6.2. Profissão antes da prisão

O trabalho é um meio de subsistência e sustenta do próprio indivíduo e da família. Aqui averigua-se profissões, de acordo com as habilitações literárias dos entrevistados. Ressalvamos profissões, sobretudo no setor automóvel, construção civil e pesca.

e1: *O que é... o que eu fazia mais era pescador.*

e2: *Exerci, exerci atividade laboral, era gestor de empresas antes de vir preso.*

Neste caso, o recluso exerceu a profissão de gestor, uma vez que possui uma licenciatura em Economia. Revelou-nos que, quando concluir a pena, pretende continuar a exercer a mesma profissão.

e3: *Era empresário no ramo mobiliário. Contudo, evidenciou o facto de não gostar nem estar satisfeito com a ocupação profissional. Não estava satisfeito. A nível geral, não 'tava satisfeito com aquilo que exercia.*

e4: *Sou mecânico de automóveis. Tanto gosto que eu tenho uma oficina.*

e5: *Eu já estudei, já estive na obra 'tava 'tava desempregado.*

No que diz respeito aos guardas prisionais, a profissão que exerciam antes de iniciarem as funções como guarda prisional, encontrava-se ligada à segurança e vigilância, mas não só.

e6: *Hêêê, fui carteiro. Tive a trabalhar como motorista de pesados na empresa de transportes. A última vez fui motorista de pesados, fui carteiro e tive num supermercado.*

e7: *Era segurança.*

e8: *Huum... vigilante.*

Verifica-se uma diversidade de profissões executadas antes de serem guardas prisionais. Porém, todos afirmaram gostar de exercer a atividade profissional atual.

Por outro lado, não foi obtida qualquer resposta por parte da psicóloga relativamente à profissão que exerceu antes (e9).

Em relação ao substituto do Sr. Diretor, este afirmou:

e10: *hamm tem haver também com a minha licenciatura e também vem na linha daquilo que eu fiz no passado... fui polícia durante muitos anos.*

- Pontos positivos e negativos da profissão atual

Neste ponto, pretendemos perceber quais os pontos positivos e negativos na profissão atualmente exercida pelos guardas prisionais, psicóloga e substituto do Sr. Diretor. Realçamos que os entrevistados atribuem como pontos negativos a carga horária, a qual não é remunerada, ou até mesmo as doenças que os deixam vulneráveis relativamente à profissão atual, seja como guarda prisional ou técnico do estabelecimento.

e6: *Negativo tem muitas coisas, a nível de doença do... nós somos... não somos avisados quase de doenças que tenham reclusos. Só... se a gente for ao hospital com eles e nos apercebermos do que é, é que a gente sabe porque aqui a nível de serviços ninguém nos avisa que fulano tem isto, fulano tem aquilo. Nós não sabemos nada. Isso é um ponto muito negativo. E prontos como aqui dentro circulam muitas doenças, há muita gente com hepatites e essas coisas. É sempre muito complicado. Positivo... é... sei lá... o gosto por estar aqui... que é... como é que hei-de dizer... é o guardar as pessoas que lá fora fazem, fazem mal. Não têm assim muita coisa de...*

e7: *“Mais negativo? É a carga horária. Mais negativo! É mesmo muita! E de resto... e deixa pouco tempo e espaço para outras coisas. Mais positivo mais*

positivo... quando se tem espírito para isto é perceber é ... é perceber ... é realmente perceber as pessoas e perceber estes... este... este mundo.

e8: *O excesso de horas negativo, não são pagas. E... positivo ... sei lá atão a própria posição na sociedade que a gente tem.*

O Estabelecimento Prisional de Sintra padece de recursos humanos de apoio à população reclusa. Desses recursos humanos disponíveis entrevistamos a psicóloga que, tendo em consideração os aspetos negativos e positivos da sua profissão afirma:

e9: *O facto de em momentos de maior vulnerabilidade do recluso poder contribuir, para a estabilização emocional e bem-estar psicológico.*

Como já foi relatado, nas visitas realizadas ao EP de Sintra não houve oportunidade de entrevistar o Sr. Diretor do estabelecimento, devido à sua ausência nas instalações. Porém, surgiu a possibilidade de entrevistar o substituto que nos revelou:

e10: *O que eu considero mais ... esta é uma pergunta difícil de uma resposta ou melhor pergunta fácil resposta difícil. Aquilo que nos dá maior prazer é quando vemos resultados, é quando ainda hoje dizia estamos a falar com reclusos que estão num curso que o maior gosto que nós temos é quando os encontramos lá fora ou eles vêm ter connosco e nos vêm cumprimentar e nos vêm apresentar a família e nós percebemos que estão bem ao invés aquilo... que que que nos aborrece mais e que nos deixa mais desolados é efetivamente quando nós percebemos que o nosso investimento, o trabalho que nós fazemos não tem o retorno que nós gostaríamos, aquilo que nós gostaríamos é que todos se recuperassem, aproveitassem as oportunidades que lhes vamos dando e como nós sabemos os estados estatísticos dizem isso que a taxa de sucesso não é não é cem por cento nem sequer de cinquenta por cento não é?*

.

6.3. Momentos significativos

Nesta categoria, pretendemos entender os momentos mais significativos na vida dos reclusos até ao momento da reclusão. Torna-se interessante conhecer os momentos que eles destacam seja relativamente à família, ao trabalho ou até mesmo às circunstâncias que os levou a cometer os crimes.

e1: *Oooh, os mais marcantes foi os nascimentos dos meus filhos, como é normal 'né?.*

e2: *Fui trabalhar pá Madeira, tudo normal... trabalhava lá na Zarconta, uma empresa de... de contabilidade e auditorias. Entretanto, aceitei uma proposta de um amigo para irmos para Espanha ahhh... em 2001.... Trabalhar. Usufrúia de um bom ordenado e chega, chega a uma determinada altura do contrato que há muitos clientes desse resort que se sentem enganados com os contratos feitos... (...) pronto... o quê que me conseguia fazer a mim, era agarrar nesses contratos e passá-los para uma pessoa interessada, outra pessoa que estivesse interessada em adquirir um novo, só que em vez de adquirir um novo, adquiriria aquele, pronto... O quê que acontece neste caso específico? A senhora que depois ao pagar-me a mim 6 000 euros e eu arranjei-lhe a pessoa, no dia da escritura pá transação de título, vai acrescentar os 6 000 euros que me deu ao contrato, ao valor que já tinha acordado com a outra parte. A outra parte disse que não e então esta senhora é que me coloca um processo por burla, depois é que consegui reverter para abuso de confiança, mas já chego tarde para a abertura de instrução... fazer a minha vida tranquilamente com projetos fantásticos à minha frente, pronto e foi... depois tive mesmo de a cumprir porque depois o meu advogado chega a uma altura que não consegue mesmo abrir instrução.*

e3: *Da vida em geral... pela positiva... foi começar aaaa a minha atividade muito cedo, a ter a minha casa, o meu carro muito cedo. Com 18, 19 anos. Mas ao 'memo' tempo também foi um bocado mau porque deixei de viver muito a juventude. Ou seja, vivia muito para o trabalho e não tive assim tanto ...*

e4: *Trabalhei muitos anos fora. Trabalhei em Espanha. Acho que foram dos melhores momentos. Hum... Houve uma altura da minha vida que...an... and.... andei metido na droga. Depois entretanto deixei, larguei, larguei Já não consumo já há uns anos. Deixei de consumir, deixei de beber. E... depois... vim de Espanha para aqui porque o trabalho tava a ficar fraco. Vim para cá. Montei a oficina, comecei a fazer os trabalhos. Depois quando comecei a... a endireitar a vida, foi quando as coisas começaram-me a cair.*

e5: *Os meus melhores momentos foram aos 18, quando eu fui para França fui a Paris e isso... tive lá 5 6 meses depois voltei com 18 aluguei uma casa na margem tava a viver sozinho, inclusive um dos meus processos é de lá depois voltei por época do natal para a casa dos meus pais depois voltei...no ano a seguir.*

Na generalidade, os reclusos inquiridos apontam a família e os filhos como um dos momentos mais significativos na vida. O facto de terem exercido uma atividade profissional satisfatória, conseguirem ter os seus bens materiais como casa e carro de forma emancipada, não dependerem diretamente de outras pessoas e o contacto com outros países, nomeadamente Espanha e França, revelaram-se outros dos momentos que mais marcaram a vida dos reclusos inquiridos.

6.4. O Crime cometido, o(s) motivo(s) e a(s) pena(s) a cumprir

Neste capítulo analisamos o crime cometido pelos indivíduos e o(s) respetivo(s) motivo(s), uma vez que é o elemento chave da reclusão dos presos inquiridos. Anteriormente, na tabela 5, foram expostos os tipos de crime, contudo, julgamos mais interessante analisá-los de maneira mais direta, ou seja, ouvir a forma como explicaram, as expressões que utilizaram, o próprio comportamento corporal quando confrontados com as questões.

Observamos que, nos momentos em que lançamos perguntas sobre o motivo da pena de prisão, os inquiridos revelaram-se apreensivos, fizeram pausas no discurso, o qual muitas vezes se mostrou pouco articulado.

e1: *Desta... da primeira foi assalto. Da segunda foi carta de condução e agora desta tráfico e... falsificação de cheques.*

Neste primeiro caso, o recluso revelou-se uma exceção no que diz respeito ao seu testemunho sobre o motivo da pena de prisão. Ao longo do discurso, aparentou estar calmo, risonho e muito direto nas respostas. É de referir que o recluso estava preso pela terceira vez, ao qual especificou todas as penas de prisão que cumpriu e a pena atual. *Da outra vez... eu, eu entrei em 2001 a primeira vez foi... fiquei até ao julgamento, fiquei um ano e tal. Depois saí com quatro anos de pena suspensa. Depois entrei outra vez em 2011, para aqui para esta cadeia, sai em 2013. Depois estive um ano na rua e entrei logo outra vez.*

Os restantes três reclusos não desenvolveram muito o seu discurso, talvez por ser um assunto delicado e incómodo. Responderam de forma clara e rápida, mas um deles foi bastante confuso na explicação. Neste último caso, realça-se o facto de o recluso apresentar uma patologia que, por motivos profissionais não nos foi revelada e, desta forma, consideramos ser uma justificação plausível para o discurso incoerente e confuso do inquirido.

e2: *Abuso de confiança. 4 anos e 2 meses.*

e3: *Roubo. 6 anos para cumprir.*

e4: *A de 4 anos e 4 meses são .. quatro penas que me juntaram, que é... uma de... São são todas , todas as 4 é de habilitação... sem habilitação... sem carta. Uma delas tive um acidente... uma pessoa que ia comigo faleceu.... E... pronto, é... foi... Foram 6 meses sem carta. 1 ano de pena suspensa que tinha, que depois revogaram por causa da falta de carta também... e tenho essa do... Portanto homicídio por negligência e falta de carta também. E a outra... Fui*

acusado de assaltos às instituições bancárias. Tenho uma pena de 4 anos e 4 meses e tenho uma de 2 anos e 7 meses em recurso.

e5: *Assaltos.*”

Os crimes apresentados na investigação são de diversos tipos, desde o crime por condução sem habilitação legal, roubo e homicídio por negligência. O mesmo se sucede com as penas de prisão que vão desde os dois e aos nove anos.

6.5. Contexto prisional

A vida em contexto prisional nem sempre é fácil para os indivíduos. A prisão, ao representar uma instituição formal, constituída por uma hierarquia, impõe disciplina não só nos cargos mais elevados como também entre os reclusos. Com isto, queremos dizer que os reclusos enfrentaram um processo de adaptação ao meio prisional e, um processo de socialização, ao qual interiorizaram códigos e valores próprios da instituição e dos outros reclusos (Gonçalves, 1993). Os reclusos devem mostrar capacidade de entender e cumprir as normas para assim, conseguir adaptar-se e viver de forma mais tranquila no interior da prisão.

Nesse processo de adaptação, os indivíduos reclusos adotam uma subcultura que determina a vivência dentro da prisão, nomeadamente a relação entre eles, a administração da prisão e as visitas. (Crespo, 2009).

O contexto prisional, tendo em conta a experiência de reclusão, a relação entre reclusos e destes com os guardas prisionais, suscitou interesse da nossa parte, por ser outro dos parâmetros em análise na investigação. Estiveram em análise dois pontos fulcrais: a relação entre os indivíduos e as atividades disponibilizadas dentro do estabelecimento prisional.

Relação entre os indivíduos

e1: *Ah, é boa. Não, toda a gente conhece-se à muito tempo.*

e2: *Tem, tem que existir obviamente senão não era uma cadeia. Mas a minha relação é boa relação porque as pessoas respeitam, as pessoas... sabem como eu sou e sabem que se precisarem de uma ajuda sabem que podem chamar sempre o (...) que o (...) resolve de forma como pode e, às vezes até da forma como não pode, mas portanto é uma boa relação.*

e3: *“... não é muito fácil porque as pessoas aqui...tive 2 anos numa cela com 12 pessoas... em que havia só uma casa de banho. Um sítio pa tomar banho as doze pessoas. Pessoas que tavam condenadas a 18 anos, pessoas que tavam condenadas a 4 meses de prisão. Tudo misturado durante 2 anos e aí a convivência não poderia ser fácil. Existe muita... muita coação na prisão. As chefias sabem disso mas, mas usam isso até a favor deles. Usam o consumo de estupefacientes a favor também deles, para acalmar os reclusos. E... e não é fácil. Agora passado estes anos, já tou numa ala melhor. Só tamos 3 pessoas eee a perspetiva agora sim. Passado esta fase, agora sim, já tenho perspetivas melhores. De... Ou seja, é preciso passar aqueles primeiros anos, para uma pena... que é o meu caso de 6 anos, é preciso passar 2 anos de... quase tortura pa depois conseguir alguma coisa.*

e4: *Depende dos reclusos. Eu não... eu gosto muito .. eu sou uma pessoa muito reservada. Eu gosto de tar no meu canto, eu não sou muito falador. E eu.. gosto muito de de andar sozinho. Só que há pessoas aí que... eu tenho eu tenho um problema numa perna, não posso andar metido em confusões. Há pessoas que tentam abusar e... e ainda no.. há 2 ou 3 semanas. Tipo... obriga memo a ... “ou guardas isto ou fazemos-te isto”... depois isto é feito em grupos ...Fizeram me guardar um telefone. Entretanto o chefe (...) lembrou-se, levou-me à roleta e apanhou-me com outro telefone que não era meu porque me obrigaram a guardar... Isto foi agora há 2 semanas praí... Já tinha cumprido o castigo do telefone que eu comprei, da altura que a minha mulher perdeu o bebe. Agora fui apanhado com outro que nem sequer era meu e tava a guardá-lo...*

e5: *Depende há reclusos que dou outros que não dou outros com nem me dou nem me deixo dar ...*

Assim, através do discurso dos reclusos inquiridos, verificamos que, no geral mostram uma relação saudável, de respeito mútuo. Contudo, num dos casos, revelou uma situação de submissão por parte dos “companheiros” e, desta forma, revela solidão, preferindo estar sozinho e isolado.

Na opinião dos guardas prisionais, a relação entre reclusos anuncia-se complicada em alguns casos, no que diz respeito às faixas etárias mais jovens, uma vez que é nessas idades que deveriam entender as regras e nem sempre isso se verifica. Podemos destacar o espírito bairrista que impera na maioria dos presos, pois encontram-se em grupos já conhecidos, com os costumes e comportamentos próprios.

e6: *A relação é boa... salvo meia dúzia deles que são mais problemáticos, de resto os outros reclusos são todos... tem o contra de serem todos rapazes novos, sendo novos é muito complicado, quem não tem regras lá fora, cá dentro é muito complicado impô-las.*

e7: *Isto é um bocado assim... aqui, pelo menos em Sintra, a relação deles é muito, é muito bairrista, como nós temos aqui vários bairros perto... Sintra tem vários bairros e normalmente isso do (...) em alguns casos, na esmagadora maioria são oriundos daqui destes bairros. Como é que eles se organizam? Organizam-se pelos bairros de onde são. Se eu sou da Cova da Moura, obviamente não chego aqui e fico a procurar abrigo, abrigo junto das pessoas que conheço bem ou mais ou menos, então juntam-se a pessoal da Cova da Moura e... entre os bairros dão-se bem mas como eles lá de fora já têm problemas entre a Cova da Moura, mais e não sei quantos, esses problemas... estão cá também. Às vezes dizem “ah, há gangues” por muito que ajam gangues em alguns estabelecimentos, aqui são, são bairros. Os problemas que têm lá fora estão aqui e se as famílias têm problemas lá fora e elas estão... estão cá dentro também e os laços de amizade e até de família estão aqui. Pais, irmãos, vários irmãos, cunhados, um pouco isso.*

e8: *Tem dias...tem dias em que tá tudo bem e tem dias que tá tudo... as e coisas mal... e há problemas.*

A opinião da Psicóloga revela-se muito vaga...

e9: *Existem algumas problemáticas em meio prisional, pelo que nem sempre é fácil a gestão de conflitos.*

Do substituto do Sr. Diretor:

e10: *eu acho que no geral nós não não não verificamos grandes grandes problemas... a relação agora é obvio que que é natural que eles olhem sempre pra nós como alguém da instituição com desconfiança...mas cada vez mais, principalmente nós pra eles, em particular dos guardas pra eles a relação é mais profissional, as pessoas independente da forma... da forma de estar e de ser... e nem sempre correta dos reclusos... tentamos e tentam... no modo geral é assim que acontece são tratados com com... são vistos como pessoas e que que que nós pretendemos ressocializar e integrar, por tanto fazer o melhor possível com eles e esse trabalho obviamente passa muito pelo corpo da guarda que está com eles todos os dias.*

No que diz respeito à relação dos reclusos com os guardas prisionais e técnicos:

e6: *É, lá está... é... meia dúzia deles mais complicados, de resto não se tem havido grandes problemas.*

e7: *É tolerante, é tolerante. As pessoas têm sempre uma grande ideia qu'isto é uma selva, é que há... que há... é verdade que isto tem...tem um risco potencial muito grande mas diariamente esse risco anda por aqui mas é uma relação de tolerância e... não nos damos bem mas não... não há assim aquela agressividade. Há reclusos que não têm nenhum respeito pela autoridade mas não ganharam aqui... são coisas das formações deles, da infância e não sei quê. Continuam igual infelizmente.*

e8: *é igual... há dias, há dias que... tão lá e acatam as coisas que a gente lhes diz, há outras vezes que... tão lá para desatinar com a gente.*

Na opinião da psicóloga:

e9: *Entre reclusos sim, com os técnicos de saúde desconheço.*

De uma forma geral, a relação entre reclusos no ponto de vista dos guardas prisionais e psicóloga é entendida como positiva, mas não implica que não ocorram conflitos entre eles. A relação entre reclusos e guardas prisionais/técnicos é de tolerância.

Atividades proporcionadas pelo estabelecimento prisional

As atividades desenvolvidas no seio prisional evidenciam-se pela promoção do bem-estar e estimulação das capacidades dos presos, o que fortalece os laços entre eles. Essas atividades podem ser divididas em três categorias, designadamente culturais, recreativas ou desportivas e os reclusos devem ser incentivados a participar na sua programação e organização.

Dentro destas atividades, incluem-se as atividades a nível desportivo, cultural, artístico. Assim, no ponto de vista dos reclusos retiramos as seguintes informações sobre as atividades por eles praticadas:

e1: *A jogar à bola e no ginásio. O que é que existe? Então, futebol, vólei, basquete, antigamente havia ténis mas já não há, da outra vez que eu ‘tive cá. Há... depois há xadrez, ping pong, cartas, damas.... Há, há sexta-feira e há quinta-feira há... há filmes para nós vermos. Há... há aqui o clube de leitura, também acho que é uma vez por semana, eu vim cá uma vez ou duas. Há ao sábado, há mas é de cursos mas não é para todos. É jardinagem, não é agricultura, é jardinagem que é um curso. Antigamente é que havia agricultura, dava para o pessoal trabalhar todo, o pessoal daqui da ala mas depois... isso já foi à muitos anos atrás.*

e2: *Tenho... leio... escrevo, já pertenci ao clube de leitura. Basicamente todas as atividades lúdicas que existam na cadeia, pratico xadrez, pratico ténis de mesa...*

e3: *Jogar às cartas, ver os outros a jogar à bola porque se eu for jogar à bola há muita violência e eu não tou para isso ... e não há muito mais, não há muito mais que isso, não há muitas atividades aqui.*

e4: *Vejo televisão, faço palavras... sopa de letras, escrevo, ler, não leio muito (...). Na ala A, há uma... uma sala, que é a sala de convívio, onde tem uma mesa de ping-pong onde joga, joga-se às cartas, joga-se xadrez, joga-se damas, lê-se e vê-se televisão. Aah, joga-se à bola também, aqui joga-se à bola... tem ginásio também, tem ginásio, 'tava-me a esquecer dessa parte, joga-se à bola, tem o ginásio e, temos um pátio, não é grande mas dá para correr.*

e5: *Atividades, aqui atividades é na A é o futebol e o ginásio pra já na A tá morto... aí as vezes também metem o campo de volley e também tem um cesto de basquete são mais assim... os guardas às vezes fazem um torneio, às vezes de poker pelo torneio que está a decorrer de pokers xadrez e essas cenas ya também costumo jogar xadrez.*

Maior parte dos reclusos ocupa o seu tempo livre com atividades desportivas como o futebol, outras atividades como a leitura, jogar às cartas e ginásio, essencialmente.

Os guardas prisionais e a psicóloga focam-se igualmente nas atividades desportivas, dando ênfase à existência de torneios e o tempo dedicado ao ginásio.

Em síntese, joga-se que as atividades praticadas pelos reclusos nas instituições prisionais são um meio para esquecer a sua situação atual, a de recluso, distanciando-se um pouco da realidade daquele contexto. Com isto, um dos inquiridos afirma: “Porque libertam um bocado a energia não é? Vamos mais cansados para a cela e tudo”.

6.6. Reinserção social

A categoria da reinserção social, é sem dúvida, a mais importante em análise, uma vez que é o ponto-chave do estudo.

e2: *Infelizmente 98% da população reclusa não consegue levar nada daqui para a rua, infelizmente. Não, não não pelo sistema prisional em si ou por aquilo que o sistema prisional ou a reinserção social lhes possam garantir, é porque eles mesmo não estão preparados. Infelizmente não estão preparados ... 90% das pessoas com quem conversamos já estão a falar de... só falam de assaltos, de roubos ou daquilo que os trouxe cá e que seguramente é o que vão voltar a fazer... portanto, infelizmente não levam, não levam daqui para a rua". "Não vai haver. Lamentavelmente a Doutora sabe que não vai haver, não há, não há a ressocialização exatamente com... Esta é a consideração que têm por mim senão não me faziam isto... mas não há, não há infelizmente, se não somos nós e a nossa família, pode ter a certeza que... 99,9% que incidem.*

e3: *Na maioria dos casos prepara... para... para... reincidir e.. e cometer crimes ainda mais graves. É uma escola do crime.*

e4: *Prisão? Não! A prisão não, tem de ser pela cabeça de cada um. Quem quiser tem que... porque dentro da prisão não há reinserção, não há porque... Eu acredito que mais de metade mal saiam daqui, nessa noite, comentem um crime, um crime qualquer para ter dinheiro p'ro quer que seja, aqui não há...*

e5: *Vou ser mesmo sincero...não! Quando entrei aqui fazia assaltos regularmente...eu agora já sei tudo sobre tráfico, já entendo tudo sobre droga... assalto eu já entendia, agora entendo mais ainda... temos um computador, informática, essas cenas, não posso dizer mais... já sei o suficiente... se eu quiser quando sair seguir um desses caminhos do crime eu sigo e até pessoas que eu já conhecia, amizades que eu fiz dentro da prisão abrem-me a porta... como é que eu posso explicar isso...ajudam-me lá fora se eu quiser seguir essa vida... tem pessoa que já me disseram quando eu saísse que eu quiser quilos de droga me metem na mão...se eu quiser...*

A visão dos guardas prisionais, psicóloga e substituto do Sr. Diretor cinge-se muito às atividades realizadas dentro do estabelecimento poderem servir como uma distração e, que no futuro possam transpor isso mesmo para a vida fora da prisão. Contudo, na opinião do primeiro guarda prisional, em muitos casos houve insucesso e, por isso, reincidiram.

e6: *Fora não vejo vantagem nenhuma. Cá dentro, eles enquanto andam nisto, distraem-se e até se portam bem. Lá fora, nós temos aí vários casos em que cá dentro portaram-se bem enquanto estavam nestas atividades, voltaram, foram para fora e agora estão cá dentro outra vez. Portanto, não lhes serviu de nada.*

e7: *A ideia é, quando eles saírem em liberdade, continuarem a fazer trabalhos deste tipo para o estado puro. Por isso, eu acho que programas como este de... tem toda a importância se... se eles conseguirem aproveitar e quiserem aproveitar acho... acho que sim.*

e8: *A gente quer crer que sim, agora isso depois parte é deles... as coisas são feitas lá é para os ajudar quando eles saírem a não tornarem a reincidir. Sim, qualquer coisa é útil. Qualquer coisa que... que os ensine no convívio com a sociedade é útil... agora lá está, tudo depende é da maneira como eles o vão usar... quando sair.*

e9: *Em alguns casos, é possível que possa contribuir para a reinserção dos mesmos.*

e10: *Nós fazemos o que podemos e eu acho que fazemos bastante e o estado investe bastante ... agora é como digo nós não conseguimos ressocializar quem não quer ser ressocializado e muitos querem ser ressocializados...*

Numa forma geral, a visão em relação às atividades desenvolvidas dentro do estabelecimento prisional e do processo de ressocialização dos reclusos quando estiverem em liberdade, mostra-se negativa e desanimadora. As atividades não ajudarão na reinserção, pois os reclusos voltam para o meio potencializador à prática de novos crimes, como os bairros referidos por um dos profissionais.

6.7. Perspetivas para o futuro

Neste capítulo, tornou-se importante perceber as expectativas dos reclusos para o futuro, seja em termos pessoais como profissionais. É indispensável compreender o que os inquiridos esperam quando estiverem em contacto com a realidade fora do estabelecimento prisional e, se a reclusão alterou a forma como irão encarar a sociedade.

e1: *Eu espero não voltar mais para aqui. Quem sofre com isto tudo é os meus filhos, não é mais ninguém.*

e2: *Tenho tudo organizado já. Tenho dois projetos com as minhas irmãs, um na área da restauração dentro de um restaurante e queremos abrir um centro de enfermagem e disse anteriormente que tenho uma irmã que é médica, tenho duas que são enfermeiras, tenho uma que é assistente social, tenho uma que é educadora de infância e então queremos... só tou à espera que eu saia para podermos... mas as coisas tão encaminhadas para...para esses dois projetos, além do meu projeto estudantil que quero muito... depois tenho um outro porque tenho um sobrinho que joga futebol em Itália... mas esse, esse é mesmo para a velhice.*

e3: *A nível pessoal, tenho uma companheira. Que já tinha quando fui preso e que continua me a visitar todas as semanas. E... e sabe que foi um... os seis meses em que eu cometi os crimes, ela também sabe que foi um momento de rutura .. na minha vida. Daí ter muito apoio da parte dela... em relação à minha família mais chegada, a mesma coisa. Sabem a pessoa que eu sou e sabem o que eu cometi foi grave ou mesmo muito grave mas... mas sabem que foi num momento de muita fragilidade da minha.. da minha vida e tenho todo o apoio.*

e4: *O que é que eu espero? Espero... espero começar pela minha família, quer eu, os meus filhos, a minha mulher,... o meu trabalho, a minha casa... quero viver com a minha família, quero estar com a minha família.*

e5: *Não sei... não quero continuar...já estou farto desta vida horrível... mulher, ter filhos... eu entrei nesta porcaria desde muito pequeno... com 11 anos já estava a fazer porcaria né? Também já estou farto disso...*

Verifica-se que em termos gerais, os reclusos inquiridos atribuem um papel fundamental à família. Note-se que todos os reclusos focam os filhos e as esposas nos seus discursos. Os inquiridos que têm um relacionamento e filhos, destacam o facto de a reclusão ser o motivo de sofrimento da família e, em particular dos filhos. Desta forma, não pretendem voltar a cometer mais crimes e perspetivam uma vida mais calma e organizada. Por outro lado, os reclusos que não têm qualquer relacionamento, ambicionam encontrar uma companheira e com ela construir uma família.

Em termos profissionais, destacamos um dos reclusos que, com bastante entusiasmo, apresenta os projetos planeados para o futuro, contando com o apoio da família, nomeadamente das irmãs.

De todas as entrevistas, seja de forma direta ou não, retirou-se a ideia da 'não reincidência' e revelam uma saturação devido ao facto de se encontrarem fechados naquele espaço, confinados apenas ao que lhes é permitido aceder.

Discussão dos resultados

A elaboração da investigação consistiu essencialmente na análise do percurso dos indivíduos reclusos relativamente à ocupação laboral, ao ensino e formação profissional nas prisões e, de que forma, essas atividades contribuem para a reinserção social do recluso. Por diversos motivos, os caminhos e a vida dos reclusos levaram rumos diferentes dos outros cidadãos comuns, conduzindo-os ao crime e, desta forma, à reclusão. Preconcebemos ideias relacionadas com a imagem que a sociedade obtém dos indivíduos reclusos e a maneira como irá ser tratado o processo de reconstrução da sua identidade.

Pretendemos, através de entrevistas, perceber os momentos mais significativos dentro do estabelecimento prisional e que perceção têm em relação aos meios fornecidos, caso existissem, para a formação futura bem como a ocupação dos tempos livres.

A lotação dos estabelecimentos prisionais portugueses, a carência de recursos humanos e as deficientes instalações não contribuem para a ressocialização entre reclusos e, por conseguinte a reinserção social após o cumprimento da pena.

O conceitos-chave como a reinserção social e ressocialização remetem-nos para processos longos que exigem recursos humanos, de modo a facultar o apoio necessário aos reclusos, ajudando na reeducação, na estimulação das capacidades pessoais. Assim, tendo em conta toda a informação que nos foi revelada através deste estudo, seria necessário o reforço de meios e condições que facilitassem o processo de reinserção social.

De acordo com a questão de partida, revelada num capítulo anterior e tendo em conta as informações fornecidas durante as entrevistas, os meios existentes dentro do estabelecimento prisional de Sintra são escassos e os poucos que existem não são considerados apelativos.

Um dos objetivos a que nos propusemos, passava por escutar a opinião dos intervenientes, entre eles os reclusos, os guardas prisionais e técnicos do EP acerca dos meios disponíveis de apoio à reinserção social. Um dos meios por nós nomeados é o trabalho prisional que é apresentado como um papel elementar na identidade do recluso mas representa essencialmente uma forma de ocupação do tempo, responsabilidade e distração dentro da instituição. No entanto, para além da privação da liberdade, a vigilância contínua dentro da prisão torna-se um obstáculo à reconstrução da identidade do indivíduo em reclusão.

O facto de o recluso conseguir uma identidade profissional resulta numa vantagem para o seu desenvolvimento pessoal, mas sobretudo ajuda na aquisição de competências profissionais e sociais, sendo benéfico para a sua reintegração e relações interpessoais após a liberdade. Por conseguinte, pensamos que no futuro, já em liberdade, a entrada no mercado de trabalho leva ao afastamento da prática de outros atos criminais. Porém, o trabalho

prisional é pouco valorizado e como pudemos constatar, muitos dos reclusos não têm autorização por parte da chefia para exercer uma ocupação laboral.

Apesar de existir a possibilidade de usufruir do ensino dentro dos estabelecimentos prisionais, o EP de Sintra precisa de medidas de readaptação, uma vez que são essenciais obras nas instalações. Este EP encontra-se desprovido de espaços de convívio, a escola e o parlatório estão em pavilhões pré fabricados.

O ensino nas prisões revela vantagens porque melhorariam as suas capacidades a vários níveis. Contudo, os reclusos não aproveitam a oportunidade de terem formação escolar, não levam a sério as aulas nem as atividades implementadas no EP em estudo. A baixa escolaridade apresentada, entre o nono e décimo segundo ano, não ajuda na reinserção social, uma vez que no caso dos reclusos, estes não pretendem continuar os estudos. Daí a probabilidade de encontrarem trabalho fora da prisão é reduzida o que pode conduzir novamente à prática de crimes.

Para além da preocupação com a reinserção social, a reincidência é outro processo que suscita interesse. A reincidência criminal é elevada e devido a fatores sejam eles económicos, sociais ou culturais, o indivíduo depois de cumprir a pena de prisão volta a cometer crimes, que provavelmente aprendeu dentro da prisão através do convívio com outros reclusos. Face a este panorama, levantamos questões relacionadas com estes processos. Que medidas deveriam ser desenvolvidas pelo Estado para colmatar este fenómeno da reincidência? Que alterações devem ser feitas no sistema prisional de forma a proporcionar uma reintegração social mais benéfica? Que atividades deve implementar? Que projetos devem ser desenvolvidos de modo a alertar para a realidade fora do EP?

Porém, de acordo com as declarações dos inquiridos, ainda são necessárias várias medidas para desenvolver no âmbito prisional. Existe um longo caminho pela frente no que diz respeito ao tratamento, ao alojamento, de forma a

minimizar os efeitos da reclusão e, mais adiante no processo de reinserção social.

Analisando o Relatório sobre o Sistema Prisional e Tutelar de setembro de 2017, o rácio dos reclusos por guardas prisionais é de 3,5, sendo preciso investir urgentemente nos recursos humanos, nos equipamentos de segurança e vigilância, nos materiais a fim de proporcionar mais atividades sejam elas a nível de lazer ou formação escolar/profissional.

No fundo, para que o dia a dia dos reclusos nos estabelecimentos prisionais, em específico no EP de Sintra, seja menos monótono, o Estado deveria repensar as condições necessárias e alterações a serem realizadas para que os direitos humanos sejam garantidos. Com isto, referimo-nos a mais dias de visitas por parte da família, de modo a manter fortes os laços familiares e minorar o processo de reclusão, melhores condições nas instalações, menos reclusos nas celas para que não tenham o seu espaço invadido, mais ocupação laboral e educativa e, por fim, mais cuidados de saúde.

Considerações finais

O objetivo principal desta investigação recaiu no trajeto dos reclusos no âmbito prisional, tendo em conta as atividades disponibilizadas no Estabelecimento Prisional de Sintra e, como estas potencializam (ou não) a reinserção social. Um dos objetivos consistiu em ouvir e, posterior, analisar as convicções da população reclusa, dos guardas prisionais e técnicos da instituição sobre as atividades existentes, sejam elas a nível cultural, artístico e desportivo. Assim, ajudaria perceber as vantagens ou desvantagens a nível pessoal e grupal, quais as competências e aptidões adquiridas (caso isso se verificasse) na reinserção desses indivíduos novamente na sociedade.

Foi explicado num capítulo específico, todos os procedimentos e técnicas utilizadas para a realização do estudo, nomeadamente o método de cariz qualitativo. Revelamos o objeto de estudo, tendo duas perceções privilegiadas,

isto é, a opinião formada pelos reclusos e outra formada pelos guardas prisionais/ técnicos do estabelecimento. Estes últimos, de acordo com a missão da DGRSP, tentam encaminhar da melhor forma os indivíduos em reclusão para atividades e comportamentos, preparando-os para a liberdade. Um dos guardas prisionais afirma *“Os assistentes do IRS que é do Instituto de Reinserção Social que... que apoiam-nos, fazem os relatórios para o... tem os educadores e depois tem várias modalidades que depois são os educadores, principalmente um que orienta a nível de futebol e essas coisas todas para eles se distrair”*. Um outro guarda prisional, respondeu *“a gente quer crer que sim, agora isso depois parte é deles... as coisas são feitas lá é para os ajudar quando eles saírem a não tornarem a reincidir”*, relativamente aos meios que são criados para os auxiliar no futuro.

Por outro lado, torna-se visível a existência de um distanciamento entre as instituições prisionais e a própria sociedade, o que revela ser uma desvantagem, assim como o isolamento a que estão sujeitos os indivíduos. Não tendo uma proximidade com a realidade exterior e, sobretudo com a família, mostra ser uma das preocupações que invade o pensamento dos reclusos. Este isolamento a que os indivíduos reclusos estão sujeitos “deveria ser medido (...) pela distância a que os reclusos são colocados da comunidade de origem e, de uma forma menos explícita, pelo grau de pertença que as comunidades locais expressam em relação aos reclusos que delas faziam parte” (Roberts, 1996).

Perante este obstáculo que os impede um contacto direto com o exterior, resta aos reclusos obedecerem às condutas da prisão, interagindo com os outros atores do meio prisional, com crenças, culturas e regras muito próprias e por vezes, bastante diferentes uns dos outros. No fundo, é como se vivessem num mundo próprio onde as relações sociais são criadas localmente, no espaço prisional. É neste espaço que cumprem a pena de prisão, ao qual foi atribuída pelo tribunal devido aos crimes cometidos pelos indivíduos.

Portanto, um dos recursos existentes para essa penalização são os estabelecimentos prisionais, que segundo o Relatório sobre o Sistema Prisional

e Tutelar de setembro de 2017, atualmente constituem um total de 49 distinguidos por vários fatores que já foram abordados. O objetivo destes estabelecimentos consiste na regeneração dos indivíduos em reclusão, tendo à disposição variadas atividades. Contudo, ao longo do discurso dos reclusos percebeu-se que não é bem assim este retrato. Na opinião dos reclusos entrevistados, as atividades a nível geral, dispostas no estabelecimento prisional de Sintra não são as suficientes. Na visão de um recluso *“Infelizmente, aquilo que a cadeia... a nível de atividades lúdicas que a cadeia nos proporciona é escassa, temos de ser nós por nós”,* continuando *Não, as atividades nem sequer apelam à pessoa pra isso. Esse tipo de atividades não existe... esse tipo de atividades para que a pessoa... hêêê... consciencialize o recluso para... não... estamos aqui 70 reclusos. A cadeia não sabe, a cadeia não sabe o quê que aquele recluso... as potencialidades daquele recluso por exemplo... se tivermos aqui 70, não sabe de 78,5 não sabe as potencialidades e não consegue direcionar para aquilo ao qual ele é bom.*

Embora a escassez de atividades, podemos destacar o gosto pelas atividades desportivas/ grupais como o futebol e o ginásio, justificando que libertam energia e *“Vamos mais cansados para a cela e tudo”*. É de referir ainda que, as atividades desportivas foram as mais evidenciadas pelos reclusos. *“Então, futebol, vólei, basquete, antigamente havia ténis mas já não há, da outra vez que eu ‘tive cá. Há... depois há xadrez, ping pong, cartas, damas...”*

Por outro lado, realçamos o ensino dentro do estabelecimento prisional como um dos instrumentos mais importantes ao dispor dos indivíduos, onde podem frequentar as aulas para finalizarem a formação escolar que tinham abandonado, ou então as perspetivas quanto ao futuro no que diz respeito a evoluir mais no conhecimento e, prosseguir para o ensino superior. Todavia, apesar de ser um Direito Fundamental Humano foi-nos confidenciado que existem algumas restrições no acesso ao ensino, uma vez que um dos entrevistados não viu realizado o término do 9º ano que estava a frequentar no estabelecimento. Com isto autenticamos que um dos instrumentos, neste caso

o ensino, ao ser negado, não permite uma evolução mental, o que poderá afetar a sua reintegração na sociedade.

Ainda na vertente escolar, nem todos os reclusos aproveitam a oportunidade de retomar a formação escolar disponibilizada nas prisões, apenas uma pequena percentagem o faz. Porém, torna-se essencial investir nesse setor para que eles consigam iniciar ou terminem os estudos, tal como defende Bernet “no desempenho de uma atividade de trabalho, na participação em atividades de formação, que podem ajudar o preso a estabelecer contactos externos, promovendo uma autoimagem mais positiva e produtiva, a quebrar o ciclo de monotonia e frustração em que se encontra e a preparar-se para o regresso ao exterior” (2003, p.112), o que é uma vantagem para o processo de reintegração dos presos.

Neste contexto, surgem algumas questões que incidem o foco no conceito da reinserção social debatido ao longo da investigação. O que estará a falhar no nosso sistema prisional? Estarão os reclusos a usufruir do apoio necessário para uma melhor reintegração quando cumprirem a pena? A formação escolar e profissional disponível no interior das instituições prisionais serão realmente uma vantagem para os reclusos? Utilizarão esses recursos no futuro, após a libertação? De facto, julgamos que um acompanhamento contínuo seria eficaz para o futuro processo de reinserção social dos reclusos. Mais recursos humanos, tecnológicos, mais programas e, sobretudo mais financiamento seriam uma mais-valia para os reclusos conseguirem refletir sobre a vida no geral, mas essencialmente acerca dos motivos que os levaram a cometer crimes e repensar nos objetivos para o futuro.

Os indivíduos reclusos saem em liberdade sem quaisquer expectativas e, muitos deles, como não lhes foi permitido trabalhar dentro dos estabelecimentos, não possuem qualquer poder económico nem perspetivas de futuro, por isso a probabilidade de reincidir é elevada. Para não falar do facto de regressarem para os meios onde viveram a vida toda até ao momento da reclusão, nomeadamente os bairros problemáticos que são meios potencializadores do crime.

No entanto, dentro do estabelecimento conseguem acesso a determinados materiais, escutam experiências de vida no crime de outros reclusos, o que incentiva ao conhecimento da execução de novos delitos que poderão vir a cometer no futuro. Com isto queremos dizer que, o indivíduo não é ressocializado mas sim cria relações sociais ao viver na prisão e isso confere-lhe novas noções do crime.

Uma das conclusões que retiramos desta investigação, se não a mais importante, é que o contexto prisional, não ajuda os reclusos na reinserção social, pois em vez de potencializar a reorganização dos comportamentos e atitudes, desenvolve ainda mais a prática de crimes. Por isso e em concordância com Foucault (1987), a prisão é vista como uma “escola do crime”, sugerindo que facilita ainda mais o crime e o criminoso. Um dos reclusos inquiridos revelou *“Infelizmente 98% da população reclusa não consegue levar nada daqui para a rua, infelizmente. Não, não não pelo sistema prisional em si ou por aquilo que o sistema prisional ou a reinserção social lhes possam garantir, é porque eles mesmo não estão preparados. Infelizmente não estão preparados... 90% das pessoas com quem conversamos já estão a falar de... só falam de assaltos, de roubos ou daquilo que os trouxe cá e que seguramente é o que vão voltar a fazer... portanto, infelizmente não levam, não levam daqui para a rua”*.

Relativamente ao processo de reinserção social, este pode ser analisado perante dois pontos de vistas. Um deles é a estigmatização e atribuição de rótulos aos reclusos por parte da sociedade em geral. Muitos têm a consciência que sofrem duas penas, uma no âmbito da justiça e dos tribunais e a outra, por parte da sociedade que não os compreende quando se encontrarem em liberdade.

O outro ponto de vista é referente às atitudes negativas da sociedade em geral para com os reclusos que são vistos como se vivessem num mundo à parte e não no “nosso mundo”, com os mesmos direitos e deveres de todos nós. O facto de terem vivenciado a reclusão anuncia ser um obstáculo para conquistar um emprego, sendo um dos motivos pelos quais reincidem. Um dos reclusos

não hesitou e foi muito direto na resposta quando questionado sobre a visão da sociedade perante um recluso *“São, são vistos igual a mim, não é? Todos nós, todos nós sabemos que se eu for agora, se eu sair agora neste momento em liberdade e for arranjar um trabalho, pedir trabalho a alguém, pedem-me o registo criminal (pausa) então adeus e boa tarde”*.

Uma outra conclusão que podemos extrair desta investigação está relacionada com o convívio entre reclusos, as diferentes experiências de vida e a própria experiência com o crime que afeta os indivíduos. Desta forma, a prisão pode ser vista como um meio positivo quando incentiva os reclusos para a formação escolar e profissional, mas por outro lado revela o lado negativo quando dispõe de instrumentos, o diálogo entre reclusos, que ficam a conhecer outras formas de crime e como praticá-los. Assim, é importante apelar às instituições e técnicos para melhorar os aspetos relacionados com a reinserção social, formas de reeducação e incentivos para a prática de atos legais. Essa melhoria não deve ser feita apenas na área de apoio à reinserção social, mas sim no sistema prisional em geral, para que a população reclusa tenha mais condições, mais recursos o que poderá minimizar o impacto da reclusão, isto é, da privação de liberdade.

Pensar numa sociedade sem as instituições prisionais é inimaginável. Muitos dos criminosos não são penalizados mas o facto de sabermos que existem prisões e, que em muitos casos a justiça funciona, aumenta o sentimento de segurança nos restantes indivíduos da sociedade. Contudo, não podemos deixar de apontar o dedo à existência de poucos recursos humanos e à submissão a que, muitas vezes, os sujeitos reclusos são expostos pela população prisional em geral.

Para terminar, falta destacar o quão importante e gratificante foi a realização deste estudo. A oportunidade de visitar um espaço tão isolado e de difícil acesso devido às regras institucionais, proporcionou-nos a entrada no mundo da população prisional, com foco especial nos reclusos. Escutar as experiências de vida, as perspetivas para o futuro e o percurso por eles efetuado no dia-a-dia, revelou a dificuldade perante o isolamento e a falta de

liberdade e contacto restrito com a família, ao qual todos estamos habituados a usufruir, todos ou quase todos os dias.

Fontes

Lei de Execução das Penas e Medidas Privativas da Liberdade-Decreto-lei n.º 265/79.

Decreto-Lei n.º 215/2012, de 28 de setembro.

Lei orgânica dos Tribunais de Execução das Penas-Decreto-Lei n.º 783/76.

Relatório de Atividades e Autoavaliação de 2016.

Relatório sobre o Sistema Prisional e Tutelar de setembro de 2017

Lei Orgânica da Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais.

Constituição da República Portuguesa

Código Penal

Despacho- Conjunto n.º 451/99

Bibliografia

- Adler, P. A., Adler, P. (1998). Observational techniques. In: Denzin, N. K., Lincoln, Y. S. eds. 1998. *Collecting and interpreting qualitative materials*. Thousand Oaks, CA: Sage.
- Albarelo, Luc et al. (2011). *Práticas e métodos de investigação em ciências sociais*. Lisboa: Gradiva.
- Albino, Maria C. (2004). Reinserção social – perspectivas para o Século XXI. In *Direito e Justiça, Revista da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa*, Volume especial, Lisboa, pp. 270-283.
- Angrosino, Michael (2009). *Etnografia e observação participante*. Porto Alegre: Artmed.
- Alves, Magda (2003). *Como escrever teses e monografias: um roteiro passo a passo*. 5.^a tiragem. Rio de Janeiro: Editora Campus, ISBN 85-352-1114-4.
- Amaral, D. (2005). *Relatório da Comissão de Estudo e Debate da Reforma do Sistema Prisional*, Coimbra: Almedina.
- Arquitetura e prisões: relatório apresentado ao ministério da Justiça da França em 1985. Especialmente traduzido pela Dr.^a M.^a Neuza Souza Prado, para o I ENARP- Encontro Nacional de Arquitetura penitenciária, Brasília, outubro 19867.
- Baratta, Alessandro (1990). *Por un Concepto Critico de "Reintegración Social" del Condenado*, in OLIVEIRA, E. (Coord.), *Criminologia Crítica* (Fórum Internacional de Criminologia Crítica), Belém: Cejup.
- Bardin, Laurence (1979). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Beccaria, Cesare (2006). *Dos delitos e das penas*. São Paulo: Martin Claret.
- Bell Judith (1997). *Como realizar um projecto de investigação*, Ed. Gradiva, Lisboa.

Bell, Judith (2002). *Como realizar um projeto de investigação: um guia para a pesquisa em ciências sociais e da educação*. Lisboa: Gradiva.

Benelli, SJ (2014). Goffman e as instituições totais em análise. In: *A lógica da internação: instituições totais e disciplinares (des)educativas*, São Paulo: Editora UNESP.

Benguigui, Georges *et al* (1992). Chauvenet, Antoinette; Orlic, Françoise- *Le personnel de surveillance des prisons*. Essai de sociologie du travail in *Droit et Société*. – N.º 22. pp. 8491-497.

Bento, António (2012). Como fazer uma revisão da literatura: Considerações teóricas e práticas. *Revista JA (Associação Académica da Universidade da Madeira)*, nº 65, ano VII (pp. 42-44). ISSN: 1647-8975.

Bernet, Jaume T. (2003). *Lá Educación fuera de lá escuela: ámbitos no formales y educación social*. Barcelona: Editorial Ariel.

Canário, Rui (2008). *Educação de Adultos: um campo e uma problemática*. Lisboa: Educa.

Calado, Ana Teresa (2010). A agonia do ‘como’? Técnico de Reinserção Social- uma profissão de ajuda. *Ousar Integrar – Revista de Reinserção Social e Prova*, nº5.

Carmo, Hermano, Ferreira, Manuela M. (1998). *Metodologia para a investigação: Guia para Autoaprendizagem*. Lisboa: Universidade Aberta.

Carvalho, Cláudia. M. P. de (2003). *Corpos Minados – um estudo exploratório no espaço interno da cultura prisional*. Coimbra: CES / FEUC.

Clemmer, Donald (1958). *The prison community*. New York: Rinehart & Company.

Crespo, Freddy (2009). *Cárceles: subcultura y violencia entre internos*. Revista Cenipepec, 28.ISSN0798-9202.

Cunha, Elisangela L da. (2010). Ressocialização: o desafio da educação no sistema prisional feminino. *Cadernos Cedes*. Campinas, Brasil: Cadernos Cedes, vol. 30, nº.81.

Cunha, Manuela Ivone P. da (2002). *Entre o Bairro e a Prisão: Tráfico e Trajectos*. Fim de Século.

Cunha, Manuela Ivone P. da (2008). *Prisão e Sociedade: Modalidades de uma conexão*. 90ª Editora.

D'Oliveira, Teresa (2002). *Teses e Dissertações: recomendações para a elaboração e estruturação de trabalhos científicos*, Lisboa, RH Editora.

Dores, António P. (2001). *Estados de Espírito, Intenções e Estigmas*. Departamento de Sociologia ISCTE. Nº 4/01.

Dores, António P. (2004). *Anomia em Durkheim – entre a sociologia e a psicologia prisionais*. Faculdade de Direito da Universidade Católica.

Dores, António P. (2000). *Prisões de Portugal*. IV Congresso Português de Sociologia. *Passados Recentes Futuros Próximos*, Coimbra, APS edição CD-ROM 2002.

Dores, António P. (1975). *Espírito de proibir*. Lisboa: argusnauta, 2010.
DORES, António Pedro (org. 2003) - *Prisões na Europa*. Oeiras: Celta.
FOUCAULT, Michel- *Surveiller et punir*. Paris: Editions Gallimard.

Dubar, Claude (1997). *A socialização – Construção das identidades sociais e profissionais*, Porto, Porto Editora.

Durkheim, Émile (1990). *As regras do método sociológico*. São Paulo: Nacional, [1985].

Eco, Umberto (1999). *Como se faz uma tese*. São Paulo: Valentino Bompian & C.S.P.A.

Foucault, Michel (1987). *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. 20ªed. Petrópolis: Vozes.

Foucault, Michel (2010). *Vigiar e Punir*. 38 ed. Petrópolis, RJ: Vozes.

Giddens, Anthony (2008). *Sociologia*, 6º edição. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

Ghiglione, Rodolphe e Matalon, Benjamin (2001). *O Inquérito: Teoria e Prática*, 4.ª edição, Oeiras, Celta Editora.

Gil, António C. (2010). *Como elaborar projetos de pesquisa*. 5. ed. São Paulo: Atlas.

Goffman, Erving (1974). *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva.

Gonçalves, Rui A. (1993). *A adaptação à prisão – um processo vivido e observado*. Lisboa: Direção Geral dos Serviços Prisionais. ISBN: 972-95940-0-7.

Gonçalves, Rui A., Vieira, Hernâni (1995). Sobrepopoamento, stress e estratégias de confronto em meio prisional. In *Revista Portuguesa de Ciência Criminal*, 5, pp. 173-207.

Gonçalves, Rui A. (2000). *Delinquência, Crime e Adaptação à Prisão*. Coleção Psicologia Clínica e Psiquiatria, nº3. Coimbra: Quarteto Editora. ISBN:972-8535- 20-1.

Gonçalves, António B. (2004). *A ressocialização do sistema prisional*. Justilex, ano III, n. 36, p. 36-37.

Goode, W. J. (1977). *Métodos em Pesquisa Social*. 6ªed., São Paulo: Cia Editora Nacional.

Hammersley, Martyn, Atkinson, Paul (2000). *Ethnography. Principles in Practice*, Londres e Nova Iorque, Routledge.

Hébert-Lessard, M. et al (1994). *Investigação qualitativa – Fundamentos e Práticas*. Lisboa: Instituto Piaget. ISBN: 972-9295-75-1.

Hill, Manuela M. e Hill, Andrew (2002). *Investigação por Questionário*, 2.^a edição, Lisboa, Edições Sílabo.

Jacobs, James B. (1976). Stratification and Conflict among Prison Inmates. *Journal of Criminal Law and Criminology*, 66.

Jewkes, Yvonne; Johnston, Helen (2006). *Prison Readings- A critical introduction to prisons and imprisonment*, Willan Publishing. ISBN: 1843921499.

Kuhn, André, Agra, Cândido (2010). *Somos todos criminosos? Pequena Introdução à Criminologia e ao Direito das Sanções*, Alfragide, casa das letras.

Leite, Carlinda M. F.A.F. (1989). *Escola na prisão: Dupla disciplinação? Libertação? Estudo de caso*. Universidade do Minho

Lima, Marinús P. de (1995). *Inquérito Sociológico: Problemas de Metodologia*, 4.^a edição, Lisboa, Editorial Presença.

Lopes, F. M. (1998). *As Nossas Prisões II: Relatório especial do Provedor de Justiça à Assembleia da República*. Lisboa: Provedoria de Justiça – Divisão de Documentação.

Machado, Carla, 2004, *Crime e Insegurança: Discursos do Medo, Imagens do Outro*, Editorial Notícias.

Machado, Gustavo G. (2004). *A prisão enquanto instituição total: crítica ao mito da ressocialização carcerária*, Revista do CAAP.

Machado, Helena (2008). *Manual de Sociologia do Crime*. Porto: Edições Afrontamento.

Maia e Costa, E. (2003). *Prisões: a lei escrita e a lei na prática em Portugal* em António Pedro Dore (org), *Prisões na Europa - um debate que apenas começa - European prisons – starting a debate*, Oeiras, Celta.

Matos, R., Machado, C. (2007) – *Reclusão e laços sociais: discursos no feminino*. *Análise Social*, Vol. XLII (185), pp. 1041-1054.

Mead, George H. (1982). *Espiritu, persona y sociedad: desde el punto de vista del conductismo social*. Barcelona: Paidós.

Mello, Priscilla M. da M. de (2002). *A problemática do sistema penitenciário e os fins da ressocialização*. In: Revista da Escola da Magistratura do Distrito Federal, n. 07, Brasília, p. 335-342.

Ministério da Justiça. *Relatório Final da Comissão de Estudo e Debate da Reforma do Sistema Prisional*. Lisboa, 2004.

Mirabete, Júlio F. (2000). *Execução Penal*. 9 ed. Jurídico Atlas. São Paulo: AtlasS.A.

Nunes, Adérito S. (2001). *Questões Preliminares sobre as Ciências Sociais*, 12.^a edição, Lisboa, Editorial Presença.

NUNES, Ana L. (2005). Penitenciárias e Estado Criminoso. *Revista Nova Democracia*, Brasília, ano 4, n. 27.

Pardal, Luís; Correia, Eugénia (1995). *Métodos e técnicas de investigação social*. Porto, Areal Editores.

Pereira, Alexandre, Poupá, Carlos (2006). *Como escrever uma tese, monografia ou livro científico*, 3.^a edição, Lisboa, edições Sílabo.

Pimentel, José M. (1983). Desafios ao Instituto da Reinserção Social, In *Cidadão Delinquente: Reinserção Social?* Instituto de Reinserção Social, Lisboa, pp. 205-211.

Pinto, Amâncio da C. (1990). *Metodologia da Investigação Psicológica*. Porto: Jornal de Psicologia.

Pinzon, Natalia G. (2004). O discurso ressocializador e o princípio da dignidade da pessoa humana. In: CARVALHO, Salo de. (org). *Leituras constitucionais do sistema penal contemporâneo*. Rio de Janeiro: Lúmen Júris.

Provedoria de Justiça. *Relatório sobre o Sistema Prisional*. Lisboa, 1996.

Provedoria de Justiça. *As nossas prisões II- Relatório especial do Provedor de Justiça à Assembleia da República - 1998*. Lisboa, 1999.

Quivy, Raumont, Campenhoudt, Luc V. (1995). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa: Gradiva.

Ramos, Isabel C. de O. (2011). *Contributos da educação: (Re)viver na prisão*. Mestrado em Ciências da Educação.

Rego, Isabel P. de (trad.) (2001). *Sociologie de la prison de COMBESSIE*, Philippe. Paris: Éditions la Decouverte.Collection Repères.

Ribeiro, Manuel de C. (1983). A Reinserção Social dos Delinquentes, In *Cidadão Delinquente e Reinserção Social*. Instituto de Reinserção Social, Lisboa.

Richardson, Roberto J. (1999). *Pesquisa social: métodos e técnicas*. 3. ed. São Paulo: Atlas,p.207. ISBN: 8522421110.

Roberts, J. (1996). *The Relationship Between the Community and the Prison*, in Matthews. Roger; Francis, Peter (org.). *Prisons 2000: An internacional Perspective on the Current State and Future of Imprisonment*. Houndmills Macmillan Press.

Rocha, M. A. L. (1983). A reinserção social do delinquente: utopia ou realidade? In *Cidadão Delinquente: Reinserção Social?* Instituto de Reinserção Social, Lisboa, pp. 69-87.

Roché, Sebastian (2010). *Delinquência, família e desorganização social*. *Ousar Integrar-* Revista de Reinserção Social e Prova, nº5, pp.9-22.

Sá, Alvino A. de. (2007). *Criminologia clínica e Psicologia Criminal*. 1. ed. São Paulo: RT.

Santos, Maia José M. (1999). *A Sombra e a Luz. As prisões do Liberalismo*. Porto: Afrontamento.

Santos, Boaventura S. (2003). *A Reinserção Social dos Reclusos - Um contributo para o debate sobre a reforma do sistema prisional*. Observatório Permanente da Justiça Portuguesa, Centro de Estudos Sociais, Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra.

Santos, V. L. S. D. dos (2003) – *O papel desempenhado pelo trabalho do(a) preso(a) no seu processo de reinserção social*. Monografia (Especialização em Modalidades de Tratamento Penal e Gestão Prisional). Universidade Federal do Paraná.

Silva, Augusto S. e Pinto, José M. (orgs.) (1986). *Metodologia das Ciências Sociais*, Porto: Edições Afrontamento.

Souza, C. M. (2002). *O trabalho no sistema penitenciário*. Brasília, Mimeo.

Thompson, Augusto (1980). *A Questão Penitenciária*, 2. ed., Rio de Janeiro : Forense.

Tinoco, Rui (2004). *Histórias de vida: Um método qualitativo de investigação*. – o portal dos psicólogos.

Trujillo, Ferrari (1974). *Metodologia da ciência*. 3. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Kennedy.

Torres, Anália C., Gomes, Maria do C. (2002). *Drogas e Prisões em Portugal*. Lisboa: CIES/ISCTE. Dep. Legal: 188 999/2002.

Torres, Andrea A. (2007). Críticas ao tratamento penitenciário e a falácia da ressocialização. *Revista de Estudos Criminais*, n. 26, p.107-125, jul./set.

Vala, Jorge (1986). A Análise de Conteúdo in SILVA, Augusto Santos e PINTO, José Madureira (org.) - *Metodologia das Ciências Sociais*, Porto: Edições Afrontamento.

Yin, Robert (1994). *Case Study Research: Design and Methods*. 2ªed. Thousand Oaks. Sage.

Wacquant, Loic (2000). *As Prisões da Miséria*. Oeiras: Celta.

Wauters, E. (2003). *A reinserção social pelo trabalho*. Monografia (Especialização em Modalidade de Tratamento Penal e Gestão Prisional) – Universidade Federal do Paraná.

Zackseski, C. (1991). *Relações de trabalho nos presídios*. Revista do Ministério Público do Trabalho / Procuradoria-Geral do Trabalho, Brasília, v.1, n.1.

ANEXOS

Localização do EP de Sintra



Imagery ©2017, DigitalGlobe, IGP/DGRF

Anexo 1

Decreto-Lei n.º 215/2012, de 28 de setembro

5470

Diário da República, 1.ª série — N.º 189 — 28 de setembro de 2012

6 — A taxa de câmbio consular da divisa referida no número anterior será revista em termos análogos ao previsto no n.º 3.

7 — As quantias em moeda estrangeira resultantes da conversão ao abrigo dos números anteriores serão arredondadas, por excesso, para a unidade divisionária imediatamente superior.

8 — Quando se trate da cobrança de emolumentos relativos a pedidos de visto Schengen aplica-se a taxa de câmbio de referência para o euro fixada pelo Banco Central Europeu, nos termos previstos no n.º 7 do artigo 16.º do Regulamento (CE) n.º 810/2009, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de julho.

9 — As quantias em moeda estrangeira resultantes da aplicação do número anterior podem ser arredondadas por excesso e, no âmbito da Cooperação Schengen Local, os consulados devem assegurar que cobram emolumentos similares.

Aviso n.º 148/2012

Por ordem superior se torna público que, por notificação de 26 de junho de 2012, o Secretário-Geral das Nações Unidas comunicou ter a República da Bósnia e Herzegovina comunicado a sua autoridade nos termos do n.º 3 do artigo 2.º⁽¹⁾, relativamente à Convenção para a Cobrança de Alimentos no Estrangeiro, adotada em Nova Iorque em 20 de junho de 1956.

Tradução

O Secretário-Geral das Nações Unidas, na sua qualidade de depositário, comunica que:

Por meio de uma comunicação recebida em 26 de junho de 2012, o Governo da República da Bósnia e Herzegovina notificou o Secretário-Geral que nos termos do n.º 3 do artigo 2.º, da Convenção, o Ministério da Justiça da República da Bósnia e Herzegovina foi designado para exercer funções de Autoridade Expedidora e de Instituição Intermediária.

A República Portuguesa é Parte na mesma Convenção, a qual foi aprovada pelo Decreto-Lei n.º 45 942, publicado no *Diário do Governo*, 1.ª série, n.º 228, de 28 de setembro de 1964.

Depositou o seu instrumento de adesão à Convenção em 25 de janeiro de 1965, publicado no *Diário do Governo*, 1.ª série, n.º 34, de 10 de fevereiro de 1965.

A autoridade nacional competente é a Direção-Geral da Administração da Justiça, que sucedeu, nos termos do artigo 31.º, n.º 4, do Decreto-Lei n.º 146/2000, de 18 de julho, à Direção-Geral dos Serviços Judiciários.

⁽¹⁾ V. notificação depositária C.N.323.1993-TREATIES de 18 de janeiro de 1994 (Sucessão da Bósnia e Herzegovina).

Departamento de Assuntos Jurídicos, 3 de setembro de 2012. — O Diretor, *Miguel de Serpa Soares*.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Decreto-Lei n.º 215/2012

de 28 de setembro

No âmbito do Compromisso Eficiência, o XIX Governo Constitucional determinou as linhas gerais do Plano de

Redução e Melhoria da Administração Central (PREMAC), afirmando que o primeiro e mais importante impulso do Plano deveria, desde logo, ser dado no processo de preparação das leis orgânicas dos ministérios e dos respetivos serviços.

Trata-se de algo absolutamente estruturante, por um lado, para o início de uma nova fase da reforma da Administração Pública, no sentido de a tornar eficiente e racional na utilização dos recursos públicos e, por outro, para o cumprimento dos objetivos de redução da despesa pública a que o país está vinculado. Com efeito, mais do que nunca, a concretização simultânea dos objetivos de racionalização das estruturas do Estado e de melhor utilização dos seus recursos humanos é crucial no processo de modernização e de otimização do funcionamento da Administração Pública.

Importava decididamente repensar e reorganizar a estrutura do Estado, no sentido de lhe dar uma maior coerência e capacidade de resposta no desempenho das funções que deverá assegurar, eliminando redundâncias e reduzindo substancialmente os seus custos de funcionamento.

Com a integração num mesmo serviço da execução das políticas de prevenção criminal e de reinserção social, pela execução tanto das penas e medidas privativas da liberdade como das alternativas à prisão, concretiza-se igualmente um modelo de intervenção que potencia o conhecimento e experiência acumulada pelos serviços de reinserção social e prisionais, permitindo uma atuação integrada e coerente em áreas conexas, complementares ou que se intercetam, mais consentânea com os princípios da equidade e da proporcionalidade, focalizada tanto nos riscos e necessidades do agente, como na proteção da vítima e da comunidade.

A criação da Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais permite uma intervenção centrada no indivíduo desde a fase pré-sentencial até à libertação, preparando, em colaboração com os serviços do setor público e privado, de oportunidades de mudança e de reinserção social, diminuindo as consequências negativas da privação da liberdade e reduzindo os riscos de reincidência criminal.

No domínio orçamental, a criação da Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais permite uma redução de custos mediante a simplificação da estrutura a nível central e a racionalização da estrutura dos serviços desconcentrados, o reforço de equipas técnicas especializadas e complementares, a par do reforço do investimento em sistemas tecnológicos facilitadores da ambicionada modernização administrativa, propiciadora de economias de escala significativas.

Na sequência da aprovação da Lei Orgânica do Ministério da Justiça, pelo Decreto-Lei n.º 123/2011, de 29 de dezembro, o presente decreto-lei aprova a estrutura orgânica da Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais.

Por fim, mantêm-se, sem acréscimo de despesa, os suplementos remuneratórios existentes atribuídos aos trabalhadores das atuais Direções-Gerais de Reinserção Social e dos Serviços Prisionais, em razão do especial desgaste físico e psicológico, risco e disponibilidade permanente, pois que se mantêm os fundamentos que estiveram na sua génese, exponenciados, na atualidade, pelo aumento da população prisional, associada muitas vezes à criminalidade grave, violenta e organizada, ao contacto permanente efetuado com indivíduos de perigosidade acrescida, em locais onde se executam penas e medidas na comunidade, e em espaços onde se realiza a medida educativa de internamento de jovens.

De igual modo, se mantém a situação profissional dos diretores de estabelecimento prisional até à prevista classificação dos estabelecimentos prisionais.

Assim:

Nos termos da alínea *a*) do n.º 1 do artigo 198.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

Artigo 1.º

Natureza

A Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, abreviadamente designada por DGRSP, é um serviço central da administração direta do Estado, dotado de autonomia administrativa.

Artigo 2.º

Missão

A DGRSP tem por missão o desenvolvimento das políticas de prevenção criminal, de execução das penas e medidas e de reinserção social e a gestão articulada e complementar dos sistemas tutelar educativo e prisional, assegurando condições compatíveis com a dignidade humana e contribuindo para a defesa da ordem e da paz social.

Artigo 3.º

Atribuições

A DGRSP prossegue as seguintes atribuições:

- a*) Apoiar o membro do Governo responsável pela área da justiça na definição e execução da política criminal, especialmente nas áreas da prevenção da criminalidade, da reinserção social e da execução das penas e medidas privativas de liberdade, assegurando a avaliação permanente das condições de funcionamento dos sistemas tutelar educativo e prisional;
- b*) Assegurar o apoio técnico aos tribunais na tomada de decisão no âmbito dos processos tutelar educativo e penal;
- c*) Assegurar a execução de decisões judiciais que imponham medidas tutelares educativas e penas e medidas alternativas à pena de prisão, bem como a execução de penas e medidas com recurso a meios de vigilância eletrónica, prestando a adequada assessoria técnica aos tribunais;
- d*) Assegurar a execução de decisões judiciais que imponham penas e medidas que devam ser cumpridas no âmbito do sistema prisional e prestar a adequada assessoria técnica aos tribunais;
- e*) Promover e assegurar a avaliação permanente das condições de funcionamento do sistema tutelar educativo, de reinserção e prisional;
- f*) Assegurar a gestão do sistema de vigilância eletrónica;
- g*) Promover a dignificação e humanização das condições de vida nos centros educativos e estabelecimentos prisionais, visando a reinserção social, designadamente através da prestação de cuidados de saúde, do ensino, da formação profissional, do trabalho, de iniciativas de caráter cultural e desportivo, da interação com a comunidade e outras que permitam o desenvolvimento da personalidade;
- h*) Prestar apoio técnico aos tribunais de execução de penas no âmbito das suas competências;
- i*) Assegurar a gestão das populações dos centros educativos e dos estabelecimentos prisionais, mantendo em funcionamento sistemas de informação que suportem o planeamento individualizado da execução das medidas tutelares educativas e das penas criminais, garantindo os

respetivos sistemas de segurança, a articulação no âmbito do sistema de segurança nacional interna e a articulação no âmbito dos processos tutelares educativos e penal;

j) Contribuir para a elaboração de instrumentos de cooperação judiciária internacional e assegurar o cumprimento de procedimentos resultantes de convenções em que a DGRSP seja autoridade central;

k) Promover, desenvolver e coordenar programas de tratamento adequados ao perfil criminológico e psicológico e às necessidades de reinserção social e elaborar, executar e avaliar os planos individuais de readaptação social;

l) Superintender na organização e funcionamento dos serviços e assegurar a gestão e segurança dos estabelecimentos prisionais e centros educativos;

m) Coordenar e desenvolver, num quadro de sustentabilidade económica e financeira e em articulação com outras entidades públicas ou privadas, as atividades económicas dos centros educativos e dos estabelecimentos prisionais, com o objetivo de alcançar, nomeadamente, a formação profissional, a empregabilidade e a reintegração profissional, quer durante o cumprimento da pena ou medida, quer na vida livre;

n) Promover a gestão integrada das atividades económicas dos estabelecimentos prisionais e dos centros educativos, designadamente através da criação de zonas económicas que enquadrem a exploração e o desenvolvimento das potencialidades económicas de um ou mais estabelecimentos prisionais e centros educativos, criando a otimização da gestão do sistema;

o) Conceber, executar ou participar em programas e ações de prevenção da criminalidade e contribuir para um maior envolvimento da comunidade na administração da justiça tutelar educativa e penal, através da cooperação com outras instituições públicas ou particulares e com cidadãos que prossigam objetivos de prevenção criminal e de reinserção social;

p) Promover a formação técnica especializada dos recursos humanos e colaborar nas ações que lhes sejam dirigidas;

q) Assegurar a gestão e segurança dos centros educativos, dos estabelecimentos prisionais e dos demais equipamentos do sistema de reinserção social e prisional, bem como assegurar, em articulação com o Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, I. P. (IGFEJ, I. P.), as ações de manutenção necessárias ao seu bom funcionamento;

r) Elaborar os planos de segurança geral dos centros educativos e do sistema prisional, bem como os planos específicos das instalações prisionais, assegurando a respetiva execução;

s) Manter em funcionamento um sistema de informações de segurança prisional e assegurar a respetiva articulação com o sistema nacional de segurança interna;

t) Assegurar o fornecimento e a manutenção dos equipamentos da DGRSP, em articulação com o IGFEJ, I. P.;

u) Efetuar auditorias, sindicâncias, inquéritos e inspeções em vista, nomeadamente, à manutenção da ordem, disciplina e organização das unidades orgânicas centrais e desconcentradas;

v) Gerir de forma centralizada os recursos humanos, materiais e financeiros dos serviços;

w) Programar as necessidades das instalações dos centros educativos e dos estabelecimentos prisionais, incluindo as casas de função, e colaborar com o IGFEJ, I. P., no pla-

neamento e execução de obras de construção, remodelação ou conservação;

x) Colaborar com a Direção-Geral da Política de Justiça na recolha, tratamento e divulgação dos dados estatísticos relativos à reinserção social, ao sistema tutelar educativo e ao sistema prisional, disponibilizando a informação necessária à elaboração das estatísticas oficiais na área da justiça;

y) Conceder, pontualmente, apoio socioeconómico aos destinatários da atividade exercida pela DGRSP, na medida dos meios disponíveis, supletivamente ao prestado por outras entidades públicas responsáveis e pressupondo a participação responsável do indivíduo;

z) Desenvolver a atividade de liquidação, cobrança e registo das receitas próprias.

Artigo 4.º

Órgãos

1 — A DGRSP é dirigida por um diretor-geral, coadjuvado por quatro subdiretores-gerais, cargos de direção superior de 1.º e 2.º graus, respetivamente.

2 — É, ainda, órgão da DGRSP o Conselho de Coordenação Técnica.

Artigo 5.º

Provisão do diretor-geral

1 — O recrutamento para o cargo de diretor-geral é feito, por escolha, de entre indivíduos licenciados de reconhecida idoneidade e experiência profissional, com licenciatura concluída há, pelo menos, 12 anos à data do provimento, vinculados ou não à Administração Pública.

2 — O provimento do cargo é feito mediante despacho do Primeiro-Ministro e do membro do Governo responsável pela área da justiça.

3 — O cargo é provido em comissão de serviço por um período de três anos, renovável por iguais períodos.

4 — A renovação da comissão de serviço é comunicada ao interessado até 30 dias antes do seu termo, cessando a mesma automaticamente no final do respetivo período se o membro do Governo responsável pela área da justiça não tiver manifestado expressamente a intenção de a renovar, caso em que o dirigente se mantém no exercício de funções de gestão corrente até à nomeação do novo titular do cargo.

5 — Para efeitos de eventual renovação da comissão de serviço, o titular do cargo de direção superior dá conhecimento do termo de cada comissão ao membro do Governo responsável pela área da justiça, com a antecedência mínima de 90 dias, cessando esta automaticamente no fim do respetivo período sempre que não seja dado cumprimento àquela formalidade.

6 — Em qualquer momento, a comissão de serviço pode ser dada por finda por despacho do Primeiro-Ministro e do membro do Governo responsável pela área da justiça, por iniciativa deste ou a requerimento do interessado.

Artigo 6.º

Provisão de subdiretor-geral

1 — O recrutamento para o cargo de subdiretor-geral é feito, por escolha, de entre indivíduos licenciados de reconhecida idoneidade e experiência profissional, com

licenciatura concluída há, pelo menos, oito anos, à data do provimento, vinculados ou não à Administração Pública.

2 — O provimento é feito mediante despacho do membro do Governo responsável pela área da justiça, sendo aplicável o disposto nos n.ºs 3 a 5 do artigo anterior.

3 — Em qualquer momento, a comissão de serviço pode ser dada por finda por despacho do membro do Governo responsável pela área da justiça, por iniciativa deste, por proposta do diretor-geral ou a requerimento do interessado.

Artigo 7.º

Diretor-geral

1 — Sem prejuízo das competências que lhe sejam conferidas por lei ou que nele sejam delegadas ou subdelegadas, compete ao diretor-geral:

a) Convocar e presidir ao Conselho de Coordenação Técnica;

b) Propor ao membro do Governo responsável pela área da justiça a criação, encerramento ou extinção de centros educativos, estabelecimentos prisionais e agrupamentos de estabelecimentos prisionais;

c) Dirigir o Serviço de Auditoria e Inspeção (SAI);

d) Determinar a realização de inspeções, auditorias e sindicâncias aos serviços da DGRSP;

e) Exercer a gestão e orientação técnica do pessoal do Corpo da Guarda Prisional;

f) Aprovar a lotação dos centros educativos e dos estabelecimentos prisionais, nos termos da lei;

g) Aprovar o modelo de segurança a adotar nos centros educativos e nos estabelecimentos prisionais;

h) Aprovar os modelos de material de defesa, segurança e vigilância a utilizar nos centros educativos e nos estabelecimentos prisionais;

i) Aprovar projetos de parceria com organizações nacionais ou estrangeiras com interesse para a DGRSP, precedendo autorização do membro do Governo responsável pela área da justiça;

j) Propor a celebração de protocolos com entidades externas, com interesse para a prossecução das atribuições da DGRSP e submetê-los à autorização do membro do Governo responsável pela área da justiça;

k) Aprovar a realização de estágios na DGRSP promovidos por entidades externas, com relevância para as atribuições da direção-geral;

l) Conceder apoio social e económico aos reclusos e aos jovens e adultos em acompanhamento pela DGRSP durante a execução de penas e medidas na comunidade;

m) Conceder apoio financeiro a projetos de investigação e a ações de formação, bem como bolsas de estudo no âmbito da intervenção da DGRSP;

n) Determinar a realização de ações de informação dirigidas aos trabalhadores e à comunidade, bem como a realização de conferências, colóquios e outras iniciativas similares, com a participação de especialistas portugueses ou estrangeiros, e o intercâmbio com serviços ou associações nacionais e estrangeiras congêneres, informando previamente a tutela;

o) Propor ao membro do Governo responsável pela área da justiça a aprovação do Regulamento de Transferências do Pessoal do Corpo da Guarda Prisional;

p) Propor ao membro do Governo responsável pela área da justiça a aprovação do Regulamento do Grupo de Intervenção e Segurança Prisional (GISP);

g) Propor ao membro do Governo responsável pela área da justiça a aprovação do Regulamento do Grupo Operacional Cinotécnico;

r) Propor ao membro do Governo responsável pela área da justiça a aprovação do Regulamento de Uniformes do Corpo da Guarda Prisional;

s) Propor ao membro do Governo responsável pela área da justiça a aprovação do Regulamento de Utilização dos Meios Coercivos nos estabelecimentos prisionais;

t) Emitir orientações técnicas sobre a atividade operativa, instruções de carácter genérico sobre o funcionamento dos serviços e aprovar os regulamentos internos previstos na lei.

2 — Ao diretor-geral são, ainda, atribuídas as competências previstas para os titulares de cargos de direção superior nos termos da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada pelas Leis n.ºs 51/2005, de 30 de agosto, 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, e 64/2011, de 22 de dezembro.

3 — Os subdiretores-gerais exercem as competências que lhe sejam delegadas ou subdelegadas pelo diretor-geral, devendo este identificar a quem compete substituí-lo nas suas faltas e impedimentos.

4 — O diretor-geral é apoiado por um trabalhador que exerça funções de secretariado, aos quais são aplicáveis as disposições contidas nos n.ºs 3 a 6 do artigo 33.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada pelas Leis n.ºs 51/2005, de 30 de agosto, 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, e 64/2011, de 22 de dezembro.

Artigo 8.º

Conselho de Coordenação Técnica

1 — O Conselho de Coordenação Técnica (CCT) é o órgão consultivo destinado a apoiar tecnicamente a DGRSP.

2 — O CCT é presidido pelo diretor-geral e constituído pelos seguintes membros efetivos:

a) Os subdiretores-gerais da DGRSP;

b) Um coordenador do SAI;

c) O dirigente responsável pela área de planeamento;

d) Dois diretores de estabelecimentos prisionais;

e) Dois diretores de centros educativos;

f) Um dirigente responsável pela área técnico-operativa de reinserção social;

g) Um chefe do Corpo da Guarda Prisional.

3 — O CCT é ainda integrado por duas personalidades de reconhecido mérito no conhecimento das temáticas da área de intervenção da DGRSP, a designar por despacho do membro do Governo responsável pela área da justiça, sob proposta, não vinculativa, do diretor-geral.

4 — Os membros referidos nas alíneas b) e d) a g) do n.º 2 são anualmente designados mediante despacho do membro do Governo responsável pela área da justiça, sob proposta, não vinculativa, do diretor-geral.

5 — Sempre que se revele necessário, o diretor-geral pode convocar qualquer dirigente ou trabalhador da DGRSP a participar nas reuniões do CCT.

6 — Compete ao CCT:

a) Assessorar o diretor-geral na definição de planos e programas da atividade operativa;

b) Pronunciar-se sobre o plano e relatório anual de atividades da DGRSP;

c) Apreciar propostas de reforma legislativa e de quaisquer iniciativas de interesse para a prossecução das atribuições da DGRSP;

d) Emitir pareceres de natureza técnica sobre a atividade operativa desenvolvida e propor medidas de aperfeiçoamento e desenvolvimento na prossecução das atribuições da DGRSP;

e) Pronunciar-se sobre os assuntos que lhe forem submetidos pelo membro do Governo responsável pela área da justiça ou pelo diretor-geral.

7 — Compete ao diretor-geral designar o trabalhador que secretaria as reuniões do CCT.

8 — O CCT reúne ordinariamente com periodicidade semestral e extraordinariamente sempre que o presidente o convocar, por sua iniciativa ou a requerimento de dois terços dos seus membros efetivos.

Artigo 9.º

Tipo de organização interna

1 — A organização interna dos serviços obedece ao seguinte modelo estrutural misto:

a) Nas áreas de atividade de gestão e administração, bem como de execução de penas e medidas na área penal e tutelar educativa, de estudos, organização e planeamento, formação e de segurança, o modelo de estrutura hierarquizada;

b) Nas áreas do tratamento prisional, nomeadamente coordenação técnica da avaliação do recluso e programação do tratamento prisional, promoção e gestão de atividades e programas de reinserção social, nas áreas de ensino e formação profissional, trabalho e atividades ocupacionais, programas específicos de reabilitação, atividades socioculturais e desportivas, prestação de cuidados de saúde, e ainda promoção, dinamização e modernização das atividades económicas dos estabelecimentos prisionais, o modelo de estrutura matricial.

2 — A DGRSP dispõe de serviços centrais e de unidades orgânicas desconcentradas, constituídas por centros educativos, estabelecimentos prisionais e delegações regionais de reinserção.

3 — Os centros educativos e as delegações regionais de reinserção integram equipas de reinserção social, que atuam no âmbito da assessoria técnica aos tribunais na tomada de decisão no âmbito do processo penal e tutelar educativo e da execução de penas e medidas.

Artigo 10.º

Mapa de cargos de direção

Os lugares de direção superior de 1.º e 2.º graus e de direção intermédia de 1.º grau constam do anexo I ao presente decreto-lei, do qual faz parte integrante.

Artigo 11.º

Competências dos dirigentes intermédios

1 — As competências dos dirigentes intermédios de 1.º grau e de 2.º grau quando não estejam na dependência daqueles são as previstas nas alíneas a) a j) do anexo II ao presente decreto-lei, do qual faz parte integrante, e nas alíneas k) a p) do mesmo anexo, quando não existam na sua dependência dirigentes intermédios de 2.º grau.

2 — As competências dos dirigentes intermédios de 2.º grau são as previstas nas alíneas *k)* a *p)* do anexo II ao presente decreto-lei.

Artigo 12.º

Serviço de Auditoria e Inspeção

1 — O SAI, integrado nos serviços centrais, é o serviço de inspeção, fiscalização e auditoria às unidades orgânicas desconcentradas e aos serviços centrais da DGRSP, cuja atividade constitui instrumento essencial à verificação da legalidade e à manutenção da ordem e disciplina no Sistema de Execução de Penas e Medidas e Tutelar Educativo.

2 — O SAI dispõe das delegações do Norte, do Centro, e do Sul e Ilhas, que abrangem áreas territoriais a definir por despacho do membro do Governo responsável pela área da justiça.

3 — A coordenação das delegações do SAI é assegurada por magistrados judiciais ou do Ministério Público, designados em comissão de serviço por três anos, renovável por iguais períodos com o limite máximo de duas renovações, por despacho do membro do Governo responsável pela área da justiça, sob proposta, não vinculativa, do diretor-geral, ouvidos os respetivos conselhos superiores.

4 — Os coordenadores do SAI respondem diretamente perante o diretor-geral.

5 — O SAI integra pessoal com funções inspetivas, designado em regime de comissão de serviço por três anos, por despacho do membro do Governo responsável pela área da justiça, sob proposta, não vinculativa, do diretor-geral, de entre trabalhadores integrados na carreira do grupo de pessoal técnico superior, para cujo provimento seja exigível uma licenciatura, com, pelo menos, seis anos de experiência profissional qualificada nas áreas de atividade inspetiva ou de auditoria no âmbito dos órgãos ou serviços públicos, investigação criminal, consultadoria jurídica em matérias de direito público e, em especial, do estatuto disciplinar, investigação, estudo e conceção de métodos e processos técnico-científicos no âmbito da Administração Pública.

6 — Os coordenadores do SAI podem, a todo o tempo, e por mera conveniência de serviço, devidamente fundamentada, propor ao diretor-geral a cessação da comissão de serviço dos trabalhadores a desempenhar funções no SAI, com aviso prévio de 30 dias e sem que haja lugar a qualquer indemnização, cabendo a decisão final ao membro do Governo responsável pela área da justiça.

7 — Ao SAI compete:

- a) Fiscalizar e acompanhar regularmente o desempenho das unidades orgânicas desconcentradas, tendo em vista o seu bom funcionamento, articulação e aperfeiçoamento;
- b) Avaliar a eficiência e eficácia da gestão das unidades orgânicas desconcentradas;
- c) Verificar o cumprimento das disposições legais e regulamentares e das instruções de serviço;
- d) Identificar medidas de correção de procedimentos que se revelem inadequados e propor a adoção de normas, técnicas e métodos com vista à melhoria dos serviços e à uniformização de procedimentos;
- e) Realizar inspeções, auditorias e sindicâncias, bem como instaurar processos disciplinares ou de inquérito;
- f) Instruir os processos de inquérito ou disciplinares que lhe forem determinados, nomeadamente os de maior complexidade e os que envolvam pessoal dirigente;
- g) Supervisionar e dar apoio técnico nos processos que não sejam instruídos pelo SAI.

Artigo 13.º

Centros educativos

1 — Os centros educativos são criados por portaria dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças, da administração pública e da justiça e garantem a execução das medidas previstas na lei, visando a educação do jovem para o direito e a sua inserção, de forma digna e responsável, na vida em comunidade.

2 — Os centros educativos são dirigidos por um diretor, cargo de direção intermédia de 2.º grau, hierárquica e funcionalmente dependente do diretor-geral.

3 — O centro educativo integra uma equipa de programas, nos termos previstos por lei, cuja gestão é assegurada por um coordenador.

4 — A segurança dos centros educativos é garantida por força de segurança e ou entidade licenciada para o efeito, possuidora de formação adequada.

Artigo 14.º

Estabelecimentos prisionais

1 — Os estabelecimentos prisionais, criados por portaria dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças, da administração pública e da justiça, garantem a execução das penas e medidas privativas da liberdade, contribuindo para a manutenção da ordem e paz social e a criação de condições de reinserção social dos reclusos.

2 — A estrutura orgânica, o regime de funcionamento e as competências dos órgãos e serviços dos estabelecimentos prisionais são definidos por portaria dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças, da administração pública e da justiça.

3 — Podem ser criados, por portaria dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças, da administração pública e da justiça, agrupamentos de estabelecimentos prisionais, em razão da dimensão dos meios a gerir, da lotação e da proximidade geográfica entre os estabelecimentos prisionais.

4 — O estabelecimento prisional de nível de segurança especial ou alta e grau de complexidade de gestão elevado ou o agrupamento de estabelecimentos prisionais é dirigido por um diretor, hierárquica e funcionalmente dependente do diretor-geral, cargo de direção intermédia de 1.º grau, em regime de comissão de serviço de três anos, renovável por iguais períodos, até ao máximo de três renovações no mesmo estabelecimento prisional ou agrupamento de estabelecimentos prisionais.

5 — O estabelecimento prisional de nível de segurança alta ou média e grau de complexidade de gestão médio é dirigido por um diretor, hierárquica e funcionalmente dependente do diretor-geral, cargo de direção intermédia de 2.º grau, em regime de comissão de serviço de três anos, renovável por iguais períodos, até ao máximo de três renovações no mesmo estabelecimento prisional ou agrupamento de estabelecimentos prisionais.

6 — As zonas prisionais em funcionamento junto à Polícia Judiciária são equiparadas a estabelecimentos prisionais, com as devidas adaptações.

7 — Quando a direção de dois ou mais estabelecimentos prisionais for assegurada pelo mesmo titular, o cargo de diretor de estabelecimento prisional é de direção intermédia de 1.º grau.

Artigo 15.º

Delegações regionais de reinserção

1 — A DGRSP integra as delegações regionais de reinserção do Norte, do Centro e do Sul e Ilhas, que abrangem áreas territoriais a definir por despacho do membro do Governo responsável pela área da justiça.

2 — Compete às delegações regionais de reinserção:

a) Assegurar o acompanhamento, monitorização e controlo da atividade operativa realizada pelas equipas de reinserção social;

b) Exercer as atividades da DGRSP que, por lei ou por decisão do diretor-geral, devam ser prosseguidas no âmbito regional e local, no âmbito da reinserção social;

c) Assegurar a prática de atos de gestão corrente que não sejam próprios dos serviços centrais.

3 — As delegações regionais de reinserção integram seis núcleos de apoio técnico, com a distribuição constante do anexo III ao presente decreto-lei, do qual faz parte integrante.

4 — As delegações regionais de reinserção integram as equipas de reinserção social, criadas por despacho do membro do Governo responsável pela área da justiça, sob proposta, não vinculativa, do diretor-geral.

5 — As delegações regionais de reinserção são dirigidas por diretores, cargos de direção intermédia de 1.º grau, com as competências previstas no anexo II ao presente decreto-lei, sem prejuízo das decorrentes de lei, ou que nele forem delegadas ou subdelegadas.

6 — Os núcleos de apoio técnico são dirigidos por diretores, cargos de direção intermédia de 2.º grau, com as competências previstas no anexo II ao presente decreto-lei, sem prejuízo das decorrentes de lei, ou que neles forem delegadas ou subdelegadas.

Artigo 16.º

Provisão de dirigentes de unidades orgânicas dos serviços centrais

1 — Os cargos de direção intermédia de 1.º e 2.º graus das unidades orgânicas dos serviços centrais são providos por escolha, por despacho do membro do Governo responsável pela área da justiça, sob proposta, não vinculativa, do diretor-geral, de entre:

a) Trabalhadores com relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, licenciados, dotados de competência técnica e aptidão para o exercício da função, com um mínimo de, respetivamente, seis ou quatro anos de experiência profissional em funções, cargos, carreiras ou categorias para cujo exercício ou provimento seja exigível uma licenciatura;

b) Trabalhadores com relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, que cumulativamente sejam licenciados há, pelo menos, seis anos ou quatro anos, respetivamente, e detenham experiência profissional relevante pelos mesmos períodos, dotados de reconhecida competência técnica, mérito e aptidão nas áreas de atuação da DGRSP.

2 — Os cargos de direção intermédia de 1.º e 2.º graus, identificados no número anterior, são providos em comissão de serviço por um período de três anos, renovável por iguais períodos, sendo-lhes aplicável o disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 5.º

Artigo 17.º

Provisão de diretor de centro educativo

1 — O cargo de diretor de centro educativo é provido por escolha, por despacho do membro do Governo responsável pela área da justiça, sob proposta não vinculativa do diretor-geral, de entre:

a) Trabalhadores com relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, licenciados, dotados de competência técnica e aptidão para o exercício da função, com um mínimo de quatro anos de experiência profissional em funções, cargos, carreiras ou categorias para cujo exercício ou provimento seja exigível uma licenciatura;

b) Trabalhadores com relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, que cumulativamente sejam licenciados há, pelo menos, quatro anos e detenham experiência profissional relevante, dotados de reconhecida competência técnica, mérito e aptidão na área tutelar educativa.

2 — O cargo de diretor de centro educativo é exercido em regime de comissão de serviço por três anos, renovável por iguais períodos, sendo-lhe aplicável o disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 5.º

Artigo 18.º

Provisão de diretor de estabelecimento prisional

1 — O cargo de diretor de estabelecimento ou de agrupamento prisional é provido por escolha, por despacho do membro do Governo responsável pela área da justiça, sob proposta não vinculativa do diretor-geral, de entre:

a) Trabalhadores com relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, licenciados, dotados de competência técnica e aptidão para o exercício da função referida no n.º 4 ou no n.º 5 do artigo 14.º, com um mínimo de seis anos ou quatro anos, respetivamente, de experiência profissional em funções, cargos, carreiras ou categorias para cujo exercício ou provimento seja exigível uma licenciatura;

b) Trabalhadores com relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, incluindo o pessoal da carreira do Corpo da Guarda Prisional, que cumulativamente e consoante se trate de estabelecimento prisional referido no n.º 4 ou no n.º 5 do artigo 14.º, sejam licenciados há, pelo menos, seis anos ou quatro anos, respetivamente, e detenham experiência profissional relevante pelos mesmos períodos, dotados de reconhecida competência técnica, mérito e aptidão na área prisional.

2 — O cargo de diretor de estabelecimento prisional é exercido em regime de comissão de serviço por três anos, renovável por iguais períodos, sendo-lhe aplicável o disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 5.º

Artigo 19.º

Adjuntos do diretor de estabelecimento prisional

Os adjuntos do diretor de estabelecimento prisional são designados por despacho do membro do Governo responsável pela área da justiça, sob proposta do diretor-geral, em regime de comissão de serviço, pelo período de três anos, renovável por iguais períodos, e recrutados de entre trabalhadores com relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, incluindo guardas prisionais

licenciados, ou integrados na carreira técnica superior, ou em carreira específica da DGRSP, dotados de competência técnica e aptidão para o exercício da função.

Artigo 20.º

Provisão de diretor de delegação regional de reinserção

1 — O cargo de diretor de delegação regional de reinserção é provido por escolha, por despacho do membro do Governo responsável pela área da justiça, sob proposta não vinculativa do diretor-geral, de entre trabalhadores com relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, licenciados, dotados de competência técnica e aptidão para o exercício da função, com um mínimo de seis anos de experiência profissional em funções, cargos, carreiras ou categorias para cujo exercício ou provimento seja exigível uma licenciatura.

2 — O cargo de diretor de delegação regional de reinserção é exercido em regime de comissão de serviço por três anos, renovável por iguais períodos, sendo-lhe aplicável o disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 5.º

Artigo 21.º

Provisão de diretor de núcleo de apoio técnico

O cargo de diretor de núcleo de apoio técnico é provido por escolha, por despacho do membro do Governo responsável pela área da justiça, sob proposta não vinculativa do diretor-geral, de entre trabalhadores com relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, licenciados, dotados de competência técnica e aptidão para o exercício da função, com um mínimo de quatro anos de experiência profissional em funções, cargos, carreiras ou categorias para cujo exercício e provimento seja exigível uma licenciatura.

Artigo 22.º

Estatuto remuneratório dos chefes de equipas multidisciplinares

Aos chefes de equipas multidisciplinares é atribuído o estatuto remuneratório equiparado a dirigente intermédio de 1.º e 2.º graus, em função da natureza e complexidade das funções, não podendo o estatuto equiparado a dirigente intermédio de 1.º grau ser atribuído a mais de duas equipas de chefia em simultâneo.

Artigo 23.º

Cessação da comissão de serviço

1 — À cessação da comissão de serviço dos cargos de direção intermédia de 1.º e 2.º graus é aplicável o disposto no n.º 3 do artigo 6.º

2 — Quando a cessação da comissão de serviço dos cargos dirigentes da DGRSP se fundamente na extinção ou reorganização da unidade orgânica ou na necessidade de imprimir nova orientação à gestão dos serviços, é aplicável o disposto no artigo 26.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada pelas Leis n.ºs 51/2005, de 30 de agosto, 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, e 64/2011, de 22 de dezembro.

Artigo 24.º

Designação em substituição

1 — Os cargos de direção podem ser exercidos em regime de substituição, nos casos de ausência ou impe-

dimento do respetivo titular, quando se preveja que estes condicionalismos persistam por mais de 60 dias ou em caso de vacatura do lugar.

2 — A designação em regime de substituição é feita pelo membro do Governo responsável pela área da justiça, devendo ser observados todos os requisitos legais exigidos para o provimento do cargo.

3 — A substituição cessa na data em que o titular retome funções ou passados 90 dias sobre a data da vacatura do lugar, salvo se estiverem em curso diligências tendentes à designação de novo titular.

4 — A substituição pode ainda cessar, a qualquer momento, por decisão da entidade competente ou a pedido do substituto, logo que deferido.

5 — O período de substituição conta, para todos os efeitos legais, como tempo de serviço prestado no cargo anteriormente ocupado, bem como no lugar de origem.

6 — O substituto tem direito à totalidade das remunerações e demais abonos e regalias atribuídos pelo exercício do cargo do substituído, independentemente da libertação das respetivas verbas por este, sendo os encargos suportados pelas correspondentes dotações orçamentais.

Artigo 25.º

Salvaguarda de direitos

1 — Os titulares de cargos dirigentes da DGRSP gozam, independentemente do seu vínculo de origem, dos direitos gerais reconhecidos aos trabalhadores em funções públicas da DGRSP.

2 — O pessoal dirigente conserva o direito ao lugar de origem e ao regime de proteção social porque está abrangido, não podendo ser prejudicado na sua carreira profissional por causa do exercício daquelas funções, relevando para todos os efeitos no lugar de origem o tempo de serviço prestado naquele cargo.

Artigo 26.º

Remunerações

1 — O pessoal dirigente da DGRSP aufera a remuneração base anualmente fixada para o pessoal dirigente dos serviços e organismos da administração central do Estado.

2 — O pessoal dirigente da DGRSP pode, mediante autorização expressa no despacho de designação, optar pelo vencimento ou retribuição base da sua função, cargo ou categoria de origem, não podendo, todavia, exceder, em caso algum, o vencimento base do Primeiro-Ministro.

3 — O disposto nos n.ºs 7 e 8 do artigo 31.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada pelas Leis n.ºs 51/2005, de 30 de agosto, 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, e 64/2011, de 22 de dezembro, é aplicável ao pessoal dirigente da DGRSP.

Artigo 27.º

Despesas de representação

Os titulares de cargos de direção da DGRSP têm direito ao abono de despesas de representação, nos termos previstos para o pessoal dirigente dos serviços e organismos da administração central do Estado, por equiparação aos respetivos cargos de direção superior e de direção intermédia de 1.º e 2.º graus.

Artigo 28.º

Corpo da Guarda Prisional

1 — O Corpo da Guarda Prisional, hierarquicamente dependente do diretor-geral, é a força de segurança que tem por missão garantir a segurança e tranquilidade da comunidade, designadamente mantendo a ordem e a segurança do sistema prisional, protegendo a vida e a integridade dos cidadãos em cumprimento de pena e medidas privativas da liberdade, e assegurando o respeito pelo cumprimento da lei e das decisões judiciais, bem como pelos direitos e liberdades fundamentais.

2 — O Grupo de Intervenção e Segurança Prisional, criado no âmbito do Corpo da Guarda Prisional, é um agrupamento de operações especiais, à ordem do diretor-geral, especialmente preparado para:

- a) Adotar ações preventivas ou repressivas antidistúrbio nos estabelecimentos prisionais;
- b) Tomar medidas protetivas de escolta a reclusos perigosos ou de alto risco;
- c) Efetuar remoções de reclusos, designadamente as de longa distância;
- d) Assegurar a condução das viaturas oficiais em que é transportada a direção superior.

3 — O Grupo Operacional Cinotécnico, criado no âmbito do Corpo da Guarda Prisional, é a unidade especialmente preparada para a utilização de canídeos em patrulha, manutenção ou reposição da ordem prisional e deteção de substâncias e objetos ilícitos.

4 — Na DGRSP funciona um centro de comunicações, que assegura o normal funcionamento das redes de comunicações e a manutenção dos meios complementares de segurança, e cujas funções técnicas são exercidas por pessoal do Corpo da Guarda Prisional.

Artigo 29.º

Receitas

1 — A DGRSP dispõe das receitas provenientes de dotações que lhe forem atribuídas no Orçamento do Estado.

2 — A DGRSP dispõe ainda das seguintes receitas:

- a) As transferências do IGFEJ, I. P.;
- b) As quantias que resultem da venda de bens e serviços gerados no sistema prisional e nos centros educativos, com origem no funcionamento das explorações económicas;
- c) Uma percentagem sobre as remunerações a pagar pelos dadores de trabalho prisional, quando devida, até ao valor da taxa social única, a fixar por despacho do membro do Governo responsável pela área da justiça;
- d) O produto da venda de publicações e de outros produtos comercializáveis, bem como da prestação de serviços;
- e) Os rendimentos dos bens que, a qualquer título, se encontrem na sua posse;
- f) As verbas provenientes das receitas resultantes da elaboração de perícias, relatórios, informações sociais, audições e outras diligências ou documentos que lhes forem requeridos pelas autoridades judiciárias;
- g) As quantias respeitantes às contrapartidas financeiras resultantes da celebração de contratos de concessão ou outros de natureza idêntica;

h) O produto da locação de instalações e equipamentos afetos à DGRSP;

i) Os donativos, subsídios e participações, bem como heranças, legados e doações instituídos a seu favor e destinados à melhoria das condições dos reclusos e jovens;

j) 20 % das receitas de bens declarados perdidos a favor do Estado, calculados sobre os valores apurados nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 39.º do Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de janeiro, na redação dada pela Lei n.º 45/96, de 3 de setembro;

k) 50 % dos valores e do produto da venda de objetos apreendidos em processo penal não abrangidos pelo disposto na alínea anterior;

l) Os espólios de jovens internados e de reclusos, não reclamados no prazo de um ano, ou declarados perdidos a favor do Estado, nos termos da lei, incluindo os saldos das remunerações e outras receitas, afetas à constituição de fundos, após avaliação e venda de objetos pela DGRSP;

m) Os lucros provenientes da exploração de cantinas, refeitórios, messes, bares e similares;

n) Os valores referentes a correspondência e comunicações telefónicas efetuadas e pagas pelos reclusos, nos termos regulamentares, aprovados pelo diretor-geral;

o) Os valores referentes a comunicações telefónicas efetuadas e pagas pelos trabalhadores, nos termos regulamentares, aprovados pelo diretor-geral;

p) As quantias provenientes de indemnizações por danos causados pelos reclusos, nos termos em que esteja regulamentado;

q) As rendas das casas de função;

r) Quaisquer outras receitas que lhe sejam atribuídas por lei, contrato ou outro título.

3 — As receitas referidas nas alíneas a) a c) do número anterior são consignadas à realização de despesas decorrentes do normal funcionamento da DGRSP durante a execução do orçamento do ano a que respeitam, podendo os saldos não utilizados transitar para o ano seguinte, nos termos do decreto-lei de execução orçamental anual.

4 — As receitas referidas nas alíneas b) e c) do n.º 2 são consignadas, prioritariamente, aos encargos com a exploração das atividades económicas da DGRSP, investimentos em equipamentos e instalações, formação profissional e indemnizações e encargos derivados de acidentes de trabalho dos reclusos e dos jovens internados em centro educativo.

5 — As receitas referidas nas alíneas d) a r) do n.º 2 reverterem para o IGFEJ, I. P.

6 — As quantias cobradas pela DGRSP são fixadas e periodicamente atualizadas por despacho dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da justiça, tendo em atenção os meios humanos e materiais mobilizados em cada caso, podendo ainda ser tidos em conta os custos indiretos de funcionamento.

Artigo 30.º

Despesas

Constituem despesas da DGRSP as que resultem de encargos decorrentes da prossecução das atribuições que lhe estão cometidas.

Artigo 31.º

Residência obrigatória

1 — Têm residência obrigatória junto dos estabelecimentos prisionais os diretores, os adjuntos, os médicos e enfermeiros, o pessoal do Corpo da Guarda Prisional, os coordenadores técnicos, os assistentes técnicos com funções de tesoureiro e os assistentes operacionais que ocupem postos de trabalho de cozinheiro, de fogueiro, de eletricista e de auxiliar de ação médica.

2 — O pessoal do Grupo de Intervenção e Segurança Prisional e do Grupo Operacional Cinotécnico está também sujeito a residência obrigatória junto das respetivas unidades orgânicas.

3 — A obrigatoriedade de residência junto dos estabelecimentos prisionais pode ser alargada a outros trabalhadores, por despacho do membro do Governo responsável pela área da justiça, sob proposta fundamentada do diretor-geral.

Artigo 32.º

Patrocínio judiciário

Aos trabalhadores da DGRSP pode ser facultado, nos termos da lei, pelos serviços jurídicos do Ministério da Justiça, o patrocínio judiciário em processos decorrentes do exercício das respetivas funções.

Artigo 33.º

Regime transitório

1 — Até à publicação da portaria prevista no n.º 2 do artigo 14.º, o diretor de estabelecimento prisional de nível de segurança especial ou alta e grau de complexidade de gestão elevado é coadjuvado por três adjuntos e o diretor de estabelecimento prisional de nível de segurança alta ou média e grau de complexidade de gestão médio é coadjuvado por um adjunto.

2 — Até à publicação da portaria prevista no n.º 2 do artigo 14.º, o diretor de estabelecimento prisional com gestão partilhada público-privada é coadjuvado por dois adjuntos.

3 — Até à entrada em vigor da portaria prevista no n.º 2 do artigo 14.º, os diretores de estabelecimento prisional detêm as competências previstas no anexo II ao presente decreto-lei.

Artigo 34.º

Sucessão

A DGRSP sucede nas atribuições da Direção-Geral dos Serviços Prisionais e da Direção-Geral de Reinserção Social.

Artigo 35.º

Crítérios de seleção do pessoal

São fixados os seguintes critérios gerais e abstratos de seleção do pessoal necessário à prossecução das atribuições da DGRSP:

a) O desempenho de funções na Direção-Geral de Reinserção Social diretamente relacionadas com as atribuições transferidas, ou em áreas de apoio correspondentes às existentes na DGRSP;

b) O desempenho de funções na Direção-Geral dos Serviços Prisionais diretamente relacionadas com as atribuições transferidas, ou em áreas de apoio correspondentes às existentes na DGRSP.

Artigo 36.º

Normas transitórias

1 — Mantém-se em vigor o capítulo V, o artigo 79.º e os anexos II e III ao Decreto-Lei n.º 204-A/2001, de 26 de julho, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 95/2002, de 12 de abril, 229/2005, de 29 de dezembro, 126/2007, de 27 de abril, e 121/2008, de 11 de julho, com as adaptações decorrentes da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, alterada pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 269/2009, de 30 de setembro, e pelas Leis n.ºs 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro, 55-A/2010, de 31 de dezembro, e 64-B/2011, de 30 de dezembro, e da Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, alterada pelo Decreto-Lei n.º 124/2010, de 17 de novembro, e pelas Leis n.ºs 3-B/2010, de 28 de abril, e 64-B/2011, de 31 de dezembro, e demais legislação conexa, bem como os artigos 87.º, 88.º e 92.º do Decreto-Lei n.º 204/83, de 20 de maio.

2 — Mantém-se em vigor o disposto no artigo 1.º do Decreto Regulamentar n.º 38/82, de 7 de julho, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 300/91, de 16 de agosto, 237/97, de 8 de setembro, 75/2005, de 4 de abril, e 229/2005, de 29 de dezembro, e o disposto nos n.ºs 6 a 8 do artigo 67.º do Decreto-Lei n.º 204-A/2001, de 26 de julho, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 95/2002, de 12 de abril, 229/2005, de 29 de dezembro, 126/2007, de 27 de abril, e 121/2008, de 11 de julho, até à revisão prevista no artigo 112.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, alterada pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 269/2009, de 30 de setembro, e pelas Leis n.ºs 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro, 55-A/2010, de 31 de dezembro, e 64-B/2011, de 30 de dezembro.

3 — Mantém-se em vigor o disposto nos n.ºs 2 e 3 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 351/99, de 3 de setembro, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 89/2003, de 26 de abril, e 125/2007, de 27 de abril, até à entrada em vigor da portaria a que se refere o n.º 1 do artigo 10.º da Lei n.º 115/2009, de 12 de outubro, alterada pelas Leis n.ºs 33/2010, de 2 de setembro, e 40/2010, de 3 de setembro, e subsequente designação em comissão de serviço dos diretores de estabelecimento prisional.

Artigo 37.º

Normas finais

1 — Do disposto no número anterior não pode resultar sobreposição no pagamento de suplementos aos titulares dos cargos dirigentes da DGRSP, aplicando-se aos cargos dirigentes que, por efeitos da presente fusão, venham a ter correspondência na orgânica da DGRSP, os suplementos remuneratórios a que teriam direito nos respetivos serviços extintos.

2 — Não pode, igualmente, resultar sobreposição no pagamento de suplementos aos demais trabalhadores das extintas Direção-Geral de Reinserção Social e Direção-Geral dos Serviços Prisionais que, por efeitos da sua fusão, sejam reafetos à DGRSP, devendo continuar a ser abonados nos termos em que o vinham sendo naqueles serviços à data da reafetação.

3 — Aos dirigentes superiores de 1.º e 2.º graus e aos dirigentes intermédios de 1.º e 2.º graus que exerçam funções nos serviços centrais da DGRSP é abonado o suplemento previsto no artigo 1.º do Decreto Regulamentar n.º 38/82,

de 7 de julho, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 300/91, de 16 de agosto, 237/97, de 8 de setembro, 75/2005, de 4 de abril, e 229/2005, de 29 de dezembro.

4 — O tempo de serviço prestado por diretor de estabelecimento prisional, após a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 351/99, de 3 de setembro, até 31 de dezembro de 2010, conta para a promoção na carreira em que o trabalhador se encontra integrado, em função do número de anos de exercício continuado naquelas funções.

5 — Durante a vigência do Programa de Assistência Económica e Financeira, da aplicação das regras estabelecidas no presente artigo não pode resultar um aumento da remuneração efetivamente paga aos dirigentes, designados ou a designar, e demais trabalhadores abrangidos, tendo por referência a remuneração atribuída à data de entrada em vigor do presente decreto-lei.

Artigo 38.º

Norma revogatória

São revogados:

a) O Decreto-Lei n.º 351/99, de 3 de setembro, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 89/2003, de 26 de abril, e 125/2007, de 27 de abril, com exceção dos artigos 1.º a 8.º e do n.º 1 do artigo 10.º, sem prejuízo do disposto no n.º 3 do artigo 36.º;

b) O Decreto-Lei n.º 125/2007, de 27 de abril;

c) O Decreto-Lei n.º 126/2007, de 27 de abril.

Artigo 39.º

Entrada em vigor

O presente decreto-lei entra em vigor no 1.º dia do mês seguinte ao da sua publicação.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 26 de julho de 2012. — *Pedro Passos Coelho* — *Vitor Louça Ra-
baça Gaspar* — *Paula Maria von Hafe Teixeira da Cruz*.

Promulgado em 23 de setembro de 2012.

Publique-se.

O Presidente da República, ANÍBAL CAVACO SILVA.

Referendado em 26 de setembro de 2012.

O Primeiro-Ministro, *Pedro Passos Coelho*.

ANEXO I

(a que se refere o artigo 10.º)

Mapa de pessoal dirigente

Designação dos cargos de direção	Qualificação dos cargos de direção	Grau	Número
Diretor-geral	Direção superior	1.º	1
Subdiretor-geral	Direção superior	2.º	4
Diretor de serviços	Direção intermédia	1.º	8
Diretor de estabelecimento prisional de segurança especial ou alta e complexidade de gestão elevada.	Direção intermédia	1.º	23
Diretor de delegação regional de reinserção.	Direção intermédia	1.º	3

ANEXO II

(a que se referem os n.ºs 1 e 2 do artigo 11.º, 5 e 6 do artigo 15.º e 3 do artigo 33.º)

a) Definir os objetivos de atuação da unidade orgânica que dirigem, tendo em conta os objetivos gerais estabelecidos.

b) Orientar, controlar e avaliar o desempenho e a eficiência dos serviços dependentes, com vista à execução dos planos de atividades e à prossecução dos resultados obtidos e a alcançar.

c) Garantir a coordenação das atividades e a qualidade técnica da prestação dos serviços na sua dependência.

d) Gerir com rigor e eficiência os recursos humanos, patrimoniais e tecnológicos afetos à sua unidade orgânica, otimizando os meios e adotando medidas que permitam simplificar e acelerar procedimentos e promover a aproximação à sociedade e a outros serviços públicos.

e) Autorizar o exercício de funções a tempo parcial.

f) Justificar ou injustificar faltas.

g) Autorizar o gozo e a acumulação de férias e aprovar o respetivo plano anual.

h) Autorizar o abono do vencimento de exercício perdido por motivo de doença.

i) Autorizar a inscrição e participação do pessoal em congressos, reuniões, seminários, colóquios, cursos de formação em regime de autoformação ou outras iniciativas semelhantes que decorram em território nacional quando não importem custos para o serviço.

j) Autorizar o pessoal a comparecer em juízo quando requisitado nos termos da lei de processo.

k) Efetuar o acompanhamento profissional no local de trabalho, apoiando e motivando os trabalhadores em funções públicas e proporcionando-lhes os adequados conhecimentos e aptidões profissionais necessários ao exercício do respetivo posto de trabalho, bem como os procedimentos mais adequados ao incremento da qualidade do serviço a prestar.

l) Divulgar junto dos trabalhadores em funções públicas os documentos internos e as normas de procedimento a adotar pelo serviço, bem como debater e esclarecer as ações a desenvolver para cumprimento dos objetivos do serviço, de forma a garantir o empenho e a assunção de responsabilidades por parte dos trabalhadores em funções públicas.

m) Proceder de forma objetiva à avaliação do mérito dos trabalhadores em funções públicas, em função dos resultados individuais e de grupo e à forma como cada um se empenha na prossecução dos objetivos e no espírito de equipa.

n) Identificar as necessidades de formação específica dos trabalhadores em funções públicas da sua unidade orgânica e propor a frequência das ações de formação consideradas adequadas ao suprimento das referidas necessidades, sem prejuízo do direito à autoformação.

o) Proceder ao controlo efetivo da assiduidade, pontualidade e cumprimento do período normal de trabalho por parte dos trabalhadores em funções públicas da sua unidade orgânica.

p) Autorizar a passagem de certidões de documentos arquivados na respetiva unidade orgânica, exceto quando contenham matéria confidencial ou reservada, bem como a restituição de documentos aos interessados.

ANEXO III

(a que se refere o n.º 3 do artigo 15.º)

Delegação Regional de Reinserção do Norte — um;
Delegação Regional de Reinserção do Centro — um;
Delegação Regional de Reinserção do Sule e Ilhas — quatro.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA E DO EMPREGO

Portaria n.º 297/2012

de 28 de setembro

O Compromisso para o Crescimento, Competitividade e Emprego, assinado pelo Governo e pela maioria dos Parceiros Sociais, sublinha a importância de serem aprofundadas as bases para o relançamento do crescimento económico, de forma a combater o desemprego e melhorar as condições de vida e de trabalho.

Importa igualmente reforçar a coesão territorial, criando respostas regionais focalizadas na diversidade de cenários, promovendo a discriminação positiva, no que respeita à dimensão e características da população ativa, do mercado de emprego e dos territórios, bem como adotar medidas que contribuam para um maior equilíbrio social.

Neste sentido, a Resolução da Assembleia da República n.º 114/2012, de 10 de agosto, veio recomendar a criação de um programa específico de formação profissional que aumente a empregabilidade dos trabalhadores através do reforço da sua qualificação profissional e, simultaneamente, estimule os setores económicos do turismo e outros relacionados, com o objetivo de combater o desemprego em geral e os efeitos da sazonalidade na região do Algarve.

Acresce que o Governo considera da maior importância a promoção de vínculos laborais mais estáveis e o combate à segmentação e à precariedade no mercado de trabalho, um dos principais objetivos da reforma da legislação laboral desenvolvida, bem como o investimento na formação profissional, condição necessária para o aumento dos níveis de produtividade e para a melhoria dos níveis de vida dos trabalhadores.

Assim, a presente portaria procede à criação do Programa Formação-Algarve, que visa combater a sazonalidade do emprego na região, resultante da forte dependência económica do turismo, nomeadamente nos concelhos urbanos, reforçando a competitividade e a produtividade dos setores de atividade mais afetados pela sazonalidade.

Este Programa dirige-se às entidades empregadoras que atuam nestes setores e que procedam à celebração de contratos de trabalho ou à renovação ou conversão de contratos de trabalho a termo dos respetivos trabalhadores, comprometendo-se a proporcionar formação profissional certificada durante o período da designada época baixa, reforçando a qualificação profissional dos trabalhadores e aumentando a sua empregabilidade.

Pretende-se, por esta via, contribuir para a renovação destes setores estruturantes para a economia nacional, através do aumento da qualidade, da inovação e da sofisticação de ofertas nestes setores e da sua articulação com outras áreas complementares de modo a gerar sinergias economicamente sustentáveis, que promovam a produtividade e a competitividade e sejam geradoras de emprego.

O Programa Formação-Algarve tem a duração inicial de um ano, devendo ser objeto de avaliação qualitativa e quantitativa conjunta com os Parceiros Sociais, a efetuar

até junho de 2013, com vista ao seu aperfeiçoamento e eventual alargamento.

Foram ouvidos os Parceiros Sociais com assento na Comissão Permanente de Concertação Social.

Assim:

Ao abrigo do disposto nas alíneas h) do artigo 2.º, d) do n.º 1 do artigo 3.º e c) e d) do artigo 12.º e no n.º 1 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 132/99, de 21 de abril, manda o Governo, pelos Secretários de Estado do Emprego e do Turismo, o seguinte:

CAPÍTULO I

Disposições gerais

Artigo 1.º

Objeto

A presente portaria cria o Programa Formação-Algarve, de ora em diante designado Programa, que visa combater a sazonalidade do emprego na região do Algarve e reforçar a competitividade e a produtividade dos setores de atividade identificados no anexo I da presente portaria, através da concessão, às entidades empregadoras, de um apoio financeiro à celebração de contratos de trabalho, à renovação ou conversão de contratos de trabalho a termo, bem como à formação profissional dos trabalhadores.

Artigo 2.º

Âmbito

O Programa aplica-se às entidades empregadoras que desenvolvam a sua atividade, nos setores referidos no anexo I, na região do Algarve, abrangida pelo nível II da nomenclatura de unidades territoriais definida pelo Decreto-Lei n.º 46/89, de 15 de fevereiro, com a redação dada pelos Decretos-Leis n.ºs 163/99, de 13 de maio, 137/99, de 11 de agosto, e 244/2002, de 5 de novembro, e pela Lei n.º 21/2010, de 23 de agosto.

Artigo 3.º

Destinatários

1 — São destinatários do Programa os trabalhadores das entidades empregadoras candidatas que se encontrem vinculados através de contrato de trabalho a termo certo, cujo prazo termine até 31 de outubro de 2012, e os trabalhadores cujos contratos de trabalho celebrados com as entidades empregadoras candidatas tenham cessado nos 60 dias anteriores à data da entrada em vigor da presente portaria, com observância do disposto no Código do Trabalho.

2 — Os trabalhadores mencionados no número anterior apenas podem beneficiar deste Programa uma única vez.

Artigo 4.º

Requisitos da entidade empregadora

1 — Pode candidatar-se ao Programa a pessoa singular ou coletiva de direito privado, com fins lucrativos, cuja atividade se enquadre nas CAE constantes do anexo I, cujo estabelecimento esteja localizado na região do Algarve e que reúna cumulativamente os seguintes requisitos:

a) Estar regularmente constituída e registada;

b) Preencher os requisitos legais exigidos para o exercício da atividade ou apresentar comprovativo de ter iniciado o processo aplicável;

Organograma da Direção Geral e Serviços Prisionais



Anexo 3

Despacho-Conjunto n.º 451/99

8084

DIÁRIO DA REPÚBLICA II SÉRIE

N.º 127 1-6-1999

um ano, nos termos do n.º 4 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, precedendo concurso, telefonista, escalão 8, índice 220, para o quadro de pessoal do Instituto de Medicina Legal de Lisboa, anexo ao Decreto-Lei n.º 387-C/87, de 29 de Dezembro.

18 de Maio de 1999. — A Directora, Isabel Pinto Ribeiro.

Instituto Nacional de Polícia e Ciências Criminais

Despacho (extracto) n.º 10 774/99 (2.ª série). — Por despacho de 10 de Maio de 1999 do director-geral da Polícia Judiciária:

Ana Paula Simões Lopes Dias, a exercer funções de auxiliar de limpeza, em regime de contrato de trabalho a termo certo — integrada, após concurso, com a mesma categoria, nos termos do Decreto-Lei n.º 195/97, de 31 de Julho, no quadro de pessoal do Instituto Nacional de Polícia e Ciências Criminais. (Não carece de visto prévio do Tribunal de Contas. Não são devidos emolumentos.)

17 de Maio de 1999. — O Director, M. A. Ferreira Anunces.

Instituto de Reinserção Social

Aviso n.º 9588/99 (2.ª série). — Nos termos do artigo 33.º e do artigo 24.º, n.º 2, alínea b), do Decreto-Lei n.º 498/88, de 30 de Dezembro, avisam-se todos os interessados de que a lista de classificação final do concurso para preenchimento de oito vagas de assessor da carreira de técnico superior do quadro do Instituto de Reinserção Social, aberto pelo aviso n.º 6358/97 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 214, de 16 de Setembro de 1997, homologada pelo presidente deste Instituto em 26 de Abril de 1999, se encontra afixada, a partir da data da publicação do presente aviso, nos seguintes locais:

Departamento de Pessoal do Instituto de Reinserção Social, Avenida do Almirante Reis, n.º 101, 4.º, em Lisboa;
Direcção Regional de Lisboa, Rua de Augusto Rosa, 42, em Lisboa;
Delegação Regional de Coimbra, Rua de Fernão de Magalhães, 181, 2.º, em Coimbra;
Delegação Regional do Porto, Rua de Joaquim Kopke, 64, no Porto.

onde poderá ser consultada, durante as horas normais de expediente. Mais se informa que, do acto da homologação da referida lista cabe recurso, com efeito suspensivo, a interpor para o Ministro da Justiça, no prazo de oito dias úteis, a contar da data da sua afixação, nos termos do disposto no artigo 34.º e no n.º 3 do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 498/88, de 30 de Dezembro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 215/95, de 22 de Agosto.

20 de Maio de 1999. — Pelo Presidente do Júri, Henrique de Freitas.

MINISTÉRIOS DA JUSTIÇA E DA EDUCAÇÃO

Despacho conjunto n.º 451/99. — A Lei de Bases do Sistema Educativo, Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro, estabelece, no seu artigo 2.º, que «todos os portugueses têm direito à educação e à cultura, nos termos da Constituição da República», cabendo ao Estado garantir «o direito a uma justa e efectiva igualdade de oportunidades no acesso e sucesso escolares».

A população prisional portuguesa é constituída maioritariamente por jovens e adultos com baixos níveis de escolaridade e de qualificação, originados pelo abandono precoce do sistema educativo e pelas dificuldades em aceder ao sistema de formação profissional. No respeito pelo princípio da solidariedade, impõe-se criar condições que permitam a esta população adquirir competências facilitadoras de uma reintegração bem sucedida.

Constitui objectivo comum dos Ministérios da Justiça e da Educação conjugar esforços no sentido de permitir a valorização pessoal da população reclusa, bem como a frequência e certificação dos ensinos básico ou secundário e a frequência de esquemas de formação que favoreçam o acesso à qualificação profissional.

Assim, considerando que a Lei de Bases estabelece, no seu artigo 20.º, a existência do ensino recorrente de adultos para indivíduos que já não se encontram em idade normal de frequência dos ensinos básico e secundário;

Considerando, também, que não é aconselhável, quer pedagógica quer funcionalmente, que a Direcção-Geral dos Serviços Prisionais promova a criação de um quadro próprio de professores.

Considerando, ainda, que os Departamentos da Educação Básica e do Ensino Secundário são os organismos centrais do Ministério da Educação a quem cabe, em articulação com as direcções regionais de educação, a gestão pedagógica desta modalidade especial de educação escolar;

Determina-se:

1 — O Ministério da Educação assegura, através das suas direcções regionais de educação, o funcionamento dos ensinos básico e secundário recorrente nos estabelecimentos prisionais indicados pela Direcção-Geral dos Serviços Prisionais, nos seguintes termos:

1.1 — A oferta de ensino deve corresponder às necessidades educativas da respectiva população reclusa e assenta num projecto educativo estruturado em função da vida própria de cada estabelecimento.

1.2 — O projecto educativo integra os planos curriculares, os programas e o regime de avaliação adoptados para o ensino recorrente, com ajustamentos ao perfil dos alunos e às condições próprias de funcionamento do estabelecimento prisional, devendo ainda contemplar componentes de formação sócio-cultural, actividades extracurriculares, designadamente de natureza desportiva e de animação sócio-cultural.

2 — A oferta de ensino recorrente resulta de solicitação do director do estabelecimento prisional, apresentada ao director regional de educação da respectiva área, e é organizada pela escola pública mais próxima que desenvolva ensino recorrente, adiante designada por escola associada, em articulação com o estabelecimento prisional, a quem compete a construção e acompanhamento do projecto educativo.

2.1 — Na construção e desenvolvimento do projecto educativo, o docente responsável pela coordenação pedagógica da oferta educativa, designado pelo órgão de gestão da escola associada, assegura a ligação com o interlocutor do estabelecimento prisional para as matérias de educação, com o corpo docente e demais intervenientes no processo educativo.

2.1.1 — O coordenador pedagógico referido no número anterior é destacado da escola associada, sendo o respectivo horário reduzido em função do projecto educativo, mediante autorização do director regional de educação, devendo sempre assegurar a leccionação de, pelo menos, uma turma.

2.2 — O projecto educativo é submetido à aprovação do director regional de educação e do director do estabelecimento prisional. Os cursos dos ensinos básico e secundário recorrente a ministrar em estabelecimento prisional, preferencialmente em regime diurno, organizam-se por referência ao projecto educativo da escola associada, no âmbito do ensino recorrente, com os ajustamentos decorrentes do estabelecido no n.º 1.2.

2.3.1 — Os cursos do ensino básico podem ser desenvolvidos na modalidade dos currículos alternativos, nos termos do despacho n.º 22/SEI/96, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 140, de 19 de Junho de 1996.

2.3.2 — Quando, fundamentadamente, se verifique a necessidade de assegurar medidas de apoio educativo aos alunos, pode ser autorizado o aumento da carga horária estabelecida para cada uma das disciplinas, bem como o apoio educativo nos termos do despacho conjunto n.º 105/97, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 149, de 1 de Julho de 1997.

2.4 — As turmas são constituídas por um número mínimo de 10 alunos, podendo, excepcionalmente, e em face do interesse dos alunos, ser autorizado o funcionamento de turmas com número inferior, por despacho do director regional de educação.

2.5 — A organização dos cursos de ensino recorrente, bem como o processo de ingresso dos alunos, decorre independentemente dos prazos estabelecidos para a oferta em ambiente escolar.

2.6 — A matrícula é fundamentada na habilitação escolar do aluno ou numa avaliação diagnóstica de ingresso ou de posicionamento.

3 — Compete à direcção regional de educação a organização do processo de colocação dos professores no estabelecimento prisional, em regime de destacamento, devendo privilegiar-se a estabilidade das equipas pedagógicas.

3.1 — As candidaturas dos professores, acompanhadas de *curriculum vitae*, são apreciadas pela direcção regional de educação, sendo dada, na selecção, prioridade a docentes com experiência de leccionação em ambiente prisional, em primeiro lugar, e em educação de adultos, em segundo lugar.

3.2 — Quando não se justifique o destacamento, os cursos são assegurados, sempre que possível, por professores profissionalizados da escola associada, ou de outras escolas geograficamente próximas, sendo dada prioridade a docentes com experiência de leccionação em ambiente prisional, em primeiro lugar, e em educação de adultos, em segundo lugar.

4 — O horário dos professores destacados nos termos do presente despacho integra a componente lectiva legalmente prevista, sem prejuízo das reduções a que haja lugar, compreendendo a componente não lectiva o tempo de preparação e desenvolvimento de actividades de natureza extracurricular e de animação sócio-cultural, bem como a participação em reuniões, no âmbito do desenvolvimento do projecto educativo.

5 — Os horários dos professores não destacados são estabelecidos casuisticamente, em resultado das necessidades inerentes à implementação do projecto educativo, beneficiando os docentes da redução de duas horas da componente lectiva para o desenvolvimento de actividades de natureza extracurricular e de animação sócio-cultural, bem como a participação em reuniões.

5.1 — O tempo de deslocação de e para o estabelecimento prisional não é considerado no horário dos professores.

5.2 — As escolas devem dar prioridade à elaboração dos horários dos professores que leccionam nos estabelecimentos prisionais, não devendo incluir no mesmo turno serviço lectivo em locais diferentes.

6 — Só é considerado serviço docente nocturno o prestado para além das 19 horas, aplicando-se, exclusivamente, nestes casos o factor 1,5 para efeitos de cumprimento da componente lectiva.

7 — Sem prejuízo das reduções de serviço docente referidas no presente despacho, os professores não podem beneficiar de outras reduções, decorrentes do exercício de funções em estabelecimento prisional, designadamente as previstas no n.º 8 do regulamento anexo ao despacho n.º 22/SEEI/96, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 140, de 19 de Junho de 1996.

8 — Em virtude da especificidade da actividade docente desenvolvida, o tempo de serviço efectivamente prestado em estabelecimento prisional é bonificado em 20 %, para efeitos exclusivos de aposentação, nos termos do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 300/91, de 16 de Agosto.

9 — O Departamento da Educação Básica e o Departamento do Ensino Secundário podem promover formação adequada ao exercício de funções docentes em estabelecimento prisional ou celebrar, para o efeito, protocolos com entidades para tanto capacitadas, designadamente instituições de ensino superior.

10 — Compete ao Ministério da Justiça, através da Direcção-Geral dos Serviços Prisionais, incentivar a oferta de ensino recorrente nos estabelecimentos prisionais, por forma a contribuir para o aumento dos níveis de escolarização da população reclusa.

11 — Compete especificamente à Direcção-Geral dos Serviços Prisionais:

11.1 — Disponibilizar os espaços adequados, os equipamentos e os materiais pedagógicos necessários ao funcionamento do ensino recorrente nos estabelecimentos prisionais, de acordo com as indicações da respectiva direcção regional de educação e do coordenador pedagógico do projecto educativo.

11.2 — Assegurar o transporte dos professores não destacados quando o estabelecimento prisional se situe em localidade diferente daquela em que se localiza a escola do professor, distando dela mais de 5 Km, ou o pagamento de subsídio de marcha, nos termos da lei geral.

11.3 — Atribuir aos professores que leccionam em estabelecimento prisional o subsídio de risco fixado nos termos do n.º 7 do artigo 1.º do Decreto Regulamentar n.º 38/82, de 7 de Julho, com a redacção introduzida pelo Decreto-Lei n.º 300/91, de 16 de Agosto.

12 — A frequência dos cursos do ensino recorrente em estabelecimento prisional pode ser considerada, para todos os efeitos, como tempo de trabalho, de acordo com as recomendações do Conselho da Europa sobre educação na prisão e o disposto no Decreto-Lei n.º 265/79, de 1 de Agosto.

13 — A frequência das componentes de formação sócio-cultural e actividades extracurriculares, de acordo com o n.º 1.2 pode ser alargada a reclusos não inscritos nos cursos de ensino recorrente ministrados em estabelecimento prisional.

14 — Devem ser leccionados cursos de língua e cultura portuguesas, no âmbito da educação extra-escolar, sempre que a população do estabelecimento prisional integre reclusos de diferentes etnias e nacionalidades, orientadas para a promoção da aquisição de competências básicas de comunicação em português que promovam uma melhor inserção.

15 — Deve ser promovida a integração de componentes de formação profissional na oferta de ensino recorrente, sempre que existam espaços, equipamentos e recursos humanos devidamente habilitados para o efeito.

15.1 — As componentes de formação previstas no número anterior fazem parte do plano de educação e formação da turma, podendo ser certificadas com a correspondente qualificação profissional quando se realizarem nas condições definidas pelo Ministério da Educação ou do Trabalho e da Solidariedade, no que se refere a programas, formadores, instalações e equipamentos ou se realizarem no âmbito do Centro Protocolar de Formação Profissional para o Sector da Justiça.

16 — As formações a que se referem os n.ºs 13 a 15 devem ser contempladas no respectivo projecto educativo.

17 — São revogados os despachos conjuntos n.ºs 303/MJ/ME/92 e 48/MJ/ME/97, publicados no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 261, de 11 de Novembro de 1992, e 127, de 3 de Junho de 1997, respectivamente.

18 de Maio de 1999. — O Ministro da Justiça, *José Eduardo Vera Cruz Jardim*. — Pelo Ministro da Educação, *Guilherme d'Oliveira Martins*, Secretário de Estado da Administração Educativa.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA

Direcção-Geral das Relações Económicas Internacionais

Despacho (extracto) n.º 10 775/99 (2.ª série). — Por despacho da directora-geral das Relações Económicas Internacionais de 10 de Maio de 1999:

Licenciada Maria Margarida da Veiga Nunes de Almeida Vicente, assessora, de nomeação definitiva, do quadro da ex-Direcção-Geral de Portos, Navegação e Transportes Marítimos — transferida, com a mesma categoria, para o quadro da extinta Direcção-Geral do Comércio, com efeitos reportados a 17 de Maio de 1999. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

17 de Maio de 1999. — A Directora de Serviços, *(Assinatura ilegível)*.

Instituto Nacional de Engenharia e Tecnologia Industrial

Aviso n.º 9589/99 (2.ª série):

Maria Amélia Dias Costa Caldeira — celebrado contrato de trabalho a termo certo, ao abrigo do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 81-A/96, de 21 de Junho, na categoria de técnico profissional de 2.ª classe com efeitos a partir de 10 de Maio de 1999. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

20 de Maio de 1999. — A Directora de Serviços, *Rosa Maria Buscaia de Almeida*.

Instituto Português da Qualidade

Despacho n.º 10 776/99 (2.ª série). — Por despacho de 12 de Maio de 1999 do presidente do Instituto Português da Qualidade:

Ana Margarida Nóbrega Freire Fernandes dos Santos, técnica superior principal do quadro de pessoal do Instituto Português da Qualidade — passa à situação de licença sem vencimento de longa duração, com efeitos a partir de 10 de Maio de 1999. (Não, carece de fiscalização do Tribunal de Contas.)

19 de Maio de 1999. O Director de Serviço de Gestão, *Vicente Martins*.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PISCAS

Portaria n.º 575/99 (2.ª série). — Ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 75/96, de 18 de Junho, manda o Governo, pelo Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, o seguinte:

1.º É aprovada a seguinte tabela dos valores a cobrar pela passagem de certidões e outros documentos solicitados aos serviços, nomeadamente para instrução de processos de reservas, de reversões, de indemnização por áreas expropriadas e nacionalizadas e outros:

Por cada certidão — 700\$;
Por cada edital de notificação de reserva — 2500\$;
Por cada fotocópia de carta de uso de solos — 1200\$;
Por cada grupo de 10 linhas publicado no *Diário da República* — 30 000\$;
Por cada 2.ª via de documentos constantes do processo — 600\$;
Acrece, por cada hectare de área de reserva ou área devolvida, correspondente às consultas e informações e globalmente os serviços prestados nos processos — 200\$.

2.º As receitas resultantes da prestação dos referidos serviços revertam a favor das respectivas direcções regionais de agricultura.

5 de Maio de 1999. — O Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, *Luís Manuel Capoulas Santos*.

Anexo 4

1 - É de grau elevado de complexidade de gestão:

- a) O estabelecimento prisional de nível segurança especial;
- b) O estabelecimento prisional de nível de segurança alta com unidade prisional de segurança especial;
- c) O estabelecimento prisional de natureza hospitalar ou com unidade de saúde mental;
- d) O estabelecimento prisional de nível de segurança alta com lotação ou ocupação superior a 500 reclusos;
- e) O estabelecimento prisional de nível de segurança alta com lotação ou ocupação superior a 250 reclusos, com mais do que um regime de execução, dotado de centro financeiro, com exploração económica.

2 - É também de grau elevado de complexidade de gestão o estabelecimento prisional de nível de segurança alta, com lotação ou ocupação superior a 250 reclusos, predominantemente em regime comum, que aplique em cada ano civil todos os programas identificados nas alíneas seguintes:

a) Programas de reabilitação dirigidos a:

- i. Problemáticas criminais ou grupos de reclusos específicos, entre outros, programas dirigidos a agressores sexuais ou dirigidos a reclusos jovens;
- ii. Problemáticas transversais, entre outros, programas de treino de competências e de prevenção da reincidência.

b) Programas de formação e qualificação nas áreas do ensino e formação profissional visando a:

- i. Certificação escolar de nível básico e/ou a qualificação profissional de nível 2;
- ii. Certificação escolar de nível secundário ou superior e/ou a qualificação profissional de nível 3 ou 4;
- iii. Obtenção de certificações e qualificações profissionais para a empregabilidade;
- iv. Aquisição e/ou desenvolvimento de competências escolares e/ou profissionais.

c) Programas de promoção da saúde e prevenção da doença enquadrados em:

- i. Planos de promoção da saúde.
- ii. Planos específicos de intervenção clínica.

3 - É de grau médio de complexidade de gestão o estabelecimento prisional de nível de segurança alta ou média com lotação ou ocupação até 250 reclusos.

Anexo 5

Legislação

Lei Orgânica da Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais

Decreto-Lei n.º 215/2012, de 28 de setembro

Portaria n.º 118/2013, de 25 de março - Definição da Estrutura Nuclear da DGRSP
Despacho n.º 10091/2013, de 1 de agosto - Criação dos Centros de Competências

Portaria n.º 286/2013, de 9 de setembro - Estrutura Orgânica, Regime de Funcionamento e Competências dos Órgãos e Serviços dos Estabelecimentos Prisionais

Despacho 9954/2013, de 10 de julho - Atribuições e Competências das Unidades Orgânicas Flexíveis

Decreto-Lei n.º 125/2007, de 27 de abril (Revogado)

Decreto-Lei n.º 265/79, de 1 de agosto - Execução das Medidas Privativas de Liberdade (Revogado)

Estatuto do Pessoal do Corpo da Guarda Prisional

Decreto-Lei n.º 3/2014, de 9 de janeiro

Despacho n.º 7109/2015, de 29 de junho - Regulamento da Guarda, Segurança e Conservação de Equipamentos e Armamento da DGRSP

Portaria n.º 247/2015, de 17 de agosto - Modelo de Cartão de Identificação dos elementos do Corpo da Guarda Prisional

Código da Execução das Penas e Medidas Privativas da Liberdade

Lei n.º 115/2009, de 12 de outubro

Regulamento Geral dos Estabelecimentos Prisionais

Anexo 6

Documentos complementares

Quadro de Avaliação e Responsabilização (disponível em <http://www.dgsp.mj.pt/paginas/instrumentos/quar.html> consult. em 01/06/2016)

Relatório de atividades

(disponível em <http://www.dgsp.mj.pt/paginas/instrumentos/RelActiv.html> consult. em 01/06/2016)

Planos de atividades

(disponível em <http://www.dgsp.mj.pt/paginas/instrumentos/Plano.html> consult. em 01/06/2016)

Balanço social

(disponível em <http://www.dgsp.mj.pt/paginas/instrumentos/quar.html> consult. em 01/06/2016)

Prémios de desempenho

(disponível em <http://www.dgsp.mj.pt/paginas/PremiosDesemp.php> consult. em 01/06/2016).

Anexo 7

Guião da entrevista

Apresentação

Esta recolha de dados surge no cumprimento dos requisitos essenciais para a obtenção do grau de mestre em Criminologia e Investigação Criminal pelo Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna (ISCPSI). A presente investigação está sob a orientação do Professor Doutor Nuno Poiares; sobre o seguinte tema: *Percurso dos Reclusos em Contexto Prisional: Processos Identitários e Reinserção Social- Um Estudo de caso.*

Justificação

A elaboração deste projeto consiste na visibilidade dos indivíduos reclusos nos estabelecimentos prisionais considerando a influência que o cumprimento de uma pena de prisão pode provocar no processo de (re)construção identitária dos reclusos e, quais os meios existentes dentro do estabelecimento que podem auxiliar na sua reinserção social. Consiste também recolher a opinião dos intervenientes, nomeadamente os indivíduos reclusos, guardas prisionais, chefes dos guardas e também o diretor do estabelecimento prisional, no que diz respeito à temática em questão.

As entrevistas serão gravadas, sob o direito ao anonimato e serão exclusivamente utilizadas para fins académicos.

I. Guião para os reclusos

Caracterização sociodemográfica

Nome:

Idade atual:

Idade com que foi preso:

Estado civil:

Tem filhos? Quantos? Idades?

Habilitações académicas:

N.º de anos de pena de prisão:

Antes da prisão

Qual o motivo da sua prisão?

Que profissão exercia antes de ser preso? Gostava do que fazia?

Fale-me sobre o seu percurso de vida até chegar à prisão, nomeadamente os momentos mais significativos e que terão conduzido a este desfecho

Percurso dentro do estabelecimento

Fale-me da sua experiência dentro da prisão, do seu dia-a-dia...

Como é o seu dia-a-dia dentro da prisão? O que faz de manhã, à tarde e à noite?

Como é a sua relação com os restantes reclusos? Existem muitos conflitos?

Como acha que os outros reclusos o vêem dentro da prisão?

Como ocupa o tempo livre? E os outros reclusos?

De que maneira a reclusão afetou a sua família e amigos? O que mudou na relação com eles?

Que atividades existem dentro da prisão?

Qual a atividade com que ocupa grande parte do seu tempo?

Gostava de praticar outra atividade para além dessa? Qual?

Essas atividades suscitam-lhe interesse? E nos outros reclusos?

As atividades são feitas em grupo? Se sim, acha que isso será vantajoso na relação com as outras pessoas quando estiver em liberdade?

Acha que são suficientes ou deveriam existir mais? Quais?

Quais as vantagens e desvantagens dessas atividades?

Estuda? Se sim, o quê? Se não, gostava de voltar a estudar?

Depois da prisão

Como se irá sentir quando cumprir a pena? Sente-se preparado para sair?

Acha que as atividades que existem na prisão irão ajudá-lo no futuro quando estiver em liberdade? Irá sentir-se reintegrado na sociedade?

Que perspetivas tem para o futuro a nível pessoal e profissional?

Acha que vai voltar a reincidir?

Conhece alguém que já esteve preso e voltou a reincidir? Quando essa pessoa esteve em liberdade, acha que o processo de ressocialização foi positivo? Foi bem aceite?

II. Guião para os guardas prisionais/ chefe dos guardas/ técnicos

Caracterização sociodemográfica

Nome:

Idade atual:

Estado civil:

Habilitações académicas:

Profissão atual:

Há quanto tempo exerce esta profissão:

Experiência profissional

Que atividade profissional exercia antes?

Gosta da sua profissão atual? Que funções exerce?

O que considera mais positivo e negativo na sua profissão?

Dentro do estabelecimento

Que tipos de crime existem? Quais as faixas etárias dos reclusos?

No geral, como é a relação entre os reclusos? E com vocês?

Como os reclusos ocupam o tempo livre?

Existem muitos conflitos entre eles? E com vocês?

Que recursos existem dentro da prisão para apoio aos reclusos? Existe algum gabinete de psicologia?

Que tipo de atividades existem dentro deste estabelecimento? Acha que essas atividades são essenciais e suficientes para os reclusos? São bem aceitas por eles?

Acha que essas atividades ajudarão os reclusos na reinserção social aquando a libertação?

Futuro

No futuro, até que ponto as atividades por eles desenvolvidas dentro de EP, serão benéficas no que diz respeito à procura de trabalho?

Como pensa que será o processo de ressocialização dos reclusos aquando a liberdade?

Acha que a imagem deles ficará afetada pelo cumprimento de uma pena de prisão?

A prisão prepara os reclusos para a liberdade e, por conseguinte, para a reinserção social?

Que perceção tem relativamente à trajetória de um recluso depois de cumprir a pena?

Qual a taxa de reincidência? Quais os motivos dessa reincidência?

Na sua opinião, um recluso quando em liberdade, torna-se uma pessoa válida para a sociedade?

III. Guião para o Diretor do estabelecimento prisional

Caracterização sociodemográfica

Nome:

Idade atual:

Idade com que foi preso:

Estado civil:

Tem filhos? Quantos? Idades?

Habilitações académicas:

Experiência profissional

Que atividade profissional exercia antes de ser diretor deste EP?

Gosta da sua profissão atual? Que funções exerce?

O que considera mais positivo e negativo na sua profissão?

Dentro do estabelecimento

Que tipos de crime existem? Quais as faixas etárias dos reclusos?

No geral, como é a relação entre os reclusos? E com os guardas prisionais?

Que recursos existem dentro da prisão para apoio ao recluso? Existe algum gabinete de psicologia?

Que tipo de atividades existem dentro deste estabelecimento? Acha que essas atividades são essenciais e suficientes para os reclusos? São bem aceitas por eles?

Como os reclusos ocupam o tempo livre?

Futuro

No futuro, até que ponto as atividades por eles desenvolvidas dentro de EP, serão benéficas no que diz respeito à procura de trabalho?

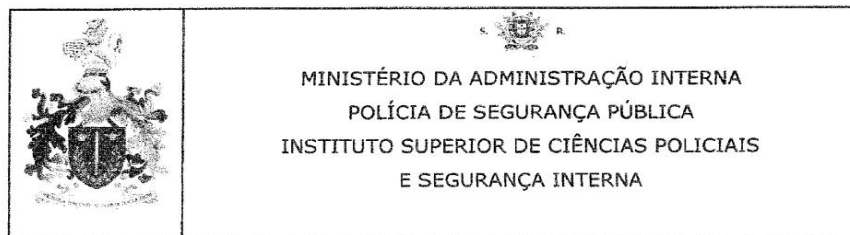
Como pensa que será o processo de ressocialização dos reclusos aquando em liberdade?

Acha que a imagem deles ficará afetada pelo cumprimento de uma pena de prisão?

Que percepção tem relativamente à trajetória de um recluso depois de cumprir pena?

Qual a taxa de reincidência? Quais os motivos dessa reincidência?

Na sua opinião, um recluso quando em liberdade, torna-se uma pessoa válida para a sociedade?



DECLARAÇÃO DE ACEITAÇÃO DE ORIENTAÇÃO

Para os devidos efeitos legais eu, Professor Doutor Nuno Caetano Lopes de Barros Poiares, declaro que aceito orientar a licenciada Rosa Marlene Cabral Ermida, na realização da dissertação com o título *Percurso dos reclusos em contexto prisional: processos identitários e ressocialização*, no âmbito do Curso de Mestrado em Ciências Policiais (área de especialização em Criminologia e Investigação Criminal), a apresentar no Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, em Lisboa.

Por ser um trabalho inovador e porque reconheço em Rosa Marlene Cabral Ermida adequada capacidade de trabalho, sentido crítico e dedicação, assumo com todo o interesse científico tal orientação.

Lisboa, 15 de outubro de 2016

A handwritten signature in black ink, consisting of a series of loops and strokes, representing the name Nuno Poiares.

(Nuno Poiares)



REPÚBLICA
PORTUGUESA

JUSTIÇA

Exmo(a) Senhor(a)
Dra. Rosa Marlene Cabral Ermida
rosaermida@gmail.com

V/ referência	N/ referência	Ofício N.º	Data
		6/DSOPRE	06.01.2017

Assunto: Investigação académica para Mestrado de Ciências Policiais do ISCP SI

Tenho a honra de informar V. Exa que, por despacho do Sr. Diretor-Geral, Dr. Celso Manata, datado de 5/01/2017, foi autorizada, no âmbito do Mestrado não integrado de Ciências Policiais do Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, a realizar a investigação académica no Estabelecimento Prisional de Sintra.

Considerando o interesse do projeto, este estudo, foi autorizado, mediante as seguintes condições:

- a calendarização e modo de organização da pesquisa seja acordada com a Direção do Estabelecimento Prisional, por forma a que se conciliem os objetivos académicos com a exequibilidade do trabalho, sem perturbação do quotidiano;
- o desenvolvimento do estudo esteja sempre dependente da disponibilidade dos reclusos para, após consentimento informado, colaborarem, reservando-se-lhes o direito de, a qualquer momento, poderem interromper a sua cooperação;
- a investigadora fique obrigada a preservar o anonimato dos dados e das pessoas que venham a cooperar;
- do resultado final do trabalho, deve ser remetida cópia à Direção de Serviços de Organização, Planeamento e Relações Externas.

Com os melhores cumprimentos

O Diretor de Serviços

José Carlos Semedo Moreira
JJ Semedo Moreira

ML/2017

Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais
Direção de Serviços de Organização, Planeamento e Relações Externas
Travessa da Cruz do Tórel, n.º 1 – 1150-122 Lisboa – Tel. 2188512200 – Fax. 218853896 – E-mail: dsopre@dgrsp.mj.pt
Apartado 21207 – 1131-001 Lisboa

Transcrição das entrevistas

As entrevistas foram efetuadas nos dias 18 de julho e 15 setembro nas instalações do estabelecimento prisional de Sintra, nomeadamente no refeitório e num gabinete disponibilizado pela instituição. As entrevistas foram realizadas da parte da tarde, com início às 14h30 minutos.

Transcrição das entrevistas

E entrevistadora

e entrevistado

Entrevista ao recluso 1

E: Diz-me o teu nome e a tua idade.

e: (...). 36 anos.

E: Com que idades foste preso?

e: Primeira vez? Primeira vez foi (pausa) com 18 ou 19 anos.

E: Quantas vezes é que tu já foste preso?

e: Três.

E: Três vezes? Hêêê... teu estado civil.

e: Solteiro.

E: Solteiro. Tens filhos?

e: Tenho, quatro.

E: Quatro? Com que idades?

e: Um com treze, dois com doze e uma com dez.

E: As tuas habilitações académicas.

e: 'Tou fazer aqui o 9º ano.

E: 9º ano, ok. Hêêê... que pena de... prisão tu apanhas-te?

e: Agora desta vez... são nove anos.

E: E das outras?

e: Da outra vez... eu, eu entrei em 2001 a primeira vez foi... fiquei até ao julgamento, fiquei um ano e tal. Depois sai com quatro anos de pena suspensa. Depois entrei outra vez em 2011, para aqui para esta cadeia, sai em 2013. Depois estive um ano na rua e entrei logo outra vez.

E: Quais foram os motivos da prisão? Diz-me das três.

e: Desta... da primeira foi assalto. Da segunda foi carta de condução e agora desta tráfico e... falsificação de cheques.

E: Hêêê, que profissão é que tu exercias antes de seres preso? (Suspiro do preso) Ou quais...

e: O que é... o que eu fazia mais era pescador.

E: Pescador. Gostavas do que fazias?

e: Gostava.

E: Gostavas? Agora fala-me só um bocado do percurso da tua vida até chegares aqui à prisão. Podes incluir as outras duas vezes, se quiseres, mas fala-me dos momentos mais marcantes...

e: Mas desde, desde pequeno ou...?

E: Não, vida adulta.

e: Oooh páh, os mais marcantes foi os nascimentos dos meus filhos, como é normal 'né?

E: E profissões? Hêê, para além de pescador nunca exercestes outra profissão?

e: Não, já fiz outras coisas, mas não... nada de...

E: Não foram significativas...

e: Não.

E: Ok. Agora, dentro daqui da prisão como é que é o teu dia-a-dia? O que é que fazes de manhã, o que tu fazes à noite, à tarde...

e: Eu andava na escola mas proibiram-me de ir p'ra escola porque eu fiz aí uma festa de um aniversário no dia 8 de maio (pausa) e... por acaso agora vou ser transferido p'ró Vale-de-Judeus... porque não me querem aqui, foi a Direção-Geral. Eu já tive problemas na IPL também de gravações de... quando foi as cheias à uns anos atrás, há... agora quando entrei em 2014. Foi porque eu gravei aquilo, as cheias, até deu na televisão, transferiram-me para aqui. (...) Transferiram-me para aqui... e agora desta... desta situação outra vez a minha festa de anos outra vez, problema outra vez...

E: Como é a tua relação com os restantes presos?

e: Ah, é boa.

E: Não há conflitos?

e: Não, toda a gente conhece-se à muito tempo.

E: Como é que achas que eles te vêm cá dentro? Qual é a imagem que eles têm de ti?

e: (Hesitação/Dúvida) Há muitos aqui em Velas chamavam-me Mandela... relacionaram...

E: Como é que tu ocupas o teu tempo livre cá dentro?

e: A jogar à bola e no ginásio.

E: Só?

e: Só.

E: E... os teus colegas? Tens conhecimento do tipo de atividades que eles fazem cá dentro?

e: É quase igual?

E: É quase igual!

e: É quase tudo a mesma coisa.

E: Hêê, de que maneira é que a tua prisão afetou a tua vida em termos familiares e amigos? A relação com eles...

e: É normal, 'né? Não há... há muitos amigos que não... não... não... não gostam, não gostam de me vir ver aqui... não conseguem (pausa) como... como o meu pai. O meu pai, por exemplo, eu estou desta vez... já estou preso desde 2014, o meu pai só veio cá uma vez, não consegue. (Pausa) As minhas irmãs quando vêm cá, não... também é uma hora de visita e também não conseguem. Saem daqui em lágrimas. Só a minha mulher e os meus filhos e a minha mãe é que vêm cá sempre.

E: Hum... do teu conhecimento, do que tu saibas... que atividades existem cá dentro na prisão para vocês exercerem? Que tipo de atividades?

e: O que é que eu acho que devia haver mais ou...?

E: Não... o que é que existe que tu saibas.

e: O que é que existe? Então, futebol, vôlei, basquete, antigamente havia ténis mas já não há, da outra vez que eu 'tive cá. Há... depois há xadrez, ping pong, cartas, damas...

E: E por exemplo em termos culturais, hêê... sei que também há...

e: Há, há sexta-feira e há quinta-feira há... há filmes para nós vermos. Há... há aqui o clube de leitura, também acho que é uma vez por semana, eu vim cá uma vez ou duas.

E: Por exemplo, agricultura...

e: Há ao sábado, há mas é de cursos mas não é para todos. É jardinagem, não é agricultura, é jardinagem que é um curso. Antigamente é que havia

agricultura, dava para o pessoal trabalhar todo, o pessoal daqui da ala mas depois... isso já foi à muitos anos atrás.

E: Hêêê, então qual é a tua atividade que tu ocupas a maior parte do tempo? É a jogar futebol?

e: É a jogar futebol. É a jogar futebol ou ir ao ginásio mas por acaso não tenho treinado ou de vez em quando faço ali um bocado de... de box mas eles não gostam muito que eu pratique ali... ali fora.

E: Mas para além do futebol não gostavas de praticar outras atividades?

e: Gostava que houvesse mais... mais... que deliberassem isso de nós podermos praticar o box aí e o quickbox, mas não... isto não é...

E: ... são essas...

e: ... eu treino! Eles, os chefes não gostam, 'né? 'Tão sempre a dar-me na cabeça mas não...

E: São essas atividades que tens interesse...

e: Isso é que era bom.

E: Os outros também, os outros reclusos também, também achas que são essas as atividades?

e: Iam gostar, iam gostar.

E: Iam?

e: Porque libertam um bocado a energia não é? Vamos mais cansados para a cela e tudo.

E: Quais são as atividades que são feitas em grupo, para além de futebol? No teu caso é o futebol porque tu jogas futebol em grupo.

e: É, é o grupo do ginásio também, é... é grupos de cinco ou de quatro. Mas está tudo em sintonia também, 'né? Mais, o... o vólei, o basquete não tanto porque aquilo só tem uma, uma tabela, mas o vólei quando, quando 'tá assim

um dia bom também o pessoal joga todo... e o ping pong 'né? É um para um, mas o pessoal reúne-se ali todo e 'tá todo ali à volta da mesa.

E: Achas que isso... essas atividades em grupo são vantajosas...

e: Claro.

E: ... cá dentro?

e: Claro que sim, claro que sim, claro que sim.

E: E lá fora? Quando chegares lá fora achas que isso vai contribuir alguma coisa, por exemplo, as competências que tu ganhas em grupo, achas que serão vantajosas na tua relação com as outras pessoas quando...

e: Não, porque eu sou uma pessoa dada. Eu tanto aqui como na rua eu não... não... não mudo muito, eu é... o que sou lá fora é o que eu sou aqui, é igualzinho. Eu gosto de andar com as pessoas, gosto de falar com as pessoas, gosto de dialogar com as pessoas, não...

E: Hêêê, para além dessas atividades que tu me disseste achas que são suficientes ou que deviam existir mais atividades que tenhas alguma ideia do que gostavas que houvesse cá dentro...

e: (pausa) Há muita, há muita coisa que não, não há cá dentro que deveria haver, 'né? Mas isso...

E: Por exemplo...

e: Por exemplo... (silêncio).

E: Seja em termos desportivos ou mesmo em termos gerais, o que tu aches que devia existir.

e: Não há espaço, porque eles viam, eles viam, eles viam fazer uma, uma... só há um sítio... e eles... assim não há espaço mas eles, eles têm capacidade 'pra... 'pra porem um recinto 'pa... 'pa nós treinarmos ou jiu jitsu ou quickbox, pôr... pôr os sacos para nos batermos com... como há em Vale-de-Judeus,

para onde eu vou agora, 'né? Eu acho que é na boa, eu acho que eles, eles na cabeça dos guardas e dos chefes pelo menos, destes aqui do Diretor, é que nós, nós treinamos essas atividades 'qué para depois se houver alguma coisa 'pra... com os guardas... se houver alguma... algum problema, a gente sabe usar o que a gente anda a aprender mas acho que...

E: Quais são as vantagens e as desvantagens dessas atividades que tu andas, que tu tens aqui, sejam individuais ou...

e: Depende da... em relação ao box e ao quickbox dependendo da pessoa que vai praticar o que ela... o que tem na mente, 'né? Uma pessoa se vai praticar um desporto não é 'pa ser violento e 'pa usar isso, 'né? E quando treinamos esse desporto não é 'pa andar aí a bater nas pessoas, tanto aqui como na rua, 'né? Fazemos porque gostamos como o futebol, 'né? Mas não sei, depende da pessoa que treinar esse desporto, não sei. Nem todos somos iguais.

E: Já me disseste que estudas.

e: 'Tava a estudar mas não me deixam seguir.

E: Pronto. Quando saíres daqui da prisão, hêêê... gostavas de voltar a estudar ou pretendes voltar a estudar?

e: Não tenho saudades, mas não... a minha vida não dá... com quatro filhos não dá.

E: Pretendes voltar para a pesca ou ter outra profissão?

e: Não, eu já trabalhei... já trabalhei (pausa) em pedra mármore em Alcobaça. O meu pai é de Alcobaça e tem lá uma pedreira, mas depois... vim-me embora para Lisboa, foi quando aconteceu isto, mas... se voltasse não era para a pesca porque... já ia lá ficando duas ou três vezes, não... podia voltar mas era para o mármore, para a pedreira, isso voltaria. Sem dúvida.

E: Pronto. Agora temos aqui um último grupo de questões que é relativo ao depois da prisão. Como é que achas que te saís sentir quando cumprires a pena? Quando já te vires livre...

e: Vou-me sentir livre mesmo (risos).

E: Mas achas que estás preparado para voltar...

e: Ah isso 'tou... 'tou sempre.

E: Pronto, agora diz-me uma coisa. As atividades, já disseste, enumeraste muitas que existem cá dentro, achas que te vão ajudar lá... 'pró teu futuro... se existe de alguma maneira, se te vai contribuir de forma positiva...

e: Não, o desporto é bom. Tanto aqui como lá fora mas aqui dentro é mais para passar o tempo. Sem dúvida...

E: Então achas que isso não te vai ajudar a reintegrar melhor na sociedade o que tu estás a aprender cá dentro?

e: Não, porque o que eu faço aqui, lá fora também se formos um grupo de amigos 'pa jogar um jogo de futebol e depois ir almoçar todos, também isso vai acontecer, mas não é pelo desporto que me vou integrar melhor na sociedade. Isso não.

E: Quais são as perspetivas que tu tens para o teu futuro? Tanto a nível pessoal como profissional? O que é que tu esperas de vir a conseguir?

e: Eu espero não voltar mais para aqui.

E: Não volto. Estás a pensar que não vais voltar a reincidir?

e: Não, espero bem que não.

E: E se voltares?

e: Quem sofre com isto tudo é os meus filhos, não é mais ninguém.

E: Conheces alguém da tua família ou dos teus familiares, amigos ou pessoas próximas que já estiveram presas mais de uma vez?

e: Yah.

E: Como é que tu achas que eles, naquele tempo que estiveram em liberdade, como é que achas que foram vistos aos olhos da sociedade? Se eles foram bem reintegrados...

e: São, são vistos igual a mim, não é? Todos nós, todos nós sabemos que se eu for agora, se eu sair agora neste momento em liberdade e for arranjar um trabalho, pedir trabalho a alguém, pedem-me o registo criminal (pausa) então adeus e boa tarde.

E: Tu achas que...

e: Eu tenho muita gente da minha família que está presa, muita gente mesmo. A minha mulher já esteve presa nove anos.

E: E quando ela, por exemplo, quando ela ficou em liberdade, como é que achas que ela se sentiu? Conseguiu arranjar emprego?

e: Conseguiu, conseguiu porque os cafés e os restaurantes é tudo, é tudo da família, porque senão...

E: Então tu achas que a sociedade tem uma visão negativa...

e: Tem, isso tem, isso tem.

E: Pronto então, acabamos. Agradeço muito e pronto eu depois apago isto, não te preocupes.

Entrevista ao recluso 2

E: Diz-me o teu nome e a tua idade.

e: (...). 40.

E: Com que idade é que foste preso?

e: Com 36.

E: Hêêê... é a primeira vez?

e: É a primeira vez.

E: O teu estado civil?

e: Solteiro.

E: Tens filhos?

e: Não.

E: As tuas habilitações académicas.

e: Tenho um curso superior.

E: Qual?

e: Economia.

E: Economia? Hêêê... mas... exerceste...

e: Exerci, exerci atividade laboral, era gestor de empresas antes de vir preso.

E: Qual é a pena que tu apanhaste?

e: 4 anos e 2 meses.

E: E qual foi o motivo?

e: Abuso de confiança.

E: Hêêê... já me disseste que exerceste a profissão de gestor...

e: sim sim.

E: Hêêê... gostavas do que fazias?

e: Gosto muito.

E: Gostas? Pretendes continuar quando saíres?

e: Sim sim sim.

E: Fala-me só um pouco do teu percurso até chegares aqui à prisão... quais foram os momentos que mais te marcaram e o quê que te levou a estares aqui dentro.

e: Huum ... ok. Ahhh... até... isto é, terminei o curso, fui trabalhar pá Madeira, tudo normal... ahhh trabalhava lá na Zarconta, uma empresa de... de contabilidade e auditorias. Entretanto, aceitei uma proposta de um amigo para irmos para Espanha ahhh... em 2001ahhh.... Trabalhar. A proposta foi muito aliciante, ahhh... entretanto, chego lá e estamos a trabalhar para um grande resort de luxo no qual eu trabalhava com ahhh... os contratos pós-venda. Inicialmente achei aliciante e muito bom, até porque inicialmente... ahhh... usufruía de um bom ordenado e chega, chega a uma determinada altura do contrato que há muitos clientes desse resort que se sentem enganados com os contratos feitos... o quê que acontece, ahhh... possivelmente já ouviram falar do Time-Sharing e, entretanto esses contratos uma vez celebrados, ou têm os 15 dias de renuncia ou então é para o resto da vida e é uma coisa que... é muito má para quem adquire. Houve um grande grupo de portugueses que adquiriu e já o tinham há imenso tempo, queriam-se desfazer dele e então, a única forma era alguém de dentro poder permitir isso juntamente com quem? Com um vendedor que em vez de vender ahhh... o expolo da empresa, venderiam sim, este contrato feito pronto... e o que me levou a estar preso? Eu estava em Espanha e adquiri um bom grupo de portugueses para quem eu conseguia resolver esses contratos ... pronto... o quê que me conseguia fazer a mim, era agarrar nesses contratos e passá-los para uma pessoa interessada, outra pessoa que estivesse interessada em adquirir um novo, só que em vez

de adquirir um novo, adquiriria aquele, pronto... e correu bem ahhh... tenho muita gente e quando eu venho preso há muita gente pretende porque eu fui condenado às revelias porque já não estava em Espanha, já estava em Portugal no meu trabalho normal e, então eu quando sei, já encontro (...) no galho e eu procurei mesmo o pai do Ruben Amorim, o jogador de futebol, atão eu fiz exatamente o meu O quê que acontece neste caso específico? A senhora que depois ao pagar-me a mim 6 000 euros e eu arranjei-lhe a pessoa, no dia da escritura pá transação de título, vai acrescentar os 6 000 euros que me deu ao contrato, ao valor que já tinha acordado com a outra parte. A outra parte disse que não e então esta senhora é que me coloca um processo por burla, depois é que consegui reverter para abuso de confiança, mas já chego tarde para a abertura de instrução porque já tinha muita gente a.... dizer ahhhh... a depor a meu favor a dizer não não, nós é que o procuramos e foi isto que me trouxe à cadeia, porque de 2001 a eu ser detido em 2013 estava... não cometi, não cometi mais nenhum ato ilícito ahhh... estou a fazer a minha vida tranquilamente com projectos fantásticos à minha frente, pronto e foi... depois tive mesmo de a cumprir porque depois o meu advogado chega a uma altura que não consegue mesmo abrir instrução.

E: Hêêê... Relativamente à tua experiência dentro da prisão, huum como é que é o teu dia-a-dia? O quê que fazes de manhã, à tarde, à noite.

e: De manhã faço... pratico desporto, quando não trabalho, quando tou a trabalhar no turno da tarde. Eu trabalho aqui na... na cozinha da prisão, portanto é por turnos ahhh... de manhã já trabalhei como delegado de desporto também huum... já fui responsável pelo grupo de teatro de música pela... pela Eucaristia da Paróquia... da Paróquia... da cadeia (risos) huum... e pronto, de manhã faço desporto quando entro à tarde, quando entro de manhã, vou trabalhar de manhã e faço desporto à tarde.

E: Huum... como é a tua relação com os restantes reclusos? Achas que existem muitos conflitos entre vocês?

e: Tem, tem que existir obviamente senão não era uma cadeia. Mas a minha relação é boa relação porque as pessoas respeitam, as pessoas hum... sabem como eu sou e sabem que se precisarem de uma ajuda sabem que podem chamar sempre o (...) que o (...) resolve de forma como pode e, às vezes até da forma como não pode, mas portanto é uma boa relação.

E: Como é que achas que eles te vêm cá dentro? Qual é a imagem que eles têm de ti?

e: Excelente, excelente. Um ou outro hum... obviamente que ... as pessoas não gostam todas das mesmas pessoas, mas um ou outro poderá não gostar por esta facilidade com que eu me relaciono ahhh... aqui com os guardas, com os educadores e ajudos... algumas pessoas aqui não gostam desse tipo de reclusos porque... não gostam, não gostam acham... acham mal.

E: Como é que tu ocupas o teu tempo livre cá dentro? Para além do desporto tens alguma atividade física?

e: Tenho... leio, ahhh... escrevo, já pertenci ao clube de leitura. Basicamente todas as atividades lúdicas que existam na cadeia, pratico xadrez, pratico ténis de mesa...

E: E os reclusos mais perto de ti, também fazem mais ou menos as mesmas coisas que tu?

e: Sim sim sim sim sim.

E: Hum... de que maneira é que a prisão afetou a tua vida em termos familiares e com amigos, a relação com eles.

e: Hum... com os amigos não afetou. Com a família, uniu-me muito mais à minha família porque eu vivia na Madeira e em Viseu e então ahh... a cadeia uniu-me muito mais à minha família que já nos dávamos muito bem e vinha sempre... mas negativamente não nos afetou.

E: Hêêê... com o conhecimento que tu tens, que atividades existem cá dentro para além daquelas que me tu me referiste? Tens mais conhecimento de algumas atividades que se possa hêêê... praticar cá dentro.

e: Infelizmente, aquilo que a cadeia... a nível de atividades lúdicas que a cadeia nos proporciona é escassa, temos de ser nós por nós. Agora, sabemos também que há muitos reclusos que não aderem, portanto, a cadeia tem e nesse sentido Sintra não é uma má cadeia porque os reclusos nunca estão sem nada para fazer hêêê... é basicamente isto desporto. Hêêê... agora vieram com visionamento de filmes, mas também há uma coisa que Sintra faz muito... tudo aquilo que funciona termina rápido... não sei porquê que tudo o que funciona bem, termina rápido.

E: Hêêê... por exemplo praticas desporto mas hêêê... gostarias de praticar outra atividade que saibas que não exista cá dentro, mesmo que exista gostavas de praticar outra?

e: Gostava essencialmente de poder continuar com o clube de leitura. O clube de leitura onde debatemos temas fantásticos ahhh... e estava a funcionar extremamente bem. Ahhh... gostava que houvessem muito mais conferências ou atividades ahhh... para que o recluso... sentisse aquilo que fez mesmo de introspeção para com os reclusos, coisa que não há. Era uma das atividades que eu gostava muito que houvesse aqui na cadeia.

E: Quais são as atividades que tu fazes em grupo? Exemplo.

e: O clube de leitura. Aqui neste sentido vai resumir muito porque ou fazemos desporto, ou jogamos às cartas... agora, uma atividade em que as pessoas possam partilhar a sua opinião, seria só no clube de leitura que infelizmente terminou relativamente à pouco tempo e posso dizer que o clube de leitura metia 30,40,50 reclusos aqui para debaterem o tema... podemos até não chegar a conclusão nenhuma mas é dada a opinião, é dada a palavra ao recluso. Lamentavelmente terminou.

E: Mas achas que essas atividades por exemplo, seriam vantajosas quando tu fosses para a rua?

e: Infelizmente 98% da população reclusa não consegue levar nada daqui para a rua, infelizmente. Não, não não pelo sistema prisional em si ou por aquilo que o sistema prisional ou a reinserção social lhes possam garantir, é porque eles mesmo não estão preparados. Infelizmente não estão preparados... eu estou aqui ahhh ok ... 90% das pessoas com quem conversamos já estão a falar de... só falam de assaltos, de roubos ou daquilo que os trouxe cá e que seguramente é o que vão voltar a fazer... portanto, infelizmente não levam, não levam daqui para a rua.

E: Hêêê... então achas que as atividades que existem cá dentro não são suficientes?

e: Não, as atividades nem sequer apelam à pessoa pra isso. Esse tipo de atividades não existe... esse tipo de atividades para que a pessoa... hêêê... consciencialize o recluso para... não... estamos aqui 70 reclusos. A cadeia não sabe, a cadeia não sabe o quê que aquele recluso... as potencialidades daquele recluso por exemplo... se tivermos aqui 70, não sabe de 78,5 não sabe as potencialidades e não consegue direcionar para aquilo ao qual ele é bom. Não consegue... hum duvido que estejamos preparados para ter uma taxa de sucesso da não reincidência criminal.

E: Então... na tua opinião que atividades por exemplo, deveriam existir cá dentro. Diz-me... enumera por exemplo.

e: Atividades regulares contra o uso de estupefacientes, atividades... atividades regulares sobre ahhh... o uso, consumo d álcool. Não bebem aqui, porque não há e encham isso o jarro (min.11.38) e vai ver pessoas que estão presos por álcool a beberem... portanto é este tipo de atividades, atividades reais, atividades que depois possamos transportar para a nossa, para a nossa vida. Por exemplo eu, eu sou licenciado e na minha capa tá lá que eu sou pedreiro... portanto eles não sabem, não têm sequer o meu certificado de habilitações. Eu fui a um chefe para uma ocupação laboral e perguntou-me o

que eu sei fazer... e quando lhe digo o que eu sei fazer, ele... e depois vá lá venho a descobrir que ele conhece a minha irmã porque a minha irmã é médica e tenho mais duas enfermeiras que trabalharam no estabelecimento prisional onde ele esteve e veio hêêê... conferir que aquilo que aquilo que eu lhe estou a dizer é verdade. Portanto, não sabe porque quem entra aqui ou é servente ou é pedreiro ou tem uma profissão desconhecida. Infelizmente não sabem as competências ahhh... de 90%, de 98,5% dos reclusos.

E: Pronto, mas relativamente às actividades que existem cá dentro hum... quais as vantagens que tu vês.

e: As únicas vantagens...

E: Ou desvantagens.

e: Não não não, desvantagens não acredito. A única, as únicas vantagens que eu vejo é no momento, é a ocupação que o recluso tem... o recluso sai daquela atividade e vai para o mundo dele, aquela atividade... se houvesse um atividade 24 horas por dia era fantástico, os reclusos estavam ocupados. Se houvesse uma atividade regular onde no fim houvesse por exemplo um exame que os reclusos tivessem que dizer o quê que lá estiveram a fazer... há pessoas que estão aqui na atividade escolar, que estão no 10º, 11º ano que não sabem rigorosamente nada... não sabem, não sabem rigorosamente nada. Muitos deles já me pediram para lhes fazer os trabalhos, que nunca fiz mas, não sabem e isto é uma escola. Chega por exemplo... eu quis, quis pegar na biblioteca, lá em cima tem uma biblioteca fantástica para fazer uma interligação com a escola (pausa) não me permitiram ir trabalhar para a biblioteca, mas por exemplo, este tipo de coisas já a cadeia fecha-se um bocado, portanto, estas atividades que a cadeia usa são muito temporais ali, portanto acaba um começa outro, acaba uma atividade começa outra... agora estamos a ver filmes (pausa) pronto agora acaba o filme e as pessoas vão para a sua vida, não há uma atividade que as pessoas possam dizer bebi desta atividade, isto fez-me bem, isto fez-me bem, isto fez-me bem... por exemplo eu tenho um amigo aqui, que acho que é a única pessoa que eu quero levar para a rua

ahhh... para a rua e tive que ser eu a meter o papel, a pedir à Psicóloga para o chamar para falar com ele, ele está satisfeitíssimo e ainda bem que o fiz mas se eu fizesse a mais 10, chamavam-me... portanto este tipo de atividades não... infelizmente não há.

E: Então como é que tu achas que vai ser o processo de ressocialização da maior parte deles cá de dentro?

e: Não vai haver. Lamentavelmente a Doutora sabe que não vai haver, não há, não há a ressocialização exatamente com ... (interrupção por parte de um elemento exterior à entrevista/risos). Esta é a consideração que têm por mim senão não me faziam isto ahhh... mas não há, não há infelizmente, se não somos nós e a nossa família, pode ter a certeza que... 99,9% que incidem.

E: Pronto, já me disse que é licenciado e quando sair daqui pretende continuar os estudos?

e: Sim sim sim, quero tirar direito, quero tirar direito.

E: Hêêê... não pretende tirar Mestrado?

e: Mestrado... ainda pensei em comportamento organizacional ahhh... quando estava na rua ainda pensei tirar mestrado em comportamento organizacional, ahhh... mas para aquilo que eu quero, ahhh... para os projectos que eu tenho juntamente com as minhas irmãs ahhh... chega-me a Licenciatura, mas quero tirar um curso de Direito, quero, quero tirar.

E: Pronto, agora este último grupo de questões é relativo ao depois da prisão. Hêêê... como é que se vai sentir depois de cumprir a pena? Está preparado para voltar à sociedade?

e: Perfeitamente preparado, ahhh... uma outra pessoa que vê ahhh... claramente que nenhum de tipo de crime compensa, que enganar as pessoas é mau ahhh... que tem que... fico com uma ideia que se fosse hoje, se eu pudesse ter uma atividade profissional era inspetor da PJ de certeza absoluta, de certeza absoluta. Hêêê... é muito mau enganarmos as pessoas, o

sentimento que as pessoas ficam ahhh... quando são enganadas é péssimo, portanto tou, tou preparadíssimo.

E: Quais são as perspetivas que tem a nível... a nível pessoal e profissional no seu futuro.

e: Tenho tudo organizado já. Tenho dois projetos com as minhas irmãs, um na área da restauração dentro de um restaurante e queremos abrir um centro de enfermagem e disse anteriormente que tenho uma irmã que é médica, tenho duas que são enfermeiras, tenho uma que é assistente social, tenho uma que é educadora de infância e então queremos ahhh... só tou à espera que eu saia para podermos... mas as coisas tão encaminhadas para...para esses dois projetos, além do meu projeto estudantil que quero muito ahhh... depois tenho um outro porque tenho um sobrinho que joga futebol em Itália ahhh... mas esse, esse é mesmo para a velhice.

E: É a primeira vez que está preso.

e: É a primeira vez.

E: Pensa voltar a reincidir?

e: Não, nunca.

E: Como é que acha esta experiência?

e: Ahhh... péssima, é o pior lugar do mundo. Não se deseja a ninguém mas que é necessário... é pena é não haver efetivamente ahhh... uma política de reinserção social, no investimento na reinserção social, não nas instalações, não... é pena mas duvido, tenho a certeza quase absoluta. Primeiro a minha família não... é assim, eu não me perdoaria voltar a cometer um ato ilícito, viesse preso ou não, porque há muita gente que comete atos ilícitos e nunca vem preso mas pronto... mas só o facto de comete-lo ahhh... não, não volto a fazer.

E: Conhece alguém que já teve preso mais que uma vez?

e: Quando não estive... quando não estava preso? Não.

E: Mas... daqui dos seus colegas conhece?

e: Sim. Quando me dizem que é a terceira vez e quarta, dá-me uma agonia que eu diga que não há respeito pela família, não há respeito pelas pessoas que gostam delas, não pode haver respeito. Portanto aqui conheço sim, mas nunca, na rua não conhecia.

E: Já me disse que o processo de ressocialização deles não vai existir.

e: Não, não infelizmente não, não.

E: Tem alguma coisa mais a acrescentar? Que me queira revelar, que queira dizer...

e: Se poder fazer alguma coisa pela reinserção social faça. Mas não, não tenho mais nada hum... este tipo de atividades é importante mas não... resolve nada. Todos, quase toda a gente que respondeu aos questionários disse que inventou... a questão está na consciência das pessoas, portanto a ressocialização ou parte de nós, ou então não há ahhh... cursos que tirem, formações que tirem. As formações que lhes dê... as formações das pessoas que estão no tráfico, estão porque na rua não tinham trabalho ou ganhavam pouco. A conjuntura socioeconómica que a nossa conjuntura em que estamos, portanto, vão voltar, têm de voltar ao mundo real deles. Eu felizmente vou ao meu mundo real, ao meu mundo real que era onde eu estava a trabalhar e posso dizer que foi um amigo meu da Polícia Judiciária que me ligou a dizer que tinha lá o meu lugar, eu até disse olha está a brincar comigo... portanto, ahhh... o eu estar de 2001 a 2013 posso dizer-lhe que não me pavariquei uma única vez porque tenho a minha vida e isto aconteceu em Espanha de 2001, senão tava com a minha vida tranquila, é ótimo.

E: Pronto, terminamos. Agradeço muito.

Entrevista ao recluso 3

E: Diga-me o seu nome e a sua idade

e: (...)

E: A sua idade:

e: (Huum) 37

E: Com que idade é que foi preso?

e: Portanto há 2 anos

E: O seu estado civil?

e: União de facto

E: Huum, mas tem filhos?

e: Não.

E: quais são as suas habilitações académicas?

e: 11º.

E: Hum.. o número de anos de pena?

e: 6 anos para cumprir.

E: E qual foi o motivo?

e: Roubo.

E: Antes de ser preso, que profissão é que exercia?

e: Era empresário no ramo mobiliário.

E: E gostava da atividade que exercia?

e: Não nos moldes que exercia.

E: Huum...

e: Não estava satisfeito. A nível geral, não 'tava satisfeito com aquilo que exercia.

E: Fale-me um pouco do seu percurso até chegar aqui, à prisão. Quais foram os momentos que mais o marcaram?

e: Os momentos da.. da vida em geral?

E: sim sim, da vida em geral

e: Da vida em geral... pela positiva... foi começar aaaa a minha atividade muito cedo, a ter a minha casa, o meu carro muito cedo. Com 18, 19 anos. Mas ao 'memo' tempo também foi um bocado mau porque deixei de viver muito a juventude. Ou seja, vivia muito para o trabalho e não tive assim tanto ...

E: Hum.. Aqui dentro da prisão como é que é o seu dia-a-dia? O que é que faz à tarde?

e: É assim.. até .. até há uma semana atrás, que é quando comecei as aulas, era muito mau. Foram dois anos e dois meses que... a única coisa que nós temos aqui é tar na cela e não aprendemos nada. Não há atividades que nos ajudam a.. a desenvolver as nossas capacidades ou atividades que nos ajudem a não reincidir. Ou seja, para eu conseguir ir p'as aulas agora tive de fazer pedidos ... pedidos, ser quase chato para poder ter alguma oportunidade de agora sim estudar. Agora

E:huum...

e: vou acabar o ensino secundário

E: pretende continuar a estudar quando...

e: Em princípio sim porque eu com os meus 18 anos tive de trabalhar e não consegui acabar os estudos. E agora acabou por ser uma oportunidade para para acabar.

E: Mas pretende ir para a faculdade?

e: Pretender, pretendo. Não quer dizer que...primeiro...é um passo de cada vez, mas sim. Como meta...

E: Mas que curso é que...?

e:Direito, se calhar.

E: Direito...Huum.. como é que é a sua relação com os restantes reclusos?

e: (pausa) huum... não é muito fácil porque as pessoas aqui...tive 2 anos numa cela com 12 pessoas. (pausa) ee.. em que havia só uma casa de banho. Um sitio 'pa tomar banho as doze pessoas. Pessoas que 'tavam condenadas a 18 anos, pessoas que 'tavam condenadas a 4 meses de prisão. Tudo misturado durante 2 anos e aí a convivência não poderia ser fácil. Existe muita... muita coação na prisão. As chefias sabem disso mas, mas usam isso até a favor deles. Usam o consumo de estupefacientes a favor também deles, para acalmar os reclusos- E... e não é fácil. Agora passado estes anos, já 'tou numa ala melhor. Só tamos 3 pessoas eee a perspetiva agora sim. Passado esta fase, agora sim, já tenho perspetivas melhores. De... Ou seja, é preciso passar aqueles primeiros anos, para uma pena... que é o meu caso de 6 anos, é preciso passar 2 anos de... quase tortura 'pa depois conseguir alguma coisa.

E: Como é que acha que os outros reclusos o vêem cá dentro? Que imagem é que eles têm de si?

e: De mim... Respeitam-me, pelo menos nesta ala, porque eu também me dou ao respeito...não me meto com ninguém, não passo à frente de ninguém, não dou assim muito azo a .. a que haja falta de respeito ou assim

E: hum... como é que ocupa o seu tempo livre?

e: Agora neste momento, de há uma semana para cá, com a escola.

E: sim, mas sem a escola?

e: Sem a escola? Tempo livre? Jogar às cartas, ver os outros a jogar à bola porque se eu for jogar à bola há muita violência e eu não 'tou para isso...hum...

e não há muito mais, não há muito mais que isso, não há muitas atividades aqui.

E: Hum... nas duas alas não tem conhecimento assim de atividades gerais?

e: É assim, na ala B, 'tou há pouco tempo. Talvez possa haver. Na ala A é... aqui até é chamado de ilha porque não há nada, tamos entregues ao Deus dará... Na ala B não, em princípio jáa, apesar de eu 'tar há pouco tempo, sei que já as coisas são diferentes. Se bem que depois há muita intimidação por parte dos guardas ee... algum abuso de autoridade e ameaças de que se agente não for entre aspas muito submissos voltamos 'pa ala A. Ou seja, é usada a ala B para nos deixar (pausa) temidos 'memo.

E: Mas gostava que.. que fossem realizadas mais atividades aqui dentro?

e: Sim, 'memo a nível exterior porque... eu leio o Código Penal e... Principalmente o Regulamento Geral das prisões e o Código de Execução de Penas, onde nos com 1/6 da pena podemos ir para o regime aberto interior, desde que tenhamos determinado número de requisitos. Eu pedi isso e o comissário diz-me que ... que só a partir de metade da pena, 'memo tendo os requisitos gerais. E isso... pronto, acho que o regulamento não é cumprido. 'Memo tendo requisitos ou não tendo requisitos parece que é... é castigar até metade da pena para depois de metade da pena, quem conseguiu aguentar os.. a tortura ter alguma coisa em troca.

E: Hum... as atividades desportivas aqui, por exemplo, as atividades de grupo,. Ou seja, futebol.... Não sei se já praticou...

e: Há torneios de futebol mas eu não vou...eu não.. pronto, mas aí também acho que ninguém tem culpa. Pronto... As pessoas são um bocado violentas a jogar e também só joga quem quer. Eu prefiro ficar a ver... mas aí também não tenho nada a apontar.

E: Mas acha que essas atividades em grupo são vantajosas para criar uma relação com os reclusos?

e: Poderia haver outro tipo de atividades que...que...até obrigatórias, que levassem os reclusos a não reincidir, ou seja, dar perspetivas aos reclusos de que é possível viver bem sem cometer crimes. Ou seja que..(interrompido)

E: E na sua ideia que atividades seriam?

e: Nem que fosse através de palestras ou 'mem vídeos, uma solução mais económica até... em que... se calhar, primeiramente, a nível voluntario, quem quisesse ia maas... talvez até sendo obrigatório, que é para as .. até para as pessoas serem reeducadas mesmo e isso não existe. Não existe reeducação, não existe ... readaptação.

E: Hum...de que maneira é que a reclusão afetou a sua vida, seja em relação a sua família, aos seus amigos?

e: Sim, é sempre muito mau porque nunca na minha família ninguém tinha estado preso, nem no meu grupo de amigos, mas pronto. O culpado também fui eu. Eu cometi os crimes que cometi, 'tou a pagar por eles, 'tou conformado. Só gostava que.. que a reintegração fosse mais fácil, não fosse tão dificultada

E: Como é que acha que se vai sentir quando cumprir a pena? Tá preparado para voltar?

e: Sim.. acho que já passei aquela fase... nun...nunca tive revoltado porque sempre soube o que fiz. Ou seja, (pausa) 'tou completamente conformado. Acho que mediante o que já vivi aqui, também 'tou elucidado do que...do que eu quero e sei que não voltarei a cometer mais crimes porque sei os riscos... e sei que...que não há nada que pague a nossa liberdade e as coisas boas... não precisamos de...de dinheiro ou de...de muita coisa 'pa ter uma vida normal, boa. Ee... feliz. Por isso... nesse aspeto já fiz o meu próprio estudo e sei o que quero daqui para a frente.

E: Então quais são as suas perspetivas que tem, a nível pessoal e profissional para o futuro

e: A nível pessoal, tenho uma companheira. Que já tinha quando fui preso e que continua me a visitar todas as semanas. E... e sabe que foi um... os seis meses em que eu cometi os crimes, ela também sabe que foi um momento de rutura .. na minha vida. Daí ter muito apoio da parte dela. Hum... em relação à minha família mais chegada, a mesma coisa. Sabem a pessoa que eu sou e sabem o que eu cometi foi grave ou mesmo muito grave mas... mas sabem que foi num momento de muita fragilidade da minha.. da minha vida e tenho todo o apoio.

E: e conhece alguém, por exemplo, que já esteve preso e que depois voltou a reincidir?

e: (pausa) Eu pessoalmente...pessoalmente não, mas vejo as estatísticas e sei que .. que são muito altas e vejo pessoa que, enquanto eu tive preso 2 anos, já vi pessoas a saírem e a voltarem.. em dois anos.. por isso acho que..(interrompido)

E: e o que é que acha que os leva a voltar a reincidir? Quais os motivos... enquanto têm liberdade, que os leva a reincidir?

e: É assim.. há casos problemáticos. Que é muito difícil lidar... com eles. Porque se calhar já vêm de colégios. Ou seja, já já, quando crianças, já já já já eram criminosas entre aspas ou já cometiam muitos atos ilícitos. Aí é muito difícil hum... fazer com que eles mudem de vida, mas, noutros casos, talvez, se houvesse programas nas prisões, ou seja, se fosse.. se fosse cumprido o que.. o que está previsto no código de execução de penas, essas pessoas não voltariam. E são a maioria. Não são esses casos de delinquentes por natureza.

E: Então, por fim... hum... acha que a prisão prepara para a liberdade? Para a reinserção?

e: Na maioria dos casos prepara... para... para... reincidir e.. e cometer crimes ainda mais graves. É uma escola do crime.

E: Muito obrigada.

Entrevista ao recluso 4

E: Diga-me o seu nome e a sua idade.

e: Nome completo?

E: Sim.

e: (...). Tenho 40 anos.

E: Com que idade é que foi preso?

e: Fui preso com 37.

E: O estado civil?

e: Casado.

E: Casado. Tem filhos?

e: Tenho filhos.

E: Quantos?

e: Tenho um.

E: Quais são as suas habilitações académicas?

e: Escola?

E: Sim, sim.

e: 9º ano.

E: Qual foi a pena que apanhou?

e: Tenho uma pena de 4 anos e 4 meses e tenho uma de 2 anos e 7 meses em recurso.

E: E qual foi o motivo dessas duas penas?

e: Huum.. a de 4 anos e 4 meses são .. quatro penas que me juntaram, que é... uma de... São são todas , todas as 4 é de habilitação... sem habilitação...

sem carta. Uma delas tive um acidente. Huum... uma pessoa que ia comigo faleceu.... E... pronto, é... foi... foram 6 meses sem carta. 1 ano de pena suspensa que tinha, que depois revogaram por causa da falta de carta também.. huum... e tenho essa do... portanto homicídio por negligência e falta de carta também. E a outra. Huum.... fui acusado de assaltos às instituições bancárias.

E: Que profissão é que exercia antes de estar preso?

e: Sou mecânico de automóveis.

E: E gostava do que fazia?

e: Tanto gosto que eu tenho uma oficina.

E: Huum... Fale-me um bocado do seu percurso ate chegar à prisão. Por exemplo, os melhores momentos que teve os piores momentos...

e: Trabalhei muitos anos fora. Trabalhei em Espanha. Acho que foram dos melhores momentos. Hum... Houve uma altura da minha vida que...an... and.... andei metido na droga. Depois entretanto deixei, larguei, larguei Já não consumo já há uns anos. Deixei de consumir, deixei de beber. E... depois... vim de Espanha para aqui porque o trabalho tava a ficar fraco. Vim para cá. Montei a oficina, comecei a fazer os trabalhos. Depois quando comecei a... a endireitar a vida, foi quando as coisas começaram-me a cair.

E: Então o que é levou à sua prisão?

e: Foi quando vim de Espanha... hum... começou pelo... Não! Eu acho que foi em 2009. Isto... tive o acidente em 2009. Foi quando vim de Espanha. Vim de Espanha em 2009. Passado um mês tive o acidente .. hum... porque, a fugir, a polícia vinha atrás de mim, a fugir . huum... à velocidade que ia não consegui ir pelo sentido obrigatório, fui pelo sentido contrário , apanhei um carro de frente. Aquilo era um... aquilo não dava... aquilo era um sítio onde não dava para ver se vinha ali alguém (...) Bati, conforme bati, eu perdi os sentidos. A pessoa que ia comigo, um amigo meu, faleceu logo. Faleceu passado un un...

uns meses porque ele era seropositivo e... pronto, não.. não aguentou. Porque ele ia sem cinto, bateu com com a cabeça no...chama-se o pilar do carro (explica o que é o pilar do carro) e esmagou-lhe um bocado do cérebro. Foi isso... foi foi... pois a partir daí...pois foi em 2009. Depois fui apanhado em 2010...(pausa) (...) levei a penas suspensa em 2010 ou foi em 2011? Ou em 2010 fui apanhado de mota (...) fui apanhado de mota, sem carta ... Já não me lembro bem é qual foi a pena suspensa... jáa...já não me lembro, mas pronto... mas foi assim... foi tudo, foi tipo.... de ano a ano era apanhado. Inscrevia-me na escola de condução só que achava aquilo uma seca e desistia... e prontos.. o que me .. o que me levou à prisão foi... foi isso do acidente de 2009. Recorri. Levei com... levei com 2 anos , deram-me 2 anos e 3 meses. Recorri para a Relação, aumentou para 2 anos e 10 meses e depois... hum.. Saiu o trânsito.. pronto, saiu o mandato de prisão. Foi quando vim preso, eeem 13 de fevereiro de 2014.

E: Huum... aqui dentro da prisão, como é que é o seu dia-a-dia? O que é que faz de manhã, à noite...?

e: Aqui dentro da prisão? Huuum...em certo aspeto, agora 'tou.. não 'tou bem porque fiz asneira. Fuuui... quer dizer... eu vou explicar. A minha mulher tava grávida e perdeu o bebe, em janeiro, deste ano. Eu comprei um telefone. Eu tava na ala B, tava a trabalhar, estudei. Tive a estudar. Depois dos estudos, tava a trabalhar. Huum.. tive a trabalhar ... 'atão.. eu 'tou... tive a trabalhar por volta de 2 anos e 8 meses, 2 anos e 9 meses. Tava a trabalhar já nessa altura e fui apanhado com o telefone, vim 'pa esta ala, que é a ala onde eu 'tou, a ala A. Perdi o trabalho, perdi... prontos... perdi tudo. E agora... agora 'tou numa ala que tou aberto 2 horas por dia , 2horas, 2 horas e meia.

E: E como é a relação, a sua relação com os outros reclusos?

e: Depende dos reclusos. Eu não. .. eu gosto muito .. eu sou uma pessoa muito reservada. Eu gosto de 'tar no meu canto, eu não sou muito falador. E eu.. gosto muito de de andar sozinho. Só que há pessoas aí que... eu tenho eu tenho um problema numa perna, não posso andar metido em confusões. Há

peessoas que tentam abusar e... e ainda no.. há 2 ou 3 semanas. Tipo... obriga 'memo a ... "ou guardas isto ou fazemos-te isto"... depois isto é feito em grupos ...Fizeram me guardar um telefone. Entretanto o chefe (...) lembrou-se, levou-me à roleta e apanhou-me com outro telefone que não era meu porque me obrigaram a guardar... Isto foi agora há 2 semanas praí... Já tinha cumprido o castigo do telefone que eu comprei, da altura que a minha mulher perdeu o bebe. Agora fui apanhado com outro que nem sequer era meu e tava a guardá-lo...

E: Como é que acha que os outros reclusos o vêm cá dentro? Que imagem é que eles têm de si?

e: Depende, depende dos reclusos. Os... há uns que aqui dentro não é como se... não é como se mostra nas televisões... isto há tipo... hêêê, como é que eu hei-de dizer... hêêê... há tipo... há certas pessoas que... um exemplo... tipo... hêêê... mandam na prisão. São os que... os que mandam fazer tudo, os que pagam para fazer tudo e... e pagam 'pa obrigar a fazer coisas e há pessoas aqui dentro que têm... têm... páh que têm... têm poder... têm poder aqui dentro.

E: Como é que ocupa o seu tempo livre?

e: O que é que eu faço? Vejo televisão, faço palavras, hêêê... sopa de letras, escrevo, ler, não leio muito, hêêê tomo uma medicação que, por acaso é... era às três horas, não sei que horas são mas... ah 'tou aqui na enfermaria não tem problema.

É: É.

e: Para dormir, tendo dormir o máximo possível, 'pa... 'pró tempo passar e acordo, escrevo o que penso, o que penso, escrevo.

E: De que maneira é que a sua prisão afetou a sua família, os seus amigos?

e: Hêêê, isso é complicado porque vim preso em fevereiro... hêêê, o meu pai faleceu, hêêê a 4 de abril, de 2014 quando eu vim, e a minha mãe faleceu a 28

de maio, passado um mês, um mês e pouco de diferença. Posso ver os meus pais. Hêêê, tenho uma irmã e uma cunhada que me vem ver mais a minha mulher. O resto da família falo com eles pelo... ligo para eles, mas não me vem ver... as únicas pessoas que eu tenho mais ligação com a minha família é a minha irmã, a minha irmã e a minha cunhada e a minha mulher. O resto da família não... mas como somos poucos. Por exemplo tenho um irmão, que é o meu irmão mais velho, também não... também não vem cá... não, 'tas a ver? Tenho outra irmã que é só filha do meu pai essa também... pronto é... as pessoas com quem me dou da minha família é...

E: É pouca gente, não é?

e: É, é, são 3 pessoas.

E: No seu conhecimento, que atividades no geral é que existem aqui dentro da prisão, seja na ala A, na ala B?

e: Atividades?

E: Sim.

e: Na ala A, há uma... uma sala, que é a sala de convívio, onde tem uma mesa de ping-pong onde joga, joga-se às cartas, joga-se xadrez, joga-se damas, lê-se e vê-se televisão.

E: Já me disse que gosta muito de escrever, de fazer a sopa de letras, mas gostava que houvesse uma atividade específica, que gostasse...

e: Aqui?

E: Sim.

e: (silêncio)

E: Seja a nível...

e: Aah, joga-se à bola também, aqui joga-se à bola... tem ginásio também, tem ginásio, 'tava-me a esquecer dessa parte, joga-se à bola, tem o ginásio e, temos um pátio, não é grande mas dá para correr.

E: Há muitas atividades que são feitas em grupo... ou participa... muitas vezes em atividades de grupo.

e: Eu? Se participo? Não, não, não costumo participar, jogo às vezes, gosto de jogar às cartas, mas... mas nada...

E: Mas acha que é vantajoso jogar às cartas com os outros reclusos para criar a ligação, para criar relações de amizade...

e: Hêêê, amizade dentro da cadeia? Não existe, na cadeia existe interesse. Não digo que não haja uma amizade ou outra, mas no meio de 130 reclusos que é a ala mais ou menos, se houver uma, duas pessoas no máximo em que se possa ter uma amizade, mas não é uma amizade, não lhe posso dizer que é uma amizade pura. Aqui a cadeia... tudo funciona... entre reclusos é tudo interesses, é tudo sobre interesses.

E: Mas achas que há vantagens nessas atividades que existem cá dentro?

e: Se há vantagens? Há, passar o tempo... ajuda a passar o tempo, só mesmo para ajudar a passar o tempo. Por exemplo, na ala B. Na ala B há torneios de... de sueca, há torneios de... há as mesmas coisas que aqui, só que aqui joga-se por jogar para passar o tempo, na ala B há torneios em que... nós jogamos até... até... até pronto haver o vencedor. E na ala B, na ala B é diferente, quem está na ala B, está a estudar ou está a trabalhar... hêêê pode haver lá uns, tipo os que têm mais idade, mais idosos, estão na B porque a A é muito pesada, é uma ala muito pesada. É pesada... há muita droga... é... é muito pesada... é uma ala muito pesada.

E: Neste momento não estuda, pois não? Nem trabalha cá dentro?

e: Não, não.

E: Mas gostava?

e: Gostava de continuar a trabalhar só que com estes... com estas coisas que me aconteceram já não é possível.

E: Mas gostava de voltar a estudar?

e: Hêêê, a estudar?

E: Sim.

e: A estudar não... não porque... não me importava... eu inscrever-me num curso, num curso sim, mas estudar não porque... hêêê... a cabeça não... não dá para concentrar... pelo menos a minha, não consigo concentrar para os estudos.

E: Como é que acha que se vai sentir quando cumprir a pena? Sente-se preparado para voltar?

e: Voltar? Neste momento sinto-me porque vai fazer em fevereiro, dia 14 de fevereiro, 4 anos. Dia 14 de fevereiro, 4 anos que estou preso e... casei-me aqui dentro... na cadeia, já estava preso quando me casei... prontos, já vivia lá fora mas casei-me aqui dentro... hêêê sim, sim porque nós ao não termos nada para fazer pensamos... pelo menos eu penso muito na vida, no que, no que, penso que tenho, tenho... tenho um filho e tenho dois enteados, penso que tenho um filho e tenho dois enteados, tenho uma mulher, tenho uma casa e tenho um sítio onde trabalhar, uma pessoa há minha espera para ir trabalhar e então... é a única coisa que eu quero é sair daqui 'pa... p'ra isso.

E: E acha que a prisão prepara para quando 'tiver em liberdade, para se reintegrar?

e: A prisão? Não! A prisão não, tem de ser pela cabeça de cada um. Quem quiser tem que... porque dentro da prisão não há reinserção, não há porque... por exemplo, eu 'tive a trabalhar, tenho dinheiro na reserva... tenho algum, não tenho muito mas tenho algum, consigo sobreviver... por acaso tenho trabalho conseguido, mas consigo sair daqui... agora quem está nesta ala aqui, sai daqui sem um único cêntimo no bolso. Ora, se aqui não há, a única coisa que

há é, 'tá um em cada canto a fumar a sua...a sua... a sua ganza, não fazem 'mai nada, quando saírem daqui não têm nada. Eu acredito que mais de metade mal saiam daqui, nessa noite, comentem um crime, um crime qualquer para ter dinheiro p'ro quer que seja, aqui não há... eles não querem saber se o recluso sai daqui, se tem dinheiro para o táxi ou se tem que ir a pé ou se, se roupa o carro mais próximo que encontrar para ir embora para casa.

E: Quais são as... as perspetivas que tem para o seu futuro, tanto a nível profissional como pessoal? O que é que espera?

e: O que é que eu espero? Espero... espero começar pela minha família, quer eu, os meus filhos, a minha mulher, hêêê... o meu trabalho, a minha casa... quero viver com a minha família, quero estar com a minha família.

E: Hêêê, acha que algum dia vai voltar a reincidir quando cumprir a sua pena?

e: Não se pode cuspir para o ar... mas que eu vou fazer de tudo que 'tiver ao meu alcance para que isso não aconteça.

E: Conhece alguém que já esteve preso...

e: ... e que voltou?

E: ... que voltou a reincidir.

e: Conheço.

E: Conhece?

e: Conheço.

E: Hêêê, acha que durante esse tempo de liberdade, o processo de ressocialização dele na sociedade foi positivo?

e: Não.

E: Porque é que acha isso? Acha que foi bem aceite ou que não foi bem aceite pela sociedade, fora da prisão?

e: Porque... eu... eu vou-lhe falar por experiência própria. Antes, vou voltar a anos atrás. E, 2006 eu fui indiciado de crimes de assaltos a bancos. Eu 'tive preso 1 anos e 4 meses. Chega a 1 ano e 4 anos, fui a julgamento e fui absolvido. Fui absolvido, fui posto em liberdade, tanto que eu a maior parte do tempo, tive... tive de pulseira em casa. Quando chegou à altura da decisão fui absolvido, ou seja, 'tive preso mas é como se não 'tivesse estado porque tive preso em um cerco, prontos e... quando fui absolvido, quando fui libertado as pessoas olham de outra maneira uma pessoa que já teve preso, olham de outra maneira. Não fazem... não fazem... falo por mim, eu pelo menos sentia-me mal porque 'tamos... 'tamos num café ao pé de casa e quando saímos, pessoas que não vemos à anos, começam a olhar e começam a falar, começam a discriminar a... começam a cochichar, começam "olha aquele, o bandido". As pessoas não... é assim, se 'tamos... se 'tamos aqui... se eu 'tou aqui inocente não... não em 2006 'tive, agora desta vez 'tou inocente? Não, mas 'tou a pagar, 'tou a pagar à sociedade, 'tou a pagar pelos crimes que cometi. Ora, se eu já paguei, eu quando sair daqui, vou continuar a pagar porque sei o que vai acontecer. Sei que quando chegar à minha casa, as pessoas vão-me olhar de lado, pessoas que até deixaram de me... em 2006... pessoas que me deixaram de falar porque eu 'tive preso. As pessoas...os reclusos, são julgados duas vezes, são julgados em tribunal e quando saem em liberdade voltam a ser julgados outra vez pela sociedade.

E: Pronto, muito obrigada. Agradeço imenso.

Entrevista ao recluso 5

E: Diz me o teu nome e a tua idade.

e: (...) (isso ´ta a gravar? Aii que medo) tenho 22 anos.

E: Com que idade é que foi preso?

e:19 .

E: 19 hamm e quantos anos é que apanhou?

e: ´tou com 2 penas de 4 estou à espera do... já estou preso vai fazer 3 anos.

E:Hamm o teu estado civil?

e: Agora atualmente estou solteiro, mas entrei comprometido

E: Mas não tens filhos?

e: Não.

E: E quais são as tuas habilitações académicas?

e: Tenho o 10º concluído.

E: Qual foi o motivo da prisão?

e: Assaltos.

E:As duas penas?

e: sim sim.

E: Que profissão ´eu exercias antes de ser preso?

e: Eu já estudei, já estive na obra ´tava ´tava desempregado.

E: Hamm relativamente aqui ao teu percurso durante hamm antes de chegares á pisao hamm fala me dos teus momentos melhores momentos que te marcaram mais.

e: Ai isso aí vai dar problemas heheh (risadas)...

(silêncio)

Continuou ...

e: Os meus melhores momentos foram aos 18, quando eu fui para França fui a Paris e isso... tive lá 5 6 meses depois voltei com 18 aluguei uma casa na margem tava a viver sozinho inclusive um dos meus processos é de lá depois voltei por época do natal para a casa dos meus pais depois voltei...no ano a seguir.

E: Ham aqui dentro da prisão como é que é o teu dia a dia o eu é eu fazes de manhã á tarde?

e: De manhã levanto como agora... com a escola vou sem a rotina da escola é totalmente diferente.

E: Ham sem a rotina da escola

e: como treino vou no pátio do lado da refeição depois descanso um cocho, almoço depois vamos jogar bola depois de jogar bola vou ao ginásio depois um gajo sai do ginásio tem uma hora e tal para descansar depois é o jantar depois do jantar ficamos por aí ouvir muitas cenas...

E: Como é que é a tua relação com os outros reclusos?

e: Depende há reclusos que dou outros que não dou outros com nem me dou nem me deixo dar ...

E:Ham como é que achas que eles te vêem cá dentro? Qual é a imagem que eles têm de ti?

(silêncio)

e: Sinceramente... (risos)... (silêncio) eu acho que eles me vêem como um puto muito nervoso (silêncio)... ya resumidamente...

E: Como é que tu ocupas o teu tempo livre cá dentro? Só mesmo ginásio?

e: Na cela eu gosto de escrever musica, ´tou sempre a escrever também vejo televisão... ya aqui em baixo é á base de treino ginásio futebol.

E: Ham e os outros reclusos... o é que vês que eles também fazem? Fazem o mesmo que tu, fazem... (interrompida pelo entrevistado)

e: Jogam cartas depois têm ai outro jogo com dado com umas peças tipo monopólio mas não é monopólio que eles jogam chama-se (...) jogam ping pong depois há aqueles que estão sempre atrás dos guardas e não sei o resto ...(...) o poder que eles têm eles abusam ya...

E: Como é que a prisão afetou a relação com a tua família e com os teus amigos se é que afetou?

e: Não afetou, já não tenho amigos...

E: E com a tua família?

e: Com a minha família eu vou-lhe ser sincero... eu acho que melhorou (interrompido pela entrevistadora)

E: Melhorou em que aspeto?

e: Porque nós na rua praticamente estávamos só em confusão...o ya eu sou muito nervoso eu sou muito orgulhoso, a minha mãe ...não sei talvez um gajo pensa de outra maneira...

E: hamm assim no geral que tu tenhas conhecimento que atividades é que existe aqui dentro da prisão no geral por tanto na ala B na ala A?

e: Atividades aqui atividades é o na A é o futebol e o ginásio Opra já na A tá morto... ai às vezes também metem o campo de volley e também tem um cesto de basquete são mais assim... os guardas as vezes fazem um torneio as vezes de poker pelo torneio que esta a decorrer de pokers xadrez e essas cenas ya também costumo jogar xadrez.

E: Xadrez achas que essas atividades têm vantagem quais é qual é a vantagem que tem?

e: Eu acho que a única atividade que tem vantagem é o futebol não é porque eu jogo.

E: Então porquê?

e: Porque é a única maneira os reclusos gostam de ver mesmo quem não joga lá a ver.

E: Achas que isso fortalece a relação entre vocês?

e: Sim.

E: Sim hamm gostavas que existisse mais atividades cá dentro para além das que existem?

e: Hum gostava mas essa cena está mal aproveitada mas gostava.

E: Quais é que tu gostavas?

e: Ia ser diferente se a gente pudesse por tipo imagina... quando eu vim aqui a gente que treinava na rua tem cinturão preto e que davam aulas tipo as pessoas que queriam aprender a lutar proibiram... isso é uma cena que ajudava bue aqui na prisão né?!

E: hamm existem muitas atividades que são feitas aqui em grupo achas que isso é vantajoso só o futebol como já disseste, não é?

e: Em grupo pelo que eu estou a ver resto é o que o poker é cada um por si o ping pong cada um por si xadrez é cada um por si... é mesmo só o futebol que tem equipas basquete e volley ainda não vi fazer por isso não posso dizer só há jogos assim individuais

E: Hamm neste momento estudas, estas a tirar qual que ano?

e: 12º.

E: Quando saíres daqui ham vais continuar a estudar ou gostavas de continuar a estudar?

e: Não, vou para a faculdade.

E: Vais que curso é que pretendes tirar?

e: O mesmo que a senhora não, eu não quero ser policia...

E: Então?

e: Não sei oh pah eu tirava um curso tipo da ator ou daqueles gajos que ficam a camara, que ficam a filmar as novelas essas cenas assim... 'tar a filmar...mas não sei, é mesmo para escrever... gosto... estou sempre a escrever...

E: Quando saíres daqui humm...vais sentir... achas que estás preparado para voltar...?

e: preparado estou desde que voltei... 'tou preparado... mas não sei ainda não pensei nisso, por acaso...

E: Achas que..que a prisão te prepara para quando estás em liberdade? Quando estiveres em liberdade?

e: Vou ser mesmo sincero...não! Quando entrei aqui fazia assaltos regularmente...eu agora já sei tudo sobre tráfico, já entendo tudo sobre droga... assalto eu já entendia, agora entendo mais ainda... temos um computador, informática, essas cenas, não posso dizer mais... já sei o suficiente... se eu quiser quando sair seguir um desses caminhos do crime eu sigo e até pessoas que eu já conhecia, amizades que eu fiz dentro da prisão abrem-me a porta... como é que eu posso explicar isso...ajudam-me lá fora se eu quiser seguir essa vida... tem pessoa que já me disseram quando eu saísse que eu quiser quilos de droga me metem na mão...se eu quiser...

E: Achas que não...não ajuda na reinserção?

e: humm nada!

E: Nada?!

e: Uma pessoa quando quer mudar muda...isso foi uma cena que eu disse logo.

E: Que perspetivas é que tens para o teu futuro, a nível pessoal e profissional?

e: Humm... (risos)

E: A nível profissional já sei que queres continuar a estudar... mas a nível pessoal?

e: Não sei... não quero continuar...já estou farto desta vida horrível... mulher, ter filhos... eu entrei nesta porcaria desde muito pequeno... com 11 anos já estava a fazer porcaria né? Também já estou farto disso...

E: Achas que algum dia vais reincidir? Vais voltar?

e: eh paah pelos crimes que eu fiz eu não volto mas o problema é que uma pessoa no momento em que está preso, para voltar a estar preso é rápido. Eu já disse que eu sou muito nervoso e perco a cabeça rápido... mas nos meus planos eu não vou voltar...

E: Humm conheces alguém que já esteve preso e depois reincidiu?

e: O meu primo está preso já é a sexta vez... há aqui imenso há há...

E: Como é que achas que foi o processo de ressocialização dele quando esteve em liberdade? Achas que foi bem aceite?

e: Eu vou lhe dizer uma cena... eu dei esperança de vida, já ajudei muita gente do meu bairro a sair... eu acho que as pessoas nem sequer tentam...eles não tentam mudar de vida. Eles saem e no dia a seguir já andam na mesma vida...já estão com os mesmos amigos.

E: O quê que achas que lhes leva a isso? A voltar a reincidir? Quais os motivos que imaginas que...

e: Eu dinheiro não é vou lhe ser sincero...aqui não vale a pena as pessoa ganharem dinheiro. Não lhe vou 'tar aqui a enganar a dizer que é dinheiro porque não é! Eu acho que... sei lá...a gente já não conhece mais nada, já não sabe fazer mais nada...ya... eu acho que...eu vou lhe ser sincero, eu na rua nunca me imaginei a fazer outra coisa que não bandidagem...eu roubava, eu

vendia drogas...nunca me imaginei a fazer outras coisas. Foi preciso eu vir aqui, começar a ter outras perceções, andar sem carta em carro...mas começo a pensar...

E: Humm então dizes-me que o teu motivo não é em termos económicos...

e: Até era também...porque eu gostava de ter dinheiro só que eu às vezes tinha dinheiro e fazia porcaria...eu já fiz porcaria que já me deu acima dos 10mil euros mas há dias...como eu já lhe disse pareceu outro, fui 'ta a ver...chega uma altura...porque eu conheço pessoas que 'tão no tráfico há muito tempo e no meu bairro 'tão sempre a vender droga... pessoas que 'tão tipo no tráfico...já têm dinheiro que se quisessem pagar, investir numa cena legal faziam...faziam dinheiro rápido de um dia 'pro outro mas eles estão naquela mesma vida...

E: Muito bem... Obrigada!

Entrevista ao guarda prisional 1

E: Diga-me o seu nome e a sua idade.

e: (...) 43 anos.

E: Hêêê, há quanto tempo é que exerce a profissão de guarda prisional?

e: 14.

E: Hêêê, seu estado civil.

e: Casado.

E: Tem filhos?

e: Sim, um.

E: Um? As suas habilitações académicas.

e: 9º ano.

E: Hêê, relativamente à... à experiência profissional, antes de ser guarda prisional que atividade é que exercia?

e: Hêêê, fui carteiro. Tive a trabalhar como motorista de pesados na empresa de transportes. A última vez fui motorista de pesados, fui carteiro e tive num supermercado.

E: Atualmente, gosta da sua profissão?

e: Sim, sim.

E: Hêêê, quais as suas funções? É só meramente guarda prisional ou...

e: Não, sou meramente guarda prisional e agora estou a dar apoio... agora presentemente, aqui à chefia.

E: Ok. Hêê, o que considera mais positivo e mais negativo na sua profissão?

e: Hêê, negativo tem muitas coisas, a nível de doença do... hêê... nós somos... não somos avisados quase de doenças que tenham reclusos. Só...

se a gente for ao hospital com eles e nos apercebermos do que é, é que a gente sabe porque aqui a nível de serviços ninguém nos avisa que fulano tem isto, fulano tem aquilo. Nós não sabemos nada. Isso é um ponto muito negativo. Hêê e prontos como aqui dentro circulam muitas doenças, há muita gente com hepatites e essas coisas. É sempre muito complicado. Positivo... é... sei lá... o gosto por estar aqui... que é... como é que hei-de dizer... é o guardar as pessoas que lá fora fazem, fazem mal. Não têm assim muita coisa de...

E: Hêêê, se não fosse guarda prisional gostava... que outra profissão é que gostava de exercer?

e: Aah, se não fosse guarda prisional 'tava seguramente como motorista de pesados. Continuava como estava antes.

E: Hêê, relativamente ao ambiente aqui dentro do estabelecimento, que tipo de crime é que este estabelecimento alberga?

e: Hêê, tráfico, roubo, principalmente tráfico e roubo, é só o que há, a maior parte... é tudo tráfico e roubo.

E: No geral, qual é a relação entre os reclusos?

e: A relação é boa... hêê... salvo meia dúzia deles que são mais problemáticos, de resto os outros reclusos são todos... tem o contra de serem todos rapazes novos, sendo novos é muito complicado, quem não tem regras lá fora, cá dentro é muito complicado impô-las.

E: E a relação deles com, com vocês?

e: É, lá está... é... meia dúzia deles mais complicados, de resto não se tem havido grandes problemas.

E: Que recursos é que existem dentro da prisão para apoio aos reclusos?

e: Recursos como? A nível... de termos de educadores?

E: Sim.

e: Os assistentes do IRS que é do Instituto de Reinserção Social que... que apoiam-nos, fazem os relatórios para o... tem os educadores e depois tem várias modalidades que depois são os educadores, principalmente um que orienta a nível de futebol e essas coisas todas para eles se distrair.

E: Hêê, e que vantagem é que... é que vê nesses recursos para os reclusos tanto dentro da prisão como quando forem reintegrados novamente na sociedade?

e: Fora não vejo vantagem nenhuma. Cá dentro, eles enquanto andam nisto, distraem-se e até se portam bem. Lá fora, nós temos aí vários casos em que cá dentro portaram-se bem enquanto estavam nestas atividades, voltaram, foram para fora e agora estão cá dentro outra vez. Portanto, não lhes serviu de nada.

E: Que atividades é que existem cá dentro para, para os reclusos usufruírem?

e: Atividades... a nível de trabalho ou só lazer?

E: De tudo.

e: De tudo...de trabalho têm oficinas, têm as hortas, tem escola, ateliers na escola e depois há... torneios de futebol, torneio de damas, tem várias, vários torneios de... de desportos.

E: Hêê, e acha que essas atividades são vantajosas para eles quando forem reintegrados e se são essenciais e suficientes?

e: Alguns são, os que 'tão a trabalhar nas oficinas, carpintaria e 'pa alguns são porque eles saem daqui e arranjam qualquer coisa para trabalhar lá fora, como temos aí pessoal do RAVE, temos reclusos a trabalhar no RAVE, que estão a trabalhar no Monte da Lua e enquanto eles saem daqui, aprendem lá fora, metem-se como jardineiros e muitos deles até ficam lá na empresa. Hêê, há outros que não... há outros que não... isso... isso é só mesmo para passar tempo.

E: Hêê, no futuro, até que ponto é que essas atividades são desenvolvidas cá dentro, serão benéficas para eles tanto na reintegração como, por exemplo, na procura do trabalho, na relação com os outros...

e: É assim, eles... a mim o que me parece e a gente vê a entrar e a sair que quanto mais novos eles são, eles aqui dentro até se podem entreter com, com as atividades mas eles lá fora não se entretêm, não procuram nada. Eles aqui o que fazem aqui, lá fora não querem fazer. Voltam ao crime e por isso é que voltam cá para dentro. Hêê, raro é... aquilo que uma pessoa às vezes sabe que saiu daqui estava a trabalhar, saiu daqui, lá fora arranjou trabalho e está a trabalhar, raro é o caso.

E: Então como pensa que vai ser o processo de ressocialização da maior parte deles quando 'tiverem em liberdade?

e: Quem não tiver família, quem não tiver apoio, volta para cá. Quem tiver apoio, hêê... e família e aí... temos aí casos de alguns reclusos que depois de virem para cá e voltam com um contrato de trabalho assinado, há espera quando saírem vão trabalhar para lá, temos aí alguns, mas a maior parte não. A maior parte volta, volta para o mundo do crime.

E: Como é que vê a trajetória deles quando... quando saem da prisão?

e: É...

E: Como pensa... como é que será?

e: Lá está, alguns são os que voltam, a gente acaba por saber o comportamento deles aqui, acaba por saber que eles mais tarde ou mais cedo voltam. Outros por aquilo que a gente sabe 'tão se a dar bem, arranjam um trabalho e 'tão se a dar bem, não voltaram ao mundo do crime, mas a maior parte e tudo sendo rapazes novos, hêê, voltam ao mundo do crime.

E: Qual é a taxa de reincidência e quais os motivos da reincidência deles?

e: Os motivos é que eles não querem trabalhar, muitos... temos aí casos que eles dizem que vão lá para fora, vão voltar ao mundo do crime porque é o que

dá dinheiro. Traficar e vender droga é o que eles sabem fazer. Hêê, agora quanto à taxa aqui... que eu saiba aqui... a entrada 30 ou 40% volta para a cadeia. Pelo menos é assim... eles quando são presos não voltam para aqui, voltam a penas preventivas, voltam para outras cadeias, só passado algum tempo, depois de condenados é que eles voltam 'pás cadeias de condenados e são uma cadeia já de condenados, não de preventivos. Portanto, nós temos aí semanas que recebemos dois, três que já cá 'tiveram, há dois, três anos atrás.

E: Na sua opinião, o recluso quando está em liberdade, acha que se torna uma pessoa válida para a sociedade?

e: Dificilmente, muito... muito poucos... muito poucos. Alguns... alguns digo que sim, que alguns são aqueles que vão trabalhar, que querem trabalhar, esses sim, agora a maior parte não.

E: Qual é a imagem que acha que, que, que a restante sociedade tem deles?

e: Ah, é uma imagem má, que teve preso ou recluso, que teve preso, basicamente ninguém, ninguém lhes dá... lhes dá trabalho, os que dão são aqueles que já o conhecem à muito tempo ou que já trabalhou em empresas dessa pessoa que sabe como eles são e que lhes volta a dar trabalho mas o... quanto ao resto é muito mau.

E: Prontos, terminamos. Muito obrigada.

e: De nada.

Entrevista ao guarda prisional 2

E: Diga-me o seu nome e a sua idade.

e: (...) Idade, 46 anos.

E: Há quanto tempo é que exerce esta profissão?

e: P'rai há 19 anos.

E: 19. O seu estado civil.

e: Casado.

E: Tem filhos?

e: Tenho.

E: Quantos?

e: Um

E: Hum, as suas habilitações académicas.

e: 12º.

E: Hêê, qual era a atividade que exercia antes de... de ser guarda prisional?

e: Era segurança.

E: Hêêê, gosta da sua profissão atual?

e: Gosto.

E: Hêêê, exerce funções de guarda prisional... hêê só, certo?

e: Certo.

E: Hêêê, o que considera que é mais positivo e negativo na sua profissão atual?

e: Em termos... só da profissão ou ... (pausa) ou na parte pessoal ... profissão parte pessoal ou só profissão profissão?

E: Não, tanto pessoal como profissão mesmo.

e: Mais negativo? É a carga horária. Mais negativo! É mesmo muita! E de resto... e deixa pouco tempo e espaço para outras coisas. Mais positivo (pausa) mais positivo... quando se tem espírito para isto é perceber é ... é perceber ... é realmente perceber as pessoas e perceber estes... este... este mundo.

E: Hêêê, se não fosse guarda prisional que outra profissão gostaria de exercer?

e: Aah, era fotógrafo.

E: Fotógrafo.

e: Hêêê, agora relativamente ao processo aqui dentro do estabelecimento, hêêê... que tipo de crimes é que este estabelecimento alberga?

e: Tráfico, a esmagadora maioria, tráfico e pequeno tráfico.

E: Hêêê no geral como é que é a relação dos reclusos, entre os reclusos?

e: (Silêncio) Isto é um bocado assim. Hum... aqui, pelo menos em Sintra, a relação deles é muito, é muito bairrista, como nós temos aqui vários bairros perto...

(Interrupção de alguém externo à entrevista).

(Continuação) e: Sintra tem vários bairros e normalmente isso do (...) em alguns casos, na esmagadora maioria são oriundos daqui destes bairros. Como é que eles se organizam? Organizam-se pelos bairros de onde são. Se eu sou da Cova da Moura, obviamente não chego aqui e fico a procurar abrigo, abrigo junto das pessoas que conheço bem ou mais ou menos, então juntam-se a pessoal da Cova da Moura e... e... e entre os bairros dão-se bem mas como eles lá de fora já têm problemas entre a Cova da Moura, mais e não sei quantos, esses problemas... estão cá também. Às vezes dizem “ah, há gangues” por muito que ajam gangues em alguns estabelecimentos, aqui são,

são bairros. Os problemas que têm lá fora estão aqui e se as famílias têm problemas lá fora e elas estão... estão cá dentro também e os laços de amizade e até de família estão aqui. Pais, irmãos, vários irmãos, cunhados, um pouco isso.

E: E como é a vossa relação com eles e eles com vós... com vocês?

e: É tolerante, é tolerante. As pessoas têm sempre uma grande ideia qu'isto é uma selva, é que há... que há... é verdade que isto tem...tem um risco potencial muito grande mas diariamente esse risco anda por aqui mas é uma relação de tolerância e... (pausa) não nos damos bem mas não... não há assim aquela agressividade. Há reclusos que não têm nenhum respeito pela autoridade mas não ganharam aqui... são coisas das formações deles, da infância e não sei quê. Continuam igual infelizmente.

E: Como é que os reclusos ocupam o tempo deles cá dentro, tempo livre?

e: Hêêê, com o ginásio... hêê a esmagadora... hêêê quase todos é ginásio e futebol, adoram este género de desportos e dificilmente saem destes... destes... ginásio, futebol... é por, por aqui. Depois há um ou outro que apareça para aí que goste de ler ou que goste de ver filmes e assim, mas é por aí.

E: Hêêê, que apoios existem aqui dentro da prisão para dar apoio aos reclusos? Algum gabinete de psicologia...

e: Ah sim há essa parte do apoio clínico, tem...tem essas valências de psicologia, tem psicólogos, hum... tem, tem, tem aaa os técnicos de educação, técnicos de reinserção social. Depois temos p'rai algumas pessoas que.. que desenvolvem trabalhos de... de voluntariado com... com associações (pausa) há, há coisas... por acaso há uma série de voluntariado aos narcóticos, começaram a vir, a vir novamente. Não há muita coisa.

E: E que vantagens acha que esses recursos têm para eles tanto, dentro do estabelecimento como quando, hêêê forem para fora e estiverem reintegrados na sociedade?

e: Hêê, penso, penso que traz toda a vantagem. Primeiro, é um escape que eles têm. No que toca à religião, é um apoio que eles têm, é um acreditar numa, numa coisa melhor, é agarrarem-se a achar que vão mudar. “Ah vou mudar, tenho alguém que me proteja”. Lá fora continuam com essas práticas. Eu acho que tem, tem, tem toda a importância. Aos narcóticos, pronto, faz, faz toda a diferença. Esperamos que alguns, alguns se curem ou se não se curem, que evitem de consumir substâncias. Pronto, acho que traz todas as vantagens.

E: No nível geral que tipo de atividades é que existem cá dentro, sem ser a parte do desporto? E se essas atividades são essenciais e se são suficientes para eles.

e: (Pausa) Há várias. Eles têm acesso e podem participar desde, desde que tenham mérito que isso também é um fator bónus, eles têm acesso a uma biblioteca que funciona lá cima no nosso... e podem consultar vários, vários livros por vários, vários temas. Nem sei ao certo quantos temas é que há p’ra ali mas vários e podem fazer, eles têm acesso a vários, vários programas que funcionam de forma espontânea, se eles aparecem podem participar nos programas, havia aí um muito engraçado que é o do “educar para a paz”, onde a raiz daquilo era uma mudança que nascia deles e era um programa muito, muito engraçado e que eles também, também podem, podem participar. Eu acho é que eles não ‘tão... ah pronto não ‘tão muito motivados p’ra estarem, nem são o tipo de pessoas para estarem numa sala durante 20 minutos porque os programas não são muito longos a ouvir falar ou a comentar ou (...) a falar deles. Não, não estão muito virados p’ra aí mas há vários programas que podem fazer.

E: Hêêê, no futuro achas... acha que essas atividades são desenvolvidas cá dentro serão benéficas no que diz respeito à reintegração e à procura de trabalho e à relação com os outros?

e: Eu acho que conseguem. Por exemplo, falei do... do “educar para a paz” mas há um projeto que eu acho muito engraçado e que é o “educar para a paz”

é um programa único. É um programa que depois têm várias valências, valências práticas, de trabalho prático, uma delas é de carpintaria, minto... de marcenaria, da estufaria e outra é ao nível da serralharia. Eu já vi trabalhos feitos, eles fazem, prontos, aquilo é uma máquina que depois faz trabalhos nestes três ramos que lhe disse. Esses trabalhos devem ser vendidos no exterior e esse dinheiro reverte para eles. A ideia é, quando eles saírem em liberdade, continuarem a fazer trabalhos deste tipo para o estado puro. Por isso, eu acho que programas como este de... tem toda a importância se... se eles conseguirem aproveitar e quiserem aproveitar acho... acho que sim. (Pausa) Ah e não falei da escola. Ainda têm a possibilidade de fazerem... de frequentarem a escola e de fazerem exames coletivos aqui, há... ainda à pouco tempo encontrei um que tinha acabado o 12º e que estava a tirar um curso de Eletrónica em Sacavém e estava todo contente da vida dele e estava todo contente.

E: Hêêê, como é que pensa que será o processo de ressocialização na parte... na maior parte dos reclusos quando saírem em liberdade?

e: Difícil, muito difícil. (Pausa) Muito difícil. A sociedade é, é... a sociedade é tremenda é. Há pessoas que cumprem duas penas, esta aqui dentro e outra lá fora Muito dificilmente. Ou têm um grande apoio... primeiro, a esmagadora maioria vai para o sítio de onde veio e esse sítio é o sítio que os criou, já têm hábitos. E eles vão o quê? Vão precisamente cair nesses hábitos porque é aí que têm a rede familiar, a rede de apoio, tem família, têm tudo e vão... não têm um trabalho, tendo, tendo uma carga muito grande sobre eles para dizer que já foi... com o dedo a apontar porque “tiveste preso, eu sei que tiveste preso” e não sei quantos, ninguém lhes vai dar, ninguém lhes vai dar trabalho. Onde é que eles se vão refugiar? Não é? Onde é que eles vão arranjar forma de, de, de... de trabalhar e arranjarem as coisas que querem? (Pausa) É da vida que os trouxe até aqui. Eles já estão aqui presos por tráficos... por pequena quantidade, ou saem... ou abandonam aqueles hábitos... que vai ser difícil, ou então, pronto, escapa-se aqui um pequeno índice. Se nós olharmos para a quantidade de pessoas que entram, sabemos que há alguma coisa ali fora que

não está a bater bem porque eles até... há indivíduos que saem daqui em liberdade condicional, que quer dizer que passaram e tiveram o voto da gente mas que depois estão a entrar por tráfico novamente e depois temos até que “então desta vez foi por quê?”, “aii, é por tráfico”, “então onde é que isso foi?”, “ah estava na minha rua não sei quantos eles encontraram uma coisa no chão e dizem que é minha”. Estavam na vida novamente.

E: Então, qual é que acha que são os motivos para a reincidência deles?

e: É, é, é... é a pré-falta de apoio, é... é não haver lá fora. Também não sou muito defensor daquelas estruturas que dizem assim “oh este sítio é para, é para ex-reclusos, temos ali um bloco para por ex-reclusos”. Eu não sou muito defensor destes blocos. Mas eu acho que é... saber estar lá fora que a religião é uma forma de eles estando aqui, por exemplo em Sintra, começarem a preparar o trajeto deles lá fora, ou arranjar... ou arranjar espaços alternativos em que eles possam viver sem ser aqueles onde eles estão óbvio que não tentar desenraizá-los não é isso mas arranjar-se um espaço, arranjar um, um trabalho, uma ocupação, temos de lhes dar trabalho também mas depois isto criava aqui um problema social, mas de forma a não os lançar na vida, porque lançando-os na vida, eles como já conhecem isto, já não têm medo disto... depois pensam que viram o que há lá fora, mais depressa encaminham-se para o mundo do crime. Penso que o segredo está lá fora em arranjar uma estrutura, estruturas que os acompanhem. Como é que alguém sai daqui em liberdade condicional, até teve um trajeto bom e de repente está a traficar novamente e quando saiu daqui nem sequer o queria fazer. E se ele tem hipóteses de o fazer aqui dentro porque essas hipóteses existem, não quer dizer que estejam disponíveis mas há, que eles são criativos, arranjam formas para fazer as coisas. Não fez aqui, vai fazê-lo lá fora, alguma coisa ali não bateu certo.

E: Então como achas que vai ser o trajeto deles, maior parte deles quando saírem?

e: Ah, isso tem a ver com a idade também. Bem, não tem a ver com a idade, tem a ver com, tem a ver com capacidade, isto tem a ver com as famílias, mas a maior parte e como estes são novos tende para a reincidência.

R: A taxa é muito elevada?

e: É. É bastante. Se vir aqui na ficha é tudo ex-reclusos, ex-reclusos, ex-reclusos.

R: Por fim, na sua opinião, um recluso quando está em liberdade acha que ele se torna válido para a sociedade? Dependendo do que vive cá dentro, das atividades que tem cá dentro, da escola.

e: Recluso? Eu costumo chamar pessoa reclusa porque um recluso acima de tudo é uma pessoa, por ser pessoa, é válido, é válido, ponto. Por isso acho que é válido para a sociedade, claro que se aprender alguma coisa, se souber fazer alguma coisa, se estiver estudos para isso, óbvio que isto não é para todos, mas bom, se tiveres estímulos para isso, se for compensado por isso, por qualquer pessoa normal, faz e merece ser compensado ou receber uma recompensa por isso. Se for, eu acho que sim, claro que sim, são pessoas. Aqui dentro, pessoas reclusas. Depois saem lá para dentro, são pessoas ex-reclusas.

E: Pronto, terminamos. Obrigada.

Entrevista ao guarda prisional 3

E: O seu nome e a sua idade.

e: completo?

e: (...). 33 anos bem feitiños.

E: Há quanto tempo é que exerce a profissão?

e: (Risos) Ora 7, 8...8, 8 anos.

E: Estado civil.

e: Bem casado.

E: Tem filhos?

e: Hei-de ter.

E: Habilitações académicas.

e: 12º.

E: Relativamente à experiência profissional... que atividade é que exercia antes de ser guarda prisional?

e: Huum... vigilante.

E: Gosta da profissão atual?

e: Gosto, imenso.

E: Quais são as funções que exerce? É só guarda prisional?

e: Pra já é.

E: O quê que considera mais positivo e menos... e mais negativo na profissão?

e: O excesso de horas negativo, não são pagas. E... positivo ... sei lá (pausa) 'atão a própria posição na sociedade que a gente tem.

E: Se não fosse hêêê guarda prisional, que outra profissão gostava de exercer?

e: (Hesitação/risos) O que vale é que é para ela, não é para mais ninguém ver... sei lá (pausa) tinha continuado como vigilante.

E: Hêêê... em relação ó ...à parte... de andar no estabelecimento que tipo de crimes é que... este estabelecimento alberga?

e: Penas um pouco mais reduzidas. A nível de roubos, tráfico... burlas e coisas assim.

E: No geral como é a relação entre os reclusos?

e: Tem dias (pausa) tem dias em que tá tudo bem e tem dias que tá tudo... as coisas mal... e há problemas.

E: E em relação a vocês? Deles com vocês.

e: Hêêê é igual... há dias, há dias que... tão lá e acatam as coisas que a gente lhes diz, há outras vezes que... tão lá para desatinar com a gente.

E: Como é que eles ocupam o tempo livre... lá dentro?

e: (Silêncio) jogam à bola, têm cartas, tem ginásio... tem a sala de convívio, tem o bar (pausa), a escola, o trabalho...

E: Que agora que estão de férias ... da escola... já disseram...

e: Exato, agora eles já tão de férias.

E: Hêêê ... tem conhecimento quais são os recursos que existem dentro da prisão para apoio aos reclusos.

e: (Reflexão)

E: Se existe algum gabinete de... Psicologia, se existe...

e: Há, há Psicologia, há médico, há...as educadoras, há psiquiatra e... e há pessoal... a gente, que também é um recurso muito importante dentro das cadeias. É o próprio guarda prisional... que serve de Psicólogo, Psiquiatra e afins.

E: Quais as vantagens que vês nesses recursos para apoio aos reclusos?

e: (Pausa) 'atão... hum...

E: Ou desvantagens...

e: Não, acho que tem, têm vantagens. Desvantagem não tem. Tudo o que poder ajudar lá dentro melhor ... mesmo para eles desabafarem e tarem ocupados.

E: Que... que tipo de atividades é que existem lá dentro no... no estabelecimento no geral, seja em termos desportivos, culturais...

e: Têm (pausa) há certos... há certos torneios que são organizados, tanto de futebol ou um de sueca há pouco tempo. São organizados assim vários torneios, há.... mesmo no polo escolar fazem... workshops e essas coisas todas.

E: E essas atividades são essenciais e suficientes, por exemplo para quando eles tiverem hêêê... em liberdade e sejam mais bem aceites pela sociedade em geral? Se tem algum benefício?

e: Hêêê a gente quer crer que sim, agora isso depois parte é deles... as coisas são feitas lá é para os ajudar quando eles saírem a não tornarem a reincidir.

E: Hêêê... no futuro, hêêê ... essas atividades serão úteis hêêê... no ponto de vista por exemplo, na procura do trabalho, na relação com as outras pessoas... Se o que eles aprendem lá dentro, se depois é útil para... para quando eles tiverem em liberdade.

e: Sim, qualquer coisa é útil. Qualquer coisa que... que os ensine no convívio com a sociedade é útil... agora lá está, tudo depende é da maneira como eles o vão usar... quando sair.

E: Como é que acha que vai ser o processo de ressocialização da maior parte dos reclusos quando saírem?

e: É difícil. É difícil porque hêêê... não é qualquer pessoa que aceita um ex recluso para trabalhar.

E: Qual é que acha que é a imagem que a sociedade em geral tem de um recluso? No caso vai ser de ex recluso quando tiver em liberdade.

e: A sociedade... por um lado não quer saber do recluso (pausa) hêêê... a sociedade põe, põe o sistema prisional muito à parte, logo... logo que não haja problemas com eles cá fora... quando eles saírem... alguém há de resolver não é... não é o sistema prisional. E as pessoas num... num querem saber o quê que se passa dentro da...

E: Como é que pensa que vai ser a trajetória de um recluso quando cumprir a pena?

e: (Silêncio) como é que...?

E: Que vai ser... como é que pensa que vai ser a trajetória de um... de um recluso quando ele sair.

e: No exterior?

E: Sim.

e: Epá isso depende de... de recluso pra recluso. Há reclusos que tão na primeira pena, há reclusos que acredito que não voltem... mas há outros reclusos que já voltaram e hão de tornar a voltar, porque há muitos que não aproveitam aquilo que lhes é fornecido lá dentro para depois porem em prática cá fora.

E: Então nesse sentido como é que é a taxa de reincidência daquele estabelecimento?

e: Temos alguma... alguma taxa de reincidência.

E: Eeee... quais é que pensa que são os motivos que os levam a reincidir?

e: (Silêncio) falta de trabalho, huum... as condições, huum... embora digam que num, num são grandes condições, mas pra muitos até... são mais que aquelas que têm cá fora

E: Ahh... quando um recluso, quando um recluso tá em liberdade, acha que se torna uma pessoa útil para a sociedade?

e: (Reflexão)

E: Válida?

e: Alguns... alguns... aqueles que assim o queiram... acho que podem vir a ser úteis, como qualquer pessoa. Agora aqueles que não pensam nisso, que num, num querem saber... é mais um estorvo cá fora.

e: É só isso?

E: Terminamos.

Entrevista à psicóloga do EP

E:Nome

e: (...)

E: Idade

e: 33

E:Habilitações académicas

e: Mestrado.

E:Profissão atual?

e: Psicóloga Clínica.

E: Há quanto tempo exerce esta profissão?

e: 10 anos.

E: Gosta da sua profissão atual? Que funções exerce?

e: Gosto. Acompanhamentos Psicológicos.

E: O que considera mais positivo e negativo na sua profissão?

e: O facto de em momentos de maior vulnerabilidade do recluso poder contribuir, para a estabilização emocional e bem-estar psicológico.

E: Que tipos de crime existem? Quais as faixas etárias dos reclusos?

e: Do meu conhecimento existem quase todos os tipos de crime numa faixa etária compreendida entre os 20 e 75 anos.

E: No geral, como é a relação entre os reclusos? E com vocês?

e: Existem algumas problemáticas em meio prisional, pelo que nem sempre é fácil a gestão de conflitos.

E: Existem muitos conflitos entre eles? E com vocês?

e: Entre reclusos sim, com os técnicos de saúde desconheço.

E: Como os reclusos ocupam o tempo livre?

e: Creio que a maioria, na prática desportiva e com jogos eletrónicos.

E: Que recursos existem dentro da prisão para apoio aos reclusos? Existe algum gabinete de psicologia?

e: Sim

E: Que tipo de atividades existem dentro deste estabelecimento? Acha que essas atividades são essenciais e suficientes para os reclusos? São bem aceites por eles?

e: Creio que existem poucas atividades direcionadas às principais problemáticas do meio criminal e do comportamento desviante.

E: Acha que essas atividades ajudarão os reclusos na reinserção social aquando a libertação?

e: Em alguns casos, é possível que possa contribuir para a reinserção dos mesmos.

E: No futuro, até que ponto as atividades por eles desenvolvidas dentro de EP, serão benéficas no que diz respeito à procura de trabalho?

e: (sem resposta)

E: Como pensa que será o processo de ressocialização dos reclusos aquando a liberdade?

e: Creio que seja muito subjetivo e muito particular. Alguns dispõem de recursos suficientes para a sua ressocialização, no entanto nem sempre existe motivação e perseverança para o efeito.

E: Acha que a imagem deles ficará afetada pelo cumprimento de uma pena de prisão?

e: Sim.

E: A prisão prepara os reclusos para a liberdade e, por conseguinte, para a reinserção social?

e: Em alguns casos creio que sim.

E: Que percepção tem relativamente à trajetória de um recluso depois de cumprir a pena?

e: Uma parte significativa acaba por reincidir.

E: Qual a taxa de reincidência? Quais os motivos dessa reincidência?

e: Desconheço o valor da taxa exatamente mas sei que é elevada. Muitos reclusos já provêm de meios destruturados e ao regressar aos mesmos, a reincidência torna-se de elevada probabilidade.

Entrevista ao substituto do Sr. Diretor do EP

E: Diga-me o seu nome e a sua idade.

e: (...) 50 anos.

E: Hêê que profissão exatamente neste momento?

e: Sou substituto do diretor portanto sou ajuntaria da administração e apoio geral.

E: E há quanto tempo é que exerce essa função?

e: Tenho ido ao longo da minha carreira... já tenho exercido várias tenho tido vários vários cargos, várias funções umas enquanto substituto... outras e adjunto para a área de administração de apoio geralmente de outras enquanto diretor não só no estabelecimento prisional mas também num centro educativo

E: Haam e gosta das funções que exerce atualmente?

e: Sim gosto... hamm tem haver também com a minha licenciatura e também vem na linha daquilo que eu fiz no passado... fui polícia durante muitos anos.

E: Hamm o que é que considera mais positivo e negativo na sua profissão?

e: O que eu considero mais ... esta é uma pergunta difícil de uma resposta ou melhor pergunta fácil resposta difícil. Aquilo que nos dá maior prazer é quando vemos resultados, é quando ainda hoje dizia estamos a falar com reclusos que estão num curso que o maior gosto que nós temos é quando os encontramos lá fora ou eles vêm ter connosco e nos vêm cumprimentar e nos vêm apresentar a família e nós percebemos que estão bem ao invés aquilo... que que que nos aborrece mais e que nos deixa mais desolados é efetivamente quando nós percebemos que o nosso investimento, o trabalho que nós fazemos não tem o retorno que nós gostaríamos aquilo que nós gostaríamos é que todos se recuperassem, aproveitassem as oportunidades que lhes vamos dando e como nós sabemos os estados estatísticos dizem isso que a taxa de sucesso não é não é cem por cento nem sequer de cinquenta por cento não é?

E: Que tipos de crime é que este estabelecimento alberga a maior parte?

e: É um pouco, um pouco de todos embora como é um estabelecimento muito aberto as penas são curtas... mais á base de furtos hêê também alguns delitos por falta de condução com álcool hêê tráfico...anda essencialmente hêÊ a volta disso no essencial.

E: Hêê no geral como é que acha que é a relação entre os reclusos ... (interrompida pelo entrevistado)

e: Entre eles?

E: E também dos guardas prisionais, sim.

e: (silêncio) ... eu acho que no geral nós não não não verificamos grandes grandes problemas... a relação agora é obvio que que é natural que eles olhem sempre pra nós como alguém da instituição com desconfiança haamm mas cada vez mais, principalmente nós pra eles, em particular dos guardas pra eles a relação é mais profissional, as pessoas independente da forma... da forma de estar e de ser hêê... e nem sempre correta dos reclusos hÊê... tentamos e tentam hêê... no modo geral é assim que acontece são tratados com com... são vistos como pessoas e que que que nós pretendemos ressocializar e integrar, por tanto fazer o melhor possível com eles e esse trabalho obviamente passa muito pelo corpo da guarda que está com eles todos os dias.

E:Haamm que recursos existem dentro da prisão para apoio aos reclusos?

e: Existe uma série de de... hoje as prisões estão dotadas de um conjunto de de de de recursos, de os cursos escolares, formação profissional hêê outro tipo de de... variadíssimos programas variadíssimos programas e, além disso apoio que é feito pelos vários técnicos que são não é hêê cada cada recurso tem um técnico mas depois tem...naturalmente também acesso a outras pessoas, ao diretor ao substituto do diretor que efetivamente também os podem ajudar e ajudar a orientar no no seu rumo.

E: Que tipo de atividades é que existem dentro destes estabelecimento e se são essenciais e suficientes para depois os reintegrar na sociedade quando estiverem ... (interrompida pelo entrevistado)

e: Eu não vou dizer eu não vou dizer se hêê... porque teria esquecido esquecer-me-ia ... hêêê esquecer de muitas mas seguramente temos suficientes e temos muitas e muitas atividades desportivas hamm culturais hêêê formativas hêêê temos muita muita coisa desde que eles queiram aproveitar. A gora quando quando se diz que não há ressocialização costume dizer, às vezes nós não conseguimos ressocializar quem não quiser ser ressocializado e esses se calhar é o nosso grande problema... eu diria que nós temos oferta suficiente para que eles possam sair daqui bem melhor do que entraram. Nós pretendemos no mínimo bem melhor do que aquilo que entraram na melhor das hipóteses então, completamente reentregado capazes de serem reentregados e e assim não voltarem a cometer crimes obviamente.

E: E acha que será uma vantagem para eles ham por exemplo na procura de trabalho, na relação que eles vão estabelecer haaamm quando estiverem em liberdade (silêncio) o que eles têm aqui dentro em termos de atividades de escola (interrompida pelo entrevistado).

e: Eu não tenho duvidas nenhuma que nós lhe damos ferramentas se eles as quiserem, mais que suficientes para chegarem lá e estarem se calhar alguns deles até um nível superior hêêêê terem mais facilidade até que as pessoas que estiveram lá fora porque efetivamente que se o que tiveram aqui poderam apostar se quiserem em em curso de formação em formação escolar e por tanto seguramente têm competências de trabalho que nós lhes... que nós lhes damos ham portanto só não o fazem se não quiserem efetivamente.

E: E acha que esse processo (interrompida pelo entrevistado)

e: O sistema... o sistema efetivamente está preparado para para 'pa... lhes dar ferramentas se eles realmente quiserem aproveita-lás...infelizmente hêê como lhe digo nem todos querem.

E: Mas acha que esse processo de ressocialização será fácil?

e: Nós fazemos o que podemos e eu acho que fazemos bastante e o estado investe bastante ... agora é como digo nós não conseguimos ressocializar quem não quer ser ressocializado e muitos querem ser ressocializados... muitos dentro da própria cadeia continuam a querer fazer o que faziam lá fora que é continuar a cometer crimes, outros é verdade também que se calhar a sociedade não foi tão tão generosa pra eles quanto eles mereceriam ou precisariam e, portanto também não nasceram num beço berço d'ouro e já vêm de bairros problemáticos, famílias problemáticas e, portanto de alguma forma já são... passo a expressão “empurrados ou foram empurrados ‘pra este ‘pra este mundo” que será nalguns casos também o mesmo que os vai receber e, portanto a expressividade de sucesso obviamente já são menores por isso não é...

E: Como é que acha que eles são vistos quando como ex reclusos quando estão em liberdade pela sociedade geral?

e: É natural que as pessoas tenham... que sejam um pouco estigmatizados mas posso lhe dizer que qualquer curso tirado em meio prisional não é se ele fizer aqui o humm o curso que seja e fizer aqui o 9ºano, se fizer o 12º, 11º se for ‘pa faculdade não diz que foi na cadeia, mas diz que foi na escola não sei quantos... são as escolas associadas portanto esse bloco ele não leva agora... inevitavelmente que se for na na zona dele vão saber que era o individuo não sei quantos que andava, que roubava, que fazia e que acontecia... é natural não é?! nós às vezes temos uma terminada, se as pessoas têm uma determinada ideia menos positiva de alguém que até ham não vai vai fazendo a sua vida hêê mais ou menos em conformidade com os parâmetros da sociedade e com a lei hÊê.. é natural que tenha uma, que veja alguém que não o fez que andou ham hamm um pouco à margem daquilo que são... um pouco muito aquilo que são as condutas e as... e os normativos que deviam cumprir... é natural que veja com os olhos que que olhe com desconfiança eu diria é eu acho que é assim que são são vistos da nossa parte tentamos que isto aconteça e por isso ham ham eu próprio quando os encontro lá fora que

me vêm cumprimentar hêê hêê as minhas conversas com eles... porque às vezes estão com outras pessoas e não sei se souberam que foram presos nunca sequer da conversa alguém percebe que ele esteve preso ou que eu conheço da prisão... às vezes são eles que dizem “haaa diretooor” prontos acabam por mostrar e e a pessoa que está com eles não sabia e passou a saber que, afinal nós nós conhecemos de uma prisão qualquer mas tem de fazê-lo precisamente ‘pra que não sejam discriminados agora...(silêncio) a sociedade eu acho que de alguma forma, o que eu também compreendo não é se calhar todos nós (interrompido pela entrevistadora)

E: Sim de facto...

e: Ê pah foi recluso não sei onde, se foi recluso é porque de alguma coisa correu menos bem na vida alguns... foi um azar hêê alguns correu mal efetivamente mas outros fizeram muito para que isso corresse mal não é?!

E: Como é que é taxa de reincidência neste estabelecimento?

e: Eu ao bocadinho já falei ... neste no no não tem dados mas eu acho que no geral hamm a taxa de reincidência humm com o risco de de de não estar a ser muito rigoroso mas humm eu vou para a taxa de sucesso, a taxa de sucesso anda inferior a a 50 por cento...

E: hamm mas tem alguma ideia de quais são os motivos que levam a reincidência de alguns

(silêncio)

e: Hamm os motivos... os motivos é como digo é é assim ... acho que uns se habituaram a viver á margem da lei e também têm aquela forma de viver e não querem outra acho eu! haamm outros efetivamente hêê hêê as oportunidades que vão encontrar lá fora já são aquelas que que tiveram quando vieram cá para dentro e, portanto isto é um pouco um ciclo certamente hêê aquilo que têm la fora não os ajuda a a e não é... um não é um suporte... (silêncio) robusto capaz de de de os orientar numa vida fora do crime humm se calhar fizeram e vão continuar a fazer e cometer crimes não é?!

E: Pronto terminamos.

e: Foi 'prai 10 minutos.

E: Obrigada.